

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

### ATIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Caixa e Equivalentes de Caixa	6	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	7	358.987	321.858	180.000	55
Consumidores e Revendedores	8	2.549.546	2.262.585	-	-
Concessionários - Transporte de Energia		427.060	400.556	-	-
Ativo Financeiro da Concessão	13	1.120.035	625.332	-	-
Tributos Compensáveis	9	354.126	374.430	72.570	5.233
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	220.760	489.813	-	-
Revendedores – Transações com Energia Livre		22.080	29.959	-	-
Dividendos a Receber		-	-	195.196	230.405
Estoques		54.430	41.080	15	16
Outros Créditos		562.135	560.270	8.801	13.889
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>8.531.649</b>	<b>8.085.576</b>	<b>683.277</b>	<b>552.339</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	12	1.830.075	1.837.088	-	-
Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios	12	-	-	1.010.079	946.571
Impostos de Renda e Contribuição Social Diferidos	10b	2.036.087	1.800.567	424.449	345.472
Tributos Compensáveis	9	327.948	139.883	4.334	426
Imposto de Renda e Contribuição Social a recuperar	10a	23.605	83.438	19.548	80.117
Depósitos Vinculados a Litígios	11	1.387.711	1.027.206	275.721	195.517
Consumidores e Revendedores	8	158.770	95.707	-	-
Outros Créditos		184.367	138.413	50.694	31.737
Ativo Financeiro da Concessão	13	8.777.822	7.315.756	-	-
Investimentos	14	176.740	-	11.994.523	11.313.969
Imobilizado	15	8.661.791	8.228.513	1.723	2.066
Intangível	16	5.261.181	4.803.687	657	838
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>28.826.097</b>	<b>25.470.258</b>	<b>13.781.728</b>	<b>12.916.713</b>
<b>TOTAL DO ATIVO</b>		<b>37.357.746</b>	<b>33.555.834</b>	<b>14.465.005</b>	<b>13.469.052</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# BALANÇOS PATRIMONIAIS

## EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

### PASSIVO

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>CIRCULANTE</b>					
Fornecedores	17	1.189.848	1.121.009	12.059	1.687
Encargos Regulatórios	20	368.229	384.415	-	-
Participações nos Lucros		89.512	116.183	9.357	5.129
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	516.553	403.533	35.740	32.836
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	129.384	137.035	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos a Pagar		1.243.086	1.153.895	1.243.086	1.153.895
Empréstimos e Financiamentos	19	4.382.069	1.573.885	1.011.830	373.599
Debêntures	19	3.438.991	628.681	-	-
Salários e Contribuições Sociais		271.891	243.258	12.987	12.478
Obrigações Pós-emprego	21	100.591	99.220	3.706	3.703
Provisão para Perdas em Instrumentos Financeiros		25.143	69.271	-	-
Dívidas com Pessoas Ligadas		-	-	8.646	6.687
Outras Obrigações		414.049	472.973	15.137	14.655
<b>TOTAL DO CIRCULANTE</b>		<b>12.169.346</b>	<b>6.403.358</b>	<b>2.352.548</b>	<b>1.604.669</b>
<b>NÃO CIRCULANTE</b>					
Encargos Regulatórios	20	262.202	142.481	-	-
Empréstimos e Financiamentos	19	5.358.450	6.244.475	18.397	36.794
Debêntures	19	2.599.559	4.779.449	-	-
Impostos, Taxas e Contribuições	18a	897.087	692.803	-	-
Imposto de Renda e Contribuição Social	18b	1.234.024	1.065.399	-	-
Provisões e Contingências Judiciais	22	549.439	370.907	185.952	187.553
Concessões a Pagar		129.696	117.802	-	-
Obrigações Pós-emprego	21	2.186.568	2.061.608	96.245	92.349
Outras Obrigações		226.427	201.419	66.915	71.554
<b>TOTAL DO NÃO CIRCULANTE</b>		<b>13.443.452</b>	<b>15.676.343</b>	<b>367.509</b>	<b>388.250</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO</b>		<b>25.612.798</b>	<b>22.079.701</b>	<b>2.720.057</b>	<b>1.992.919</b>
<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	23				
Capital Social		3.412.073	3.412.073	3.412.073	3.412.073
Reservas de Capital		3.953.850	3.953.850	3.953.850	3.953.850
Reservas de Lucros		3.292.871	2.873.253	3.292.871	2.873.253
Ajustes de Avaliação Patrimonial		1.080.800	1.210.605	1.080.800	1.210.605
Ajustes Acumulados de Conversão		5.354	(772)	5.354	(772)
Recursos Destinados a Aumento de Capital		-	27.124	-	27.124
<b>TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>11.744.948</b>	<b>11.476.133</b>	<b>11.744.948</b>	<b>11.476.133</b>
<b>TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>		<b>37.357.746</b>	<b>33.555.834</b>	<b>14.465.005</b>	<b>13.469.052</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS

**PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010**

**(Em milhares de Reais, exceto lucro por ação)**

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>RECEITA</b>	24	15.814.227	13.846.934	347	432
<b>CUSTOS OPERACIONAIS</b>					
<b>CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS</b>	25				
Energia Elétrica Comprada para Revenda		(4.277.980)	(3.721.585)	-	-
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão		(830.024)	(728.839)	-	-
Gás Comprado para Revenda		(329.105)	(225.398)	-	-
		(5.437.109)	(4.675.822)	-	-
<b>CUSTO DE OPERAÇÃO</b>	25				
Pessoal e Administradores		(933.954)	(967.117)	-	-
Materiais		(72.801)	(125.613)	-	-
Serviços de Terceiros		(739.674)	(804.921)	-	-
Depreciação e Amortização		(866.977)	(866.709)	-	-
Provisões Operacionais		(70.598)	(14.202)	-	-
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos		(153.979)	(140.404)	-	-
Custo de Construção		(1.529.269)	(1.327.693)	-	-
Outras		(152.463)	(45.913)	-	-
		(4.519.715)	(4.292.572)	-	-
<b>CUSTO TOTAL</b>		<b>(9.956.824)</b>	<b>(8.968.394)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>LUCRO BRUTO</b>		<b>5.857.403</b>	<b>4.878.540</b>	<b>347</b>	<b>432</b>
<b>DESPESA OPERACIONAL</b>	25				
Despesas com Vendas		(189.820)	(283.180)	-	-
(Despesas) Reversões Gerais e Administrativas		(840.961)	(367.141)	(68.915)	30.618
Outras Despesas Operacionais		(413.713)	(581.424)	(23.423)	(9.339)
		(1.444.494)	(1.231.745)	(92.338)	21.279
<b>Resultado Operacional antes do Resultado de Equivalência Patrimonial, Resultado Financeiro e Impostos</b>		<b>4.412.909</b>	<b>3.646.795</b>	<b>(91.991)</b>	<b>21.711</b>
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>		(744)	-	2.520.216	2.104.382
Receitas Financeiras	26	994.995	841.416	173.469	63.494
Despesas Financeiras	26	(2.050.786)	(1.665.925)	(167.469)	(66.213)
<b>Resultado antes dos Impostos</b>		<b>3.356.374</b>	<b>2.822.286</b>	<b>2.434.225</b>	<b>2.123.374</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	10c	(1.111.451)	(871.930)	(143.287)	(118.746)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	10c	170.527	307.620	124.512	253.348
<b>RESULTADO DO EXERCÍCIO</b>		<b>2.415.450</b>	<b>2.257.976</b>	<b>2.415.450</b>	<b>2.257.976</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação preferencial</b>	23	<b>3,54</b>	<b>3,41</b>	<b>3,54</b>	<b>3,41</b>
<b>Lucro Básico e Diluído por ação ordinária</b>	23	<b>3,54</b>	<b>3,41</b>	<b>3,54</b>	<b>3,41</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS ABRANGENTES

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Nota	Consolidado		Controladora	
		2011	2010	2011	2010
RESULTADO DO EXERCÍCIO		2.415.450	2.257.976	2.415.450	2.257.976
OUTROS RESULTADOS ABRANGENTES					
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior		6.126	(922)	6.126	(922)
Instrumentos financeiros de hedge de fluxo de caixa		(1.252)	2.111	(1.252)	2.111
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos		426	(718)	426	(718)
		(826)	1.393	(826)	1.393
RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		2.420.750	2.258.447	2.420.750	2.258.447

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA CONTROLADORA E CONSOLIDADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Ajustes Acumulados de Conversão	Lucros (Prejuízos) Acumulados	Recursos Destinados a Aumento de Capital	Total do Patrimônio Líquido
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2009</b>	<b>3.101.884</b>	<b>3.969.099</b>	<b>3.177.248</b>	<b>1.343.383</b>	<b>150</b>	<b>(453.387)</b>	<b>27.124</b>	<b>11.165.501</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.257.976	-	2.257.976
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	(922)	-	-	(922)
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	1.393	-	-	-	1.393
<b>Total do lucro abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.393</b>	<b>(922)</b>	<b>2.257.976</b>	<b>-</b>	<b>2.258.447</b>
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido								
Dividendos ordinários (R\$1,65 por ação)	-	-	-	-	-	(1.128.988)	-	(1.128.988)
Dividendos extraordinários (R\$1,32 por ação)	-	-	(900.000)	-	-	-	-	(900.000)
Dividendo adicional proposto (R\$0,10 por ação)	-	-	67.086	-	-	(67.086)	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido								
Aumento do Capital Social	310.189	(15.249)	(294.940)	-	-	-	-	-
Aquisição de controladas em conjunto – Efeito reflexo da adoção das novas normas contábeis	-	-	-	-	-	81.173	-	81.173
Constituição de Reservas								
Reserva Legal	-	-	112.899	-	-	(112.899)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	710.960	-	-	(710.960)	-	-
Realização de Reservas	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(134.171)	-	134.171	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010</b>	<b>3.412.073</b>	<b>3.953.850</b>	<b>2.873.253</b>	<b>1.210.605</b>	<b>(772)</b>	<b>-</b>	<b>27.124</b>	<b>11.476.133</b>
<b>SALDOS EM 1 DE JANEIRO DE 2011</b>	<b>3.412.073</b>	<b>3.953.850</b>	<b>2.873.253</b>	<b>1.210.605</b>	<b>(772)</b>	<b>-</b>	<b>27.124</b>	<b>11.476.133</b>
Resultado do Exercício	-	-	-	-	-	2.415.450	-	2.415.450
Outros resultados abrangentes:								
Diferenças cambiais de conversão de operações no exterior	-	-	-	-	6.126	-	-	6.126
Instrumentos Financeiros de hedge de fluxo de caixa	-	-	-	(826)	-	-	-	(826)
<b>Total do lucro abrangente do exercício</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(826)</b>	<b>6.126</b>	<b>2.415.450</b>	<b>-</b>	<b>2.420.750</b>
Transações com acionistas registradas diretamente no Patrimônio Líquido								
Dividendos ordinários (R\$ 1,77 por ação)	-	-	-	-	-	(1.207.725)	-	(1.207.725)
Dividendos extraordinários (R\$1,25 por ação)	-	-	(850.000)	-	-	-	-	(850.000)
Dividendo adicional proposto de 2010 pago em 2011 (R\$0,10 por ação)	-	-	(67.086)	-	-	-	-	(67.086)
Dividendo adicional proposto de 2011 (R\$ 0,13 por ação)	-	-	86.316	-	-	(86.316)	-	-
Outras mutações no Patrimônio Líquido								
Devolução de Recursos Destinados a Aumento de Capital	-	-	-	-	-	-	(27.124)	(27.124)
Constituição de Reservas								
Reserva Legal	-	-	109.210	-	-	(109.210)	-	-
Retenção de Lucros	-	-	1.141.178	-	-	(1.141.178)	-	-
Realização de Reservas								
Ajustes de avaliação patrimonial – custo atribuído de imobilizado	-	-	-	(128.979)	-	128.979	-	-
<b>SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011</b>	<b>3.412.073</b>	<b>3.953.850</b>	<b>3.292.871</b>	<b>1.080.800</b>	<b>5.354</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>11.744.948</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

## DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA

EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais)

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>				
Resultado do Exercício	2.415.450	2.257.976	2.415.450	2.257.976
<b>Despesas (Receitas) que não afetam o caixa e equivalentes de caixa</b>				
Impostos de Renda e Contribuição Social	(170.527)	(307.620)	(124.512)	(253.348)
Depreciação e Amortização	939.327	895.581	370	222
Baixas Líquidas de Imobilizado e Intangível	21.434	502	183	823
Resultado de Equivalência Patrimonial	744	-	(2.520.216)	(2.104.382)
Juros e Variações Monetárias	(782.764)	(515.615)	(184.280)	(40.596)
Provisões para Perdas Operacionais	342.161	(77.801)	(1.892)	(138.479)
Amortização de Ágio nas aquisições	85.520	71.746	-	-
Obrigações Pós-emprego	286.578	208.048	13.671	-
Outros	-	-	(29)	14.636
	3.137.923	2.532.817	(401.255)	(263.148)
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>				
Consumidores e Revendedores	(513.653)	(32.243)	-	-
Amortização do Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	173.233	115.964	-	-
Tributos Compensáveis	(167.761)	107.526	34.859	34.327
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	432.518	(74.806)	-	-
Concessionários – Transporte de energia	(26.504)	(33.572)	-	-
Depósitos Vinculados a Litígio	(225.658)	(399.639)	54.643	(100.056)
Dividendos recebidos de controladas	-	-	2.285.883	2.266.708
Ativo Financeiro	659.702	501.418	-	-
Outras	(53.290)	(124.630)	(35.692)	50.287
	278.587	60.018	2.339.693	2.251.266
<b>Aumento (Redução) de Passivos</b>				
Fornecedores	68.839	268.814	10.372	(12.588)
Impostos, Taxas e Contribuições	317.304	1.516	2.904	40.690
Salários e Contribuições Sociais	28.633	(110.033)	509	(5.945)
Encargos Regulatórios	103.535	60.181	-	-
Empréstimos e Financiamentos e Debêntures	245.911	285.747	(11.769)	241
Obrigações Pós-emprego	(160.247)	(56.247)	(9.772)	(10.125)
Outros	(122.296)	333.260	2.321	68.429
	481.679	783.238	(5.435)	80.702
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS</b>	<b>3.898.189</b>	<b>3.376.073</b>	<b>1.933.003</b>	<b>2.068.820</b>

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>				
Em Investimentos	(177.484)	-	(411.012)	(891.415)
Em Títulos e Valores Mobiliários – Aplicação Financeira	(37.129)	(321.858)	(179.945)	(55)
Em Ativos Financeiros	(1.025.894)	(1.477.201)	-	-
Em Imobilizado	(924.223)	(347.479)	-	(699)
Em Intangível	(1.851.993)	(2.297.772)	-	-
<b>CAIXA LÍQUIDO CONSUMIDO NAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO</b>	<b>(4.016.723)</b>	<b>(4.444.310)</b>	<b>(590.957)</b>	<b>(892.169)</b>
<b>FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>				
Financiamentos e Debêntures Obtidos	4.255.451	6.227.342	1.000.000	350.000
Pagamentos de Empréstimos e Financiamentos	(2.218.500)	(4.775.489)	(368.397)	(18.396)
Aporte em FIDC	-	-	(14.075)	(33.336)
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	(2.035.620)	(1.828.882)	(2.035.620)	(1.828.882)
<b>CAIXA LÍQUIDO PROVENIENTE (CONSUMIDO) NAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO</b>	<b>1.331</b>	<b>(377.029)</b>	<b>(1.418.092)</b>	<b>(1.530.614)</b>
<b>VARIAÇÃO LÍQUIDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>	<b>(117.203)</b>	<b>(1.445.266)</b>	<b>(76.046)</b>	<b>(353.963)</b>
<b>DEMONSTRAÇÃO DA VARIAÇÃO DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
No início do exercício	2.979.693	4.424.959	302.741	656.704
No fim do exercício	2.862.490	2.979.693	226.695	302.741
	<b>(117.203)</b>	<b>(1.445.266)</b>	<b>(76.046)</b>	<b>(353.963)</b>
<b>PAGAMENTOS EFETUADOS NO EXERCÍCIO</b>				
Juros sobre Empréstimos e Financiamentos	1.082.453	803.131	32.665	7.744
Imposto de Renda e Contribuição Social	885.373	501.846	41.604	31.674
<b>TRANSAÇÕES QUE NÃO ENVOLVERAM A SAÍDA DO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA</b>				
Encargos financeiros transferidos para o Imobilizado	46.643	17.116	-	-

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

# DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO

## EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de reais)

	Consolidado				Controladora			
	2011		2010 (Reclassificado)		2011		2010	
<b>RECEITAS</b>								
Venda de Energia, Gás e Serviços	22.810.729		19.941.661		347		432	
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	(163.629)		(104.983)		-		-	
	22.647.100		19.836.678		347		432	
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b>								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(4.277.980)		(3.721.585)		-		-	
Encargos de Uso da Rede Básica da Transmissão	(830.024)		(728.839)		-		-	
Serviços de Terceiros	(1.030.827)		(923.315)		(12.962)		(14.967)	
Gás Comprado para Revenda	(329.105)		(225.398)		-		-	
Materiais	(97.752)		(133.660)		(222)		(372)	
Custo de Construção	(1.529.269)		(1.327.693)		-		-	
Outros Custos Operacionais	(266.349)		(206.549)		(17.261)		99.076	
	(8.361.306)		(7.267.039)		(30.445)		83.737	
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b>	<b>14.285.794</b>		<b>12.569.639</b>		<b>(30.098)</b>		<b>84.169</b>	
<b>RETENÇÕES</b>								
Depreciação e Amortização	(939.327)		(895.581)		(370)		(222)	
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO PRODUZIDO PELA COMPANHIA</b>	<b>13.346.467</b>		<b>11.674.058</b>		<b>(30.468)</b>		<b>83.947</b>	
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b>								
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)		-		2.520.216		2.104.382	
Receitas Financeiras	1.037.342		880.758		215.425		102.038	
	1.036.598		880.758		2.735.641		2.206.420	
<b>VALOR ADICIONADO A DISTRIBUIR</b>	<b>14.383.065</b>		<b>12.554.816</b>		<b>2.705.173</b>		<b>2.290.367</b>	
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>		%		%		%		%
<b>Empregados</b>	<b>1.433.023</b>	<b>9,95</b>	<b>1.499.676</b>	<b>11,95</b>	<b>51.272</b>	<b>1,89</b>	<b>52.815</b>	<b>2,31</b>
Remuneração direta	1.002.811	6,96	1.041.447	8,31	26.173	0,97	20.916	0,92
Benefícios	349.526	2,43	339.538	2,70	18.069	0,67	18.945	0,83
FGTS	60.414	0,42	78.439	0,62	3.251	0,12	3.108	0,13
Outras	20.272	0,14	40.252	0,32	3.779	0,13	9.846	0,43
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b>	<b>8.396.455</b>	<b>58,38</b>	<b>7.073.605</b>	<b>56,34</b>	<b>70.154</b>	<b>2,59</b>	<b>(87.520)</b>	<b>(3,82)</b>
Federais	4.779.297	33,23	3.885.486	30,95	70.041	2,59	(87.726)	(3,83)
Estaduais	3.609.457	25,10	3.174.390	25,28	58	-	189	0,01
Municipais	7.701	0,05	13.729	0,11	55	-	17	-
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros</b>	<b>2.138.137</b>	<b>14,87</b>	<b>1.723.559</b>	<b>13,73</b>	<b>168.297</b>	<b>6,22</b>	<b>67.096</b>	<b>2,93</b>
Juros	2.050.786	14,26	1.665.925	13,27	167.469	6,19	66.213	2,89
Aluguéis	87.351	0,61	57.634	0,46	828	0,03	883	0,04
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b>	<b>2.415.450</b>	<b>16,80</b>	<b>2.257.976</b>	<b>17,98</b>	<b>2.415.450</b>	<b>89,30</b>	<b>2.257.976</b>	<b>98,58</b>
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.207.725	8,40	1.128.988	8,99	1.207.725	44,65	1.128.988	49,29
Lucros Retidos	1.207.725	8,40	1.128.988	8,99	1.207.725	44,65	1.128.988	49,29
	<b>14.383.065</b>	<b>100,00</b>	<b>12.554.816</b>	<b>100,00</b>	<b>2.705.173</b>	<b>100,00</b>	<b>2.290.367</b>	<b>100,00</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.



## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011 E 2010

(Em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

#### a) A Companhia

A Companhia Energética de Minas Gerais (“Cemig”, “Controladora” ou “Companhia”), sociedade de capital aberto, CNPJ nº 17.155.730/0001-64, tem suas ações negociadas no Nível 1 de Governança Corporativa da BM&F Bovespa (“Bovespa”) e nas Bolsas de Valores dos Estados Unidos da América (“NYSE”) e da Espanha (“LATIBEX”). A Companhia é uma entidade domiciliada no Brasil, com endereço na Av. Barbacena, 1.200 – Belo Horizonte / MG. Atua, única e exclusivamente, como Holding, com participação societária em empresas controladas individualmente ou em conjunto, cujos objetivos principais são a construção e a operação de sistemas de produção, transformação, transmissão, distribuição e comercialização de energia elétrica, bem como o desenvolvimento de atividades nos diferentes campos da energia, com vistas à respectiva exploração econômica.

A Cemig possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em Conjunto, em operação, em 31 de dezembro de 2011:

- Cemig Geração e Transmissão S.A. (“Cemig GT” ou “Cemig Geração e Transmissão”) (Controlada) subsidiária integral de capital aberto que possui 52 usinas, sendo 46 usinas hidrelétricas, 4 eólicas e 2 termelétricas e linhas de transmissão pertencentes, em sua maior parte, à rede básica do Sistema Brasileiro de Geração e Transmissão. A Cemig Geração e Transmissão possui participação societária nas seguintes Controladas, Controladas em Conjunto:
  - Hidrelétrica Cachoeirão S.A. (“Cachoeirão”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente através da Usina Hidrelétrica Cachoeirão, localizada em Pocrane, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou operação em 2009;
  - Baguari Energia S.A. (“Baguari Energia”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação, manutenção e exploração comercial da Usina Hidrelétrica Baguari, por meio de participação no Consórcio UHE Baguari (Baguari Energia - 49,00% e Neoenergia - 51,00%), localizada no Rio Doce, em Governador Valadares, no Estado de Minas Gerais. A Usina iniciou a operação de suas unidades entre o período de setembro de 2009 e maio de 2010;

- Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. (“Taesa”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica em 11 Estados do País. A Taesa possui as seguintes sociedades, por ela controlada: ETAU - Empresa de Transmissão do Alto Uruguai S.A. (“ETAU”), Brasnorte Transmissora de Energia S.A. (“Brasnorte”), Abengoa Participações S.A, União de Transmissoras de Energia Elétrica (“UNISA”) e Nordeste Transmissora de Energia S.A (“NTE”);
- Central Eólica Praias de Parajuru S.A. (“Central Eólica Praias de Parajuru”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada em Beberibe, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em agosto de 2009;
- Central Eólica Praias do Morgado S.A. (“Central Eólica Praias do Morgado”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A Usina iniciou operação em maio de 2010;
- Central Eólica Volta do Rio S.A. (“Central Eólica Volta do Rio”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica através de usina eólica, localizada no Município de Acaraú, no Estado do Ceará. A usina iniciou operação em setembro de 2010;
- Hidrelétrica Pipoca S.A. (“Pipoca”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Pipoca, localizada no rio Manhuaçu, municípios de Caratinga e Ipanema, Estado de Minas Gerais. A hidrelétrica iniciou operação em outubro de 2010;
- Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A. (“EBTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através das linhas de transmissão no Estado de Mato Grosso. A transmissora entrou em operação em junho de 2011;

Controladas e Controladas em conjunto da Cemig Geração e Transmissão em fase pré-operacional:

- Guanhães Energia S.A. (“Guanhães Energia”) (Controlada em conjunto) - Produção e comercialização de energia elétrica por meio da implantação e exploração das Pequenas Centrais Hidrelétricas Dores de Guanhães, Senhora do Porto e Jacaré, localizadas em Dores de Guanhães e Pequena Central Hidrelétrica Fortuna II, localizada em Virginópolis, todas no Estado de Minas Gerais. A previsão de início de operação da primeira turbina é para outubro de 2013;
- Cemig Baguari Energia S.A. (“Cemig Baguari”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Madeira Energia S.A. (“Madeira”) (Controlada em conjunto) – Implementação, construção, operação e exploração da Usina Hidrelétrica de Santo Antônio por meio da seguinte Sociedade, por ela, controlada: Santo Antônio Energia S.A., localizada na bacia hidrográfica do Rio Madeira, no Estado de Rondônia, e previsão de início de operação comercial em 2012. A Madeira tem apurado prejuízos nos últimos exercícios em função de estar em período pré-operacional e excesso de passivos circulantes sobre ativos circulantes no montante de R\$1.353.287 (R\$1.279.002 no Consolidado), com efeito proporcional na Cemig Geração e Transmissão de R\$127.900, em 31 de dezembro de 2011, decorrente principalmente do vencimento de parte do saldo das debêntures em 30 de setembro de 2012. Para equalização da situação do capital circulante negativo, a Madeira conta com os aportes de recursos dos seus acionistas, estimados em R\$2.881.000 para o exercício de 2012, para fazer face as suas obrigações de curto prazo. Também vem apresentando gastos de constituição relacionados com o desenvolvimento do projeto para construção da usina, os quais, de acordo com as projeções financeiras, deverão ser absorvidos pelas receitas futuras das operações. O montante constituído de ativo imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, com os referidos gastos de R\$11.510.013 (R\$1.151.001 proporcional à Cemig Geração e Transmissão) terá sua realização iniciada no primeiro trimestre de 2012, quando do início das operações, de acordo com as expectativas da Administração;

- Lightger S.A. (“Light Ger”) (controlada em conjunto) - Produção independente de Energia Elétrica, mediante a implantação e exploração do potencial hidráulico denominado PCH Paracambi, localizada no rio Ribeirão das Lages no município de Paracambi, no Estado do Rio de Janeiro. Previsão de entrada em operação no primeiro semestre de 2012;

- Amazônia Energia Participações S.A. (“Amazônia”) (controlada em conjunto) – Sociedade de Propósito Específico (SPE), criada pela Cemig Geração e Transmissão e a Light, com a finalidade de aquisição de participação de 9,77% na participação da Norte Energia S.A., empresa detentora da concessão da Usina Hidrelétrica de Belo Monte (“UHE Belo Monte”). A Cemig Geração e Transmissão detém 74,5% da Amazônia Energia enquanto a Light detém 25,5% e a previsão de início de operação da primeira turbina é para fevereiro de 2015.

■ Cemig Distribuição S.A. (“Cemig D” ou “Cemig Distribuição”) (Controlada) - Subsidiária integral de capital aberto, com distribuição de energia elétrica através de redes e linhas de distribuição, em praticamente todo Estado de Minas Gerais;

■ Light S.A. (“Light”) (Controlada em conjunto) - Tem por objeto social a participação em outras sociedades, como sócia-quotista ou acionista, e a exploração, direta ou indiretamente, conforme o caso, de serviços de energia elétrica, compreendendo os sistemas de geração, transmissão, comercialização e distribuição de energia elétrica, bem como de outros serviços correlatos. A Light possui as seguintes empresas Controladas e Controladas em Conjunto:

- Light Serviços de Eletricidade S.A. (“Light SESA”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital aberto que tem como atividade principal a distribuição de energia elétrica, com atuação em diversos municípios do Estado do Rio de Janeiro;
- Light Energia S.A. (“Light Energia”) (Controlada) - Sociedade por ações de capital fechado que tem como atividades principais: estudar, planejar, construir, operar e explorar sistemas de geração, transmissão e comercialização de energia elétrica e serviços correlatos. A Light Energia possui participação societária na Central Eólica São Judas Tadeu Ltda, Central Eólica Fontainha Ltda e Renova Energia S.A.;
- Light Esco Prestação de Serviços Ltda. (“Light Esco”) (Controlada) - Empresa que tem como atividade principal a compra, venda, importação, exportação e prestação de serviços de consultoria no setor de energia;
- Itaocara Energia Ltda. (“Itaocara Energia”) (Controlada) - Empresa em fase pré-operacional, que tem como atividade principal a realização de projeto, construção, instalação, operação e exploração de usinas de geração de energia elétrica;
- Lightger S.A. (“Light Ger”) - Empresa em fase pré-operacional, para participação em leilões de concessões, autorizações e permissões em novas usinas. Em 24 de dezembro de 2008, a Light Ger obteve a licença de instalação que autoriza o início das obras de implantação da PCH Paracambi. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig Geração e Transmissão (49%). Previsão de entrada em operação da primeira máquina em início de 2012;
- Light Soluções em Eletricidade Ltda. (“Light Soluções”) antiga Lighthidro passou a ter a nova denominação de acordo com o contrato social datado em 27 de janeiro de 2011, que tem como atividade principal a prestação de serviço aos clientes de baixa tensão contemplando montagem, reforma e manutenção de instalações em geral;
- Instituto Light para o Desenvolvimento Urbano e Social (“Instituto Light”) (Controlada) - Tem como objetivo participar em projetos sociais e culturais e tem interesse no desenvolvimento econômico e social das cidades;
- Lightcom Comercializadora de Energia S.A. (“Lightcom”) (Controlada) - Tem como objetivos a compra, venda, importação e exportação de energia e a consultoria em geral nos mercados livre e regulado de energia;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%).

- Sá Carvalho S.A. (“Sá Carvalho”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como Concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica de Sá Carvalho;
- Usina Térmica Ipatinga S.A. (“Ipatinga”) (Controlada) - Produção e comercialização, em regime de produção independente, de energia termelétrica, através da Usina Térmica de Ipatinga, localizada nas instalações das Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais S.A. - USIMINAS;
- Companhia de Gás de Minas Gerais (“Gasmig”) (Controlada em conjunto) - Aquisição, transporte e distribuição de gás combustível ou de subprodutos e derivados, mediante concessão para distribuição de gás no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Telecomunicações S.A. - Cemig Telecom (“Cemig Telecom”) (anteriormente denominada Empresa de Infovias S.A.) (Controlada) - Prestação e exploração de serviço especializado na área de Telecomunicações, através de sistema integrado, constituído de cabos de fibra ótica, cabos coaxiais, equipamentos eletrônicos e associados (rede de multisserviços). A Cemig Telecom participa em 49% no capital da Ativas Data Center (“Ativas”) (Controlada em conjunto) cuja principal atividade é a prestação de serviços de fornecimento de infraestrutura de TIC – Tecnologia de informação, compreendendo hospedagem física e serviços relacionados para médias e grandes corporações;
- Efficientia S.A. (“Efficientia”) (Controlada) - Prestação de serviços de eficiência, otimização e soluções energéticas, por meio de estudos e execução de projetos, além de prestar serviços de operação e manutenção em instalações de suprimento de energia;
- Horizontes Energia S.A. (“Horizontes”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas de Machado Mineiro e Salto do Paraopeba, localizadas no Estado de Minas Gerais, e Salto do Voltão e Salto do Passo Velho, localizadas no Estado de Santa Catarina;
- Central Termelétrica de Cogeração S.A. (“Cogeração”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente em futuros empreendimentos;
- Rosal Energia S.A. (“Rosal”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica, como concessionária do serviço público de energia elétrica, através da Usina Hidrelétrica Rosal, localizada na divisa dos Estados do Rio de Janeiro e Espírito Santo;
- Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica S.A. (anteriormente denominada Central Hidrelétrica Pai Joaquim S.A.) (Controlada) - Produção e

comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, em futuros empreendimentos;

- Cemig PCH S.A. (“PCH”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através da Usina Hidrelétrica de Pai Joaquim;
- Cemig Capim Branco Energia S.A. (“Capim Branco”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia elétrica em regime de produção independente, através das Usinas Hidrelétricas Amador Aguiar I e II, construídas por meio de consórcio com parceiros privados;
- UTE Barreiro S.A. (“Barreiro”) (Controlada) - Produção e comercialização de energia termelétrica, em regime de produção independente, por meio da implantação e exploração da Central Termelétrica, denominada UTE Barreiro, localizada nas instalações da V&M do Brasil S.A., no Estado de Minas Gerais;
- Cemig Trading S.A. (“Cemig Trading”) (Controlada) - Comercialização e intermediação de negócios relacionados à energia;
- Companhia Transleste de Transmissão (“Transleste”) (Controlada em conjunto) - Operação de linha de transmissão conectando a subestação localizada em Montes Claros à subestação da Usina Hidrelétrica de Irapé;
- Companhia Transudeste de Transmissão (“Transudeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Itutinga - Juiz de Fora;
- Companhia Transirapé de Transmissão (“Transirapé”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Irapé - Araçuaí;
- Empresa Paraense de Transmissão de Energia S.A. (“ETEP”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo linha de transmissão no Estado do Pará. A ETEP constituiu a Controlada, Empresa Santos Dumont de Energia S.A. - ESDE, com participação de 100%;
- Empresa Norte de Transmissão de Energia S.A. (“ENTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de duas linhas de transmissão no Estado do Pará e no Estado do Maranhão;
- Empresa Regional de Transmissão de Energia S.A. (“ERTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linha de transmissão no Estado do Pará;

- Empresa Amazonense de Transmissão de Energia S.A. (“EATE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, compreendendo as linhas de transmissão entre as subestações seccionadoras Tucuruí, Marabá, Imperatriz, Presidente Dutra e Açailândia. A EATE possui participação nas seguintes Transmissoras: Empresa Brasileira de Transmissão de Energia S.A.- (“EBTE”) (Controlada em Conjunto); Sistema de Transmissão Catarinense S.A. – (“STC”) (Controlada) e Lumitrans Companhia Transmissora de Energia Elétrica S.A. – (“Lumitrans”) (Controlada);
- Empresa Catarinense de Transmissão de Energia S.A. (“ECTE”) (Controlada em conjunto) - Concessionária de serviço público de transmissão de energia elétrica, através de linhas de transmissão no Estado de Santa Catarina;
- Axxiom Soluções Tecnológicas S.A. (“Axxiom”) (Controlada em conjunto) – Sociedade por ações de capital fechado, que tem por objetivo a oferta de soluções de tecnologia e sistemas para gestão operacional de concessionárias de serviços públicos, incluindo empresas de energia elétrica, de gás, de água e esgoto e demais empresas de utilidades. Controlada em conjunto pela Light (51%) e pela Cemig (49%);
- Transchile Charrua Transmisión S.A. (“Transchile”) (Controlada em conjunto) - Implantação, operação e manutenção da LT Charrua - Nueva Temuco, e de duas seções de linha de transmissão nas SEs Charrua e Nueva Temuco, na região central do Chile. A Transchile é sediada na cidade de Santiago, no Chile. A linha de transmissão entrou em operação em janeiro de 2010;
- Companhia de Transmissão Centroeste de Minas (“Centroeste”) (Controlada em conjunto) - Construção, implantação, operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica da rede básica do Sistema Elétrico Interligado - LT Furnas - Pimenta. A linha de transmissão entrou em operação em abril de 2010;
- Parati S.A. Participações em Ativos de Energia Elétrica (“Parati”) (Controlada em conjunto) – Participação no Capital de outras Sociedades, Comerciais ou Cíveis, nacionais ou estrangeiras, como sócia, acionista ou quotista independente de sua atividade. A Parati detém 6,42% de participação na Light;
- Cemig Serviços S.A. (“Cemig Serviços”) (Controlada) - A Companhia tem por objeto a prestação de serviços, relacionados a projetos, construção, operação e manutenção de sistemas de Geração, Transmissão e Distribuição de Energia Elétrica, bem como a prestação dos serviços administrativos, comerciais e de engenharia nos diferentes campos de energia, em quaisquer de suas fontes;

Os controles compartilhados (em conjunto) são decorrentes de acordos entre os acionistas das empresas investidas.

#### **b) Setor Elétrico no Brasil:**



O setor de energia elétrica no Brasil é regulado pelo Governo Federal, atuando por meio do Ministério de Minas e Energia (“MME”), o qual possui autoridade exclusiva sobre o setor elétrico. A política regulatória para o setor é implementada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (“ANEEL”).

O fornecimento de energia elétrica a varejo pela Companhia e suas controladas e controladas em conjunto é efetuado de acordo com o previsto nas cláusulas de seus contratos de concessão de longo prazo de venda de energia.

De acordo com os contratos de concessão de distribuição, a Companhia está autorizada a cobrar de seus consumidores uma taxa pelo fornecimento de energia consistindo em dois componentes: (1) uma parcela referente aos custos de geração, transmissão e distribuição de energia não gerenciáveis (“Custos da Parcela A”); e (2) uma parcela de custos operacionais (“Custos da Parcela B”). Ambas as parcelas são estabelecidas como parte da concessão original para determinados períodos iniciais. Subsequentemente aos períodos iniciais, e em intervalos regulares, a ANEEL tem a autoridade de rever os custos da Companhia, a fim de determinar o ajuste da inflação (ou outro fator de ajuste similar), caso existente, aos Custos da Parcela B (“Ajuste Escalar”) para o período subsequente. Esta revisão poderá resultar num ajuste escalar com valor positivo, nulo ou negativo.

Adicionalmente aos ajustes referentes aos Custos da Parcela A e Parcela B mencionados acima, as concessões para fornecimento de energia elétrica têm um ajuste tarifário anual, baseado em uma série de fatores, incluindo a inflação. Adicionalmente, como resultado das mudanças regulatórias ocorridas em dezembro de 2001, a Companhia pode agora requisitar reajustes tarifários resultantes de eventos significativos que abalem o equilíbrio econômico-financeiro dos seus negócios. Outros eventos normais ou recorrentes (como altas no custo da energia comprada, impostos sobre a receita ou ainda a inflação local) também têm permissão para serem absorvidos através de aumentos tarifários específicos. Quando a Companhia solicita um reajuste tarifário, se faz necessário comprovar o impacto financeiro resultante destes eventos nas operações.

No negócio de geração, a Companhia além de vender energia através dos leilões para as distribuidoras através do mercado cativo, também vende energia à Consumidores Livres no mercado livre – ACL. No mercado livre - ACL, a energia é negociada através das concessionárias de geração, PCH – Pequenas Centrais Hidrelétricas, auto geradores, comercializadores e importadores de energia.

Consumidores livres são aqueles cuja demanda excede a 3 MW em tensão igual ou superior a 69kV ou em qualquer nível de tensão, desde que o fornecimento começou após julho de 1995.



Uma vez que um consumidor tenha optado pelo mercado livre, só poderá voltar ao sistema regulado se comunicar ao distribuidor de sua região com cinco anos de antecedência. Este período de aviso prévio procura assegurar que, se necessário, a distribuidora poderá comprar energia adicional para suprir a reentrada de Consumidores Livres no mercado regulado. As geradoras estatais podem vender energia a consumidores livres, mas ao invés de geradores privados, são obrigados a fazê-lo através de um processo de leilão.

De acordo com os contratos de concessão transmissão, a Companhia está autorizada a cobrar a TUST - tarifas de uso do sistema de transmissão. As tarifas são reajustadas anualmente na mesma data em que ocorrem os reajustes das Receitas Anuais Permitidas - RAP das concessionárias de transmissão. Esse período tarifário inicia-se em 1º de julho do ano de publicação das tarifas até 30 de junho do ano subsequente.

O serviço de transporte de grandes quantidades de energia elétrica por longas distâncias, no Brasil, é feito utilizando-se de uma rede de linhas de transmissão e subestações em tensão igual ou superior a 230 kV, denominada Rede Básica.

Qualquer agente do setor elétrico, que produza ou consuma energia elétrica tem direito à utilização desta Rede Básica, como também o consumidor, atendidas certas exigências técnicas e legais. Este é o chamado Livre Acesso, assegurado em Lei e garantido pela ANEEL.

A operação e administração da Rede Básica é atribuição do Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS, pessoa jurídica de direito privado, autorizado do Poder Concedente, regulado e fiscalizado pela ANEEL, e integrado pelos titulares de geração, transmissão, distribuição, comercialização e também pelos consumidores com conexão direta à rede básica. O ONS tem a responsabilidade de gerenciar o despacho de energia elétrica das usinas em condições otimizadas, envolvendo o uso dos reservatórios das hidrelétricas e o combustível das termelétricas do sistema interligado nacional.

O pagamento do uso da transmissão aplica-se também à geração da Itaipu Binacional. Entretanto, devido às características legais dessa usina, os encargos correspondentes são assumidos pelas concessionárias de distribuição detentoras das respectivas quotas-partes da potência da usina.

## 2. BASE DE PREPARAÇÃO

### 2.1 Declaração de Conformidade

As Demonstrações Contábeis da controladora foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (“BRGAAP”), compreendendo: a Lei das Sociedades por Ações, que incorporam os dispositivos das Leis 11.638/07 e 11.941/09; os pronunciamentos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”); e normas da Comissão de Valores Mobiliários (“CVM”). Essas práticas diferem das IFRS aplicáveis para Demonstrações Contábeis separadas em função da avaliação dos investimentos em controladas e controladas em conjunto pelo método de equivalência patrimonial conforme BRGAAP, enquanto para fins de IFRS seria pelo custo ou valor justo.

As Demonstrações Contábeis consolidadas foram elaboradas em conformidade com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (“IFRS”) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Contudo, não há diferença entre o Patrimônio Líquido e o resultado consolidado apresentado de forma consolidada e o Patrimônio Líquido e resultado da controladora em suas Demonstrações Contábeis individuais. Assim sendo, as Demonstrações Contábeis consolidadas da Companhia e as Demonstrações Contábeis individuais da controladora estão sendo apresentadas lado-a-lado em um único conjunto de Demonstrações Contábeis.

Em 06 de março de 2012, a Diretoria Executiva da Companhia autorizou a conclusão das Demonstrações Contábeis referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2011, sendo que foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 15 de março de 2012.

### 2.2 Bases de mensuração

As Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais:

- os instrumentos financeiros e instrumentos financeiros derivativos mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não derivativos mensurados pelo valor justo por meio do resultado;

## 2.3 Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras estão apresentadas em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma.

## 2.4 Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações Contábeis, individuais e consolidadas, de acordo com as normas IFRS e as normas do CPC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As principais estimativas relacionadas às Demonstrações Contábeis referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

- Nota 8 – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa;
- Nota 10 – Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido;
- Nota 15 – Depreciação;
- Nota 16 – Amortização;
- Nota 21 – Obrigações Pós-Emprego;
- Nota 22 – Provisões;
- Nota 24 – Fornecimento não Faturado de Energia Elétrica; e
- Nota 29 – Mensuração pelo Valor Justo e Instrumentos Financeiros Derivativos.

## 2.5 Reclassificações de saldos contábeis

Conta Original	2010 Consolidado	2010 Controladora	Conta de Reclassificação	2010 Consolidado (Reclassificado)	2010 Controladora (Reclassificado)
<b>Balanco Patrimonial</b>			<b>Balanco Patrimonial</b>		
<b>Ativo Circulante</b>			<b>Ativo Circulante</b>		
Outros Créditos	(29.959)	-	Revendedores – Transações com Energia Livre	29.959	-
	<b>(29.959)</b>	-		<b>29.959</b>	-
<b>Não Circulante</b>			<b>Não Circulante</b>		
Investimentos	(24.206)	-	Outros Créditos	24.206	-
	<b>(24.206)</b>	-		<b>24.206</b>	-
<b>Demonstrações de Resultados</b>			<b>Demonstrações de Resultados</b>		
<b>Receita</b>			<b>Receita</b>		
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica	(132.772)	-	Outras Receitas Operacionais	132.772	-
Receita de Construção	-	-	Receita de Construção	983.604	-
Receita de Uso da Rede	(357.782)	-	Receita de Construção	357.782	-
	<b>(490.554)</b>	-		<b>1.474.158</b>	-
<b>Custos e Despesas</b>			<b>Custos e Despesas</b>		
Custo de Construção	-	-	Custo de Construção	983.604	-
Outras Despesas	(144.086)	-	Custo de Construção	144.086	-
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(312.781)	-	Outras Despesas Operacionais	312.781	-
	<b>(456.867)</b>	-		<b>1.440.472</b>	-
<b>Receitas Financeiras</b>			<b>Despesas Financeiras</b>		
Ganhos com Instrumentos Financeiros	(7.682)	-	Perdas com Instrumentos Financeiros	7.682	-
	<b>(7.682)</b>	-		<b>7.682</b>	-
<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>			<b>Demonstração do Valor Adicionado</b>		
Venda de Energia, Gás e Serviços	-	-	Venda de Energia, Gás e Serviços	983.604	-
Custo de Construção	-	-	Custo de Construção	983.604	-
Outros Custos Operacionais	(344.088)	-	Custo de Construção	344.088	-
Receitas Financeiras	(7.682)	-	Juros	7.682	-
<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>			<b>Demonstração do Fluxo de Caixa</b>		
<b>Despesas e receitas que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa</b>			<b>Despesas e receitas que não afetam o Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
			Juros e Variações Monetárias	(582.148)	-
<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>			<b>(Aumento) Redução de Ativos</b>		
Tributos Compensáveis	32.720	-	Tributos Compensáveis	107.526	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	-	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar	(74.806)	-
Ativo Financeiro	-	-	Ativo Financeiro	501.418	-
<b>(Aumento) Redução de Passivos</b>			<b>(Aumento) Redução de Passivos</b>		
Impostos, Taxas e Contribuições	1.516	-	Impostos, Taxas e Contribuições	350.218	-
Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	-	-	Imposto de Renda e Contribuição Social a Pagar	(348.702)	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	(9.034)	-	Outros	(9.034)	-
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>			<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos</b>		
Em Ativos Financeiros	80.730	-			

As reclassificações acima apresentadas foram realizadas para proporcionar informações mais relevantes relacionadas aos seguintes itens:

- Investimentos: informação não relevante individualmente, relacionada ao custo de aquisição de participações em projetos audiovisuais em conformidade com a lei de incentivos fiscais vigente;

- Receita e Custo de Construção: apresentados pelo valor líquido nas Demonstrações de Resultados e Demonstrações do Valor Adicionado em 2010, que foram segregados para permitir a avaliação dos seus montantes e seus respectivos impactos nas receitas e despesas operacionais;
- Participação dos Empregados e Administradores no Resultado: apresentada como um item dos custos operacionais em 2010 que foi reclassificada para outras despesas operacionais em função de se tratar de uma distribuição de resultados baseada em metas corporativas gerais, definidas em Acordo Coletivo de Trabalho específico;
- Resultado Financeiro: apresentados os resultados dos instrumentos financeiros pelo seu valor líquido, se ganho ou perda no período;
- Ativo Financeiro: reclassificação de receita de ativo financeiro entre atividades operacionais e de investimentos para melhor apresentação;

Os demais itens foram reclassificados para melhor apresentação dos seus efeitos nas Demonstrações Contábeis.

## 2.6 Principais Práticas Contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os períodos apresentados nessas Demonstrações Contábeis individuais e consolidadas.

As políticas contábeis referentes as atuais operações da Companhia e aplicadas de maneira consistente pelas entidades do grupo são como segue:

### a) Instrumentos Financeiros

*Ativos financeiros não derivativos* – A Companhia reconhece os Empréstimos e Recebíveis e Depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que, seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros, é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no Balanço Patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos: Caixa e Depósitos Bancários, Aplicações Financeiras e Títulos e Valores Mobiliários, mensuradas ao valor justo por meio do resultado; Créditos com Consumidores, Revendedores e Concessionários de Transporte de Energia, Crédito com o Governo do Estado de Minas Gerais e Ativos Financeiros da Concessão, reconhecidos pelo seu valor nominal de realização e similares aos valores justos.

*Passivos financeiros não derivativos* – A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas e canceladas ou vencidas.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: Empréstimos, Financiamentos, Debêntures, Fornecedores e outras Contas a Pagar. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

*Capital Social* – Ações ordinárias são classificadas como Patrimônio Líquido. O capital preferencial é classificado como Patrimônio Líquido caso seja não resgatável, ou somente resgatável à escolha da Companhia. Ações preferenciais não dão direito a voto e possuem preferência na liquidação da sua parcela do Capital Social. Os direitos de dividendos mínimos estabelecidos para as ações preferenciais estão descritos na Nota Explicativa nº 23 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em Estatuto são reconhecidos como passivo.

*Instrumentos financeiros ao valor justo por meio do resultado* – Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício. Foram considerados nessa categoria os Títulos e Valores Mobiliários e Equivalentes de Caixa.

*Empréstimos e recebíveis* – são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem Caixa, Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Contas a Receber do Governo de Minas Gerais, Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios, Ativo Financeiro da Concessão e Revendedores – Transações com Energia Livre.

Caixa e Equivalentes de Caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários à vista e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um insignificante risco de mudança de valor. Caixa e Equivalentes de Caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimento ou outros fins.

A Companhia reconhece um ativo financeiro resultante de um contrato de concessão quando tem um direito contratual incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro do poder concedente, ou sob a direção do concedente pelos serviços de construção ou melhoria prestada. Tais ativos financeiros são mensurados pelo valor justo mediante o reconhecimento inicial. Após o reconhecimento inicial, os ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado e classificados como empréstimos e recebíveis.

*Instrumentos financeiros derivativos e atividades de hedge* – A Controlada em conjunto “Madeira” mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para proteger o fluxo de caixa e regular as principais exposições de riscos financeiros e a Controlada Cemig Distribuição mantém instrumentos derivativos de hedge financeiros para regular as suas exposições de riscos de variação de moeda estrangeira. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as variações no valor justo são registradas no resultado, exceto na circunstância descrita abaixo para contabilização de operações de *hedge*.

O método de contabilização dos ganhos e perdas dos derivativos está condicionado à possível classificação do derivativo como instrumento de “*hedge* de fluxo de caixa”. A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “*hedge* de fluxo de caixa” é reconhecida em outros resultados abrangentes. O ganho ou perda relacionado com a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado financeiro. Os valores acumulados no patrimônio são realizados na Demonstração do Resultado nos períodos em que o item protegido por *hedge* afetar o resultado. Para os derivativos que não são classificados como “*hedge* de fluxo de caixa”, as variações de valor justo são reconhecidas como ganhos ou perdas no resultado financeiro.

Para a utilização do *hedge accounting*, a “Madeira” ampara-se na sua política classificando os derivativos aplicáveis como *hedge* de fluxo de caixa, ressaltando que sua administração considera altamente efetivos os instrumentos que compensem entre 80% e 125% da mudança no preço do item para o qual a proteção foi contratada.

b) Moeda estrangeira e operações no exterior

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da Companhia pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data. O ganho ou perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do período, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o período, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do período de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo são reconvertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado. As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio apurada na data da transação.



Os ganhos e as perdas decorrentes de variações de moedas estrangeiras referentes à controlada em conjunto Transchile são reconhecidos diretamente no Patrimônio Líquido na conta de Ajuste Acumulado de Conversão e reconhecidos no demonstrativo de resultado quando esses investimentos forem alienados, total ou parcialmente. As Demonstrações Contábeis de controlada no exterior são ajustadas às práticas contábeis brasileiras e internacionais e, posteriormente, convertidas para a moeda funcional local pela taxa de câmbio da data do fechamento.

c) Consumidores e Revendedores, Concessionários - Transporte de Energia e Revendedores – Transações com Energia Livre

As contas a receber de Consumidores, Revendedores e Concessionários – Transporte de Energia – são registradas inicialmente pelo valor justo, faturado e não faturado, e, subsequentemente mensuradas pelo custo amortizado. Inclui os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

A Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa, para os consumidores de baixa e média tensão, é registrada com base em estimativas da Administração, em valor suficiente para cobrir prováveis perdas. Os principais critérios definidos pela Companhia são: (i) consumidores com valores significantes, uma análise é feita do saldo a receber levando em conta o histórico da dívida, as negociações em andamento e as garantias reais; (ii) para os outros consumidores os débitos vencidos a mais de 90 dias para consumidores residenciais, mais de 180 dias para os consumidores comerciais, ou mais de 360 dias para os demais consumidores, 100% do saldo é provisionado. Tais critérios não diferem daqueles estabelecidos pela ANEEL.

Para os grandes consumidores é feita uma análise individual dos devedores e das ações em andamento para recebimento dos créditos.

d) Estoques

Os Estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio de aquisição e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. Os materiais em estoque são classificados no Ativo Circulante e os materiais destinados a obras são classificados no Ativo Imobilizado ou Intangível, não sendo depreciados ou amortizados.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Investimentos

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente pelo custo. Os investimentos da Companhia incluem o ágio identificado na aquisição, líquido de quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

f) Arrendamento Operacional

Pagamentos efetuados sob um contrato de Arrendamento Operacional são reconhecidos como despesas na Demonstração de Resultados em bases lineares pelo prazo do contrato de arrendamento.

g) Ativos Vinculados à Concessão

*Atividade de distribuição* – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um ativo intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para a atividade de distribuição de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente amortizada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre Ativo Financeiro e Ativo Intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

*Atividade de transmissão* – Para as novas concessões de transmissão, outorgadas após o ano 2000, os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseado no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Somente são registrados no resultado os custos da infraestrutura que será utilizada durante a concessão. A parcela dos ativos que não será utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Financeiro, pois existe um direito incondicional de receber caixa ou outro Ativo Financeiro diretamente do poder concedente ao final da vigência do contrato.

Para as novas concessões se registra no ativo, durante o período da construção das linhas, a receita de transmissão a ser recebida durante todo o período da concessão, a valor justo.

Para as concessões de transmissão antigas, outorgadas antes do ano 2000, a Companhia não adotou de forma retroativa o ICPC 01 (IFRIC 12) em função do volume e idade dos ativos. Dessa forma, foram utilizados na adoção inicial os saldos contábeis dos ativos.

Nesses casos, os ativos são integralmente alocados como um ativo financeiro tendo em vista que não existe risco de demanda na atividade de transmissão e que a receita decorre apenas da disponibilização da rede.

Dos valores faturados de Receita Anual Permitida – (“RAP”), a parcela referente ao valor justo da operação e manutenção dos ativos é registrada em contrapartida ao resultado do exercício e a parcela referente à receita de construção, registrada originalmente quando da formação dos ativos, é utilizada para a baixa do ativo financeiro.

As adições por expansão e reforço geram fluxo de caixa adicional e, portanto, esse novo fluxo de caixa é incorporado ao saldo do ativo financeiro.

*Atividade de gás* – A parcela dos ativos da concessão que será integralmente utilizada durante a concessão é registrada como um Ativo Intangível e amortizada integralmente durante o período de vigência do contrato de concessão.

A amortização é calculada sobre o saldo dos ativos vinculados à concessão pelo método linear, mediante aplicação das taxas de amortização que refletem a vida útil estimada dos bens.

A Companhia mensura a parcela do valor dos ativos que não estará integralmente depreciada até o final da concessão, registrando esse valor como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

Os novos ativos são registrados inicialmente no Ativo Intangível, mensurados pelo custo de aquisição, incluindo os custos de empréstimos capitalizados. Quando da sua entrada em operação são bifurcados entre ativo financeiro e ativo intangível, conforme critério mencionado nos parágrafos anteriores.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado em contrapartida ao resultado do exercício.

*Atividade de geração eólica* – Os custos relacionados à construção da infraestrutura são registrados no resultado quando da sua apuração e registra-se uma Receita de Construção baseada no estágio de conclusão da obra realizada, incluindo os impostos incidentes sobre a receita e eventual margem de lucro.

Os saldos dos ativos, utilizados integralmente durante o período da concessão, são reconhecidos no Ativo Intangível.

#### h) Ativos Intangíveis

Os Ativos Intangíveis compreendem os ativos referentes aos contratos de concessão de serviços e softwares.

Os seguintes critérios são aplicados em caso de ocorrência: (i) Ativos intangíveis adquiridos de terceiros: são mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização; (ii) Ativos intangíveis gerados internamente: são reconhecidos como ativos na fase de desenvolvimento desde que seja demonstrada a sua viabilidade técnica de utilização e se os benefícios econômicos futuros forem prováveis. São mensurados pelo custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável.

Para os Ativos Intangíveis vinculados à concessão, são adotados os procedimentos mencionados no item “ativos vinculados à concessão” acima.

#### i) Imobilizado

Os bens do Ativo Imobilizado são avaliados pelo custo incorrido na data de sua aquisição ou formação, incluindo custo atribuído, encargos financeiros capitalizados e deduzidos da depreciação acumulada. O custo inclui os gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Para os ativos construídos pela Companhia são incluídos o custo de materiais e mão de obra direta, além de outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que estejam em condições de operar de forma adequada.

Os gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

O valor contábil dos bens substituídos é baixado, sendo que os gastos com reparos e manutenções são integralmente registrados em contrapartida ao resultado do exercício.

A Depreciação e a Amortização são calculadas sobre o saldo das imobilizações em serviço e investimentos em consórcio pelo método linear, mediante aplicação das taxas determinadas pela ANEEL para os ativos relacionados às atividades de energia elétrica, e refletem a vida útil estimada dos bens.

As principais taxas de depreciação dos ativos do Imobilizado estão demonstradas na Nota Explicativa nº 15 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Os juros e demais encargos financeiros incorridos de financiamentos vinculados às obras em andamento são apropriados às Imobilizações em Curso e consórcios durante o período de construção.

Para aqueles recursos que foram captados especificamente para determinadas obras, a alocação dos encargos é feita de forma direta para os ativos financiados. Para os demais empréstimos e financiamentos que não estão vinculados diretamente a obras específicas, é estabelecida uma taxa média ponderada para a capitalização dos custos desses empréstimos.

j) Redução ao valor recuperável

*Ativos financeiros* – Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

A Companhia considera evidência de perda de valor para recebíveis tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Todos os recebíveis individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Recebíveis que não são individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável com relação a um ativo financeiro medido pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis. Os juros sobre o ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos através da reversão do desconto. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

*Ativos não financeiros* – Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não os Estoques e Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é determinado. Os ativos do Imobilizado e do Intangível têm o seu valor recuperável testado caso haja indicadores de perda de valor.

k) Benefícios a Empregados

*Planos de contribuição definida* – Um plano de contribuição definida é um plano de benefícios pós-emprego sob o qual uma entidade paga contribuições fixas para uma entidade separada (Fundo de previdência) e não terá nenhuma obrigação legal ou construtiva de pagar valores adicionais. As obrigações por contribuições aos planos de pensão de contribuição definida são reconhecidas como despesas de benefícios a empregados no resultado nos períodos durante os quais serviços são prestados pelos empregados. Contribuições pagas antecipadamente são reconhecidas como um ativo mediante a condição de que haja o ressarcimento de caixa ou a redução em futuros pagamentos esteja disponível. As contribuições para um plano de contribuição definida cujo vencimento é esperado para 12 meses após o final do período no qual o empregado presta o serviço são descontadas aos seus valores presentes.

*Planos de benefício definido* – Um plano de benefício definido é um plano de benefício pós-emprego que não o plano de contribuição definida. A obrigação líquida da Companhia quanto aos planos de pensão de benefício definido é calculada individualmente para cada plano através da estimativa do valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelos serviços prestados no período atual e em períodos anteriores; aquele benefício é descontado ao seu valor presente. Quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos do plano são deduzidos. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis para os títulos de dívida de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. O cálculo é realizado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado. Quando o cálculo resulta em um benefício para a Companhia, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados e perdas atuariais líquidas não reconhecidas e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições ao plano. Para calcular o valor presente dos benefícios econômicos, consideração é dada para quaisquer exigências de custeio que se aplicam a qualquer plano na Companhia. Um benefício econômico está disponível à Companhia se ele for realizável durante a vida do plano, ou na liquidação dos passivos do plano.

Quando os benefícios de um plano são incrementados, a porção do benefício aumentado relacionada ao serviço passado dos empregados é reconhecida no resultado pelo método linear ao longo do período médio até que os benefícios se tornem direito adquirido. Na condição em que os benefícios se tornem direito adquirido imediatamente, a despesa é reconhecida imediatamente no resultado.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes com base na experiência e nas mudanças de premissas atuariais que excederem a 10% do valor dos ativos do plano ou 10% dos passivos do plano serão reconhecidos no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

Nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial com relação aos planos de pensão de benefício definido é o maior valor entre a dívida pactuada com a fundação para amortização das obrigações atuariais e o valor presente da obrigação atuarial, calculada através de laudo atuarial, deduzida do valor justo dos ativos do plano. Nos exercícios apresentados, a dívida pactuada com a fundação é superior aos valores do laudo atuarial. Neste caso, o valor registrado no resultado anualmente corresponde aos encargos e variação monetária dessa dívida, alocado como despesa financeira da Companhia.

*Outros benefícios de longo prazo a empregados* – A obrigação líquida da Companhia com relação a benefícios a empregados que não os planos de pensão é o valor do benefício futuro que os empregados auferiram como retorno pelo serviço prestado no ano corrente e em anos anteriores. Aquele benefício é descontado para apurar o seu valor presente, e o valor justo de quaisquer ativos relacionados é deduzido. A taxa de desconto é o rendimento apresentado na data de apresentação das Demonstrações Contábeis sobre títulos de primeira linha e cujas datas de vencimento se aproxime das condições das obrigações da Companhia. O cálculo é realizado através do método de crédito unitário projetado. Quaisquer ganhos e perdas atuariais são reconhecidos no resultado no período em que surgem.

Os procedimentos mencionados anteriormente são utilizados para as obrigações atuariais com plano de saúde, seguro de vida e plano odontológico.

*Benefícios de término de vínculo empregatício* – Os benefícios de término de vínculo empregatício são reconhecidos como uma despesa quando a Companhia está comprovadamente comprometida, sem possibilidade realista de retrocesso, com um plano formal detalhado para rescindir o contrato de trabalho antes da data de aposentadoria normal ou prover benefícios de término de vínculo empregatício em função de uma oferta feita para estimular a demissão voluntária. Os benefícios de término de vínculo empregatício por demissões voluntárias são reconhecidos como despesa caso a Companhia tenha feito uma oferta de demissão voluntária, seja provável que a oferta será aceita, e o número de funcionários que irão aderir ao programa possa ser estimado de forma confiável.

*Benefícios de curto prazo a empregados* – Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável. A Participação nos Lucros prevista no Estatuto Social é provisionada em conformidade ao acordo coletivo estabelecido com os sindicatos representantes dos empregados na rubrica Participação dos Empregados e Administradores no Resultado.

#### I) Provisões

Uma provisão é reconhecida no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal, ou não formalizada, como resultado de um evento passado, que possa ser estimada de maneira confiável e que seja provável que um recurso econômico venha a ser requerido para saldar a obrigação.



*Concessões Onerosas* – Uma provisão para concessões onerosas é reconhecida quando os benefícios esperados a serem derivados de um contrato são menores que o custo inevitável de atender as obrigações da concessão. A provisão é mensurada a valor presente pelo menor valor entre o custo esperado de se rescindir o contrato de concessão e o custo líquido esperado de continuar com o mesmo.

m) Juros sobre o Capital Próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos em substituição aos dividendos, apesar de registrados fiscalmente como despesa financeira, estão apresentados nas Demonstrações Contábeis como redutores do Patrimônio Líquido, de forma a refletir a essência da operação.

n) Imposto de Renda e Contribuição Social

O Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no Patrimônio Líquido ou em outros Resultados Abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das Demonstrações Contábeis e qualquer ajuste aos impostos a pagar com relação aos exercícios anteriores.

O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado pelas alíquotas que se espera serem aplicadas às diferenças temporárias quando elas reverterem, baseando-se nas leis que foram decretadas ou substantivamente decretadas até a data de apresentação das Demonstrações Contábeis.

Os ativos e passivos fiscais diferidos são compensados caso haja um direito legal de compensar passivos e ativos fiscais correntes, e eles se relacionam a impostos de renda lançados pela mesma autoridade tributária sobre a mesma entidade sujeita à tributação.

Um ativo de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido é reconhecido por diferenças temporárias dedutíveis e prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social não utilizados quando é provável que lucros futuros sujeitos à tributação estarão disponíveis e contra os quais serão utilizados.

Ativos de Imposto de Renda e Contribuição Social Diferido são revisados a cada data de relatório e serão reduzidos na medida em que sua realização não seja mais provável.

o) Receita Operacional

De forma geral, para os negócios da Companhia no setor elétrico, gás, telecomunicações e outros, as receitas são reconhecidas quando existem evidências convincentes de acordos, quando ocorre a entrega de mercadorias ou quando os serviços são prestados, os preços são fixados ou determináveis, e o recebimento é razoavelmente assegurado, independente do efetivo recebimento do dinheiro.

As receitas de venda de energia são registradas com base na energia entregue e nas tarifas especificadas nos termos contratuais ou vigentes no mercado. As receitas de fornecimento de energia para consumidores finais são contabilizadas quando há o fornecimento de energia elétrica. O faturamento é feito em bases mensais. O fornecimento de energia não faturado, do período entre o último faturamento e o final de cada mês, é estimado com base no faturamento do mês anterior e contabilizado no final do mês. As diferenças entre os valores estimados e os realizados não têm sido relevantes e são contabilizadas no mês seguinte.

O fornecimento de energia ao sistema nacional interligado é registrado quando ocorre o fornecimento e é faturado mensalmente, de acordo com o reembolso definido pelo contrato de concessão.

As receitas recebidas pela Companhia de outras concessionárias e consumidores livres que utilizam a sua rede básica de transmissão (concessões antigas) e distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Para as novas concessões de transmissão, é registrada no resultado mensalmente a parcela do faturamento referente ao valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão. A receita relacionada aos serviços de construção sob o contrato de concessão de serviços é reconhecida baseada no estágio de conclusão da obra realizada. Também é registrada no resultado a receita de atualização do ativo financeiro constituído em função da construção das linhas.

Para as concessões de transmissão antigas, é registrado no resultado mensalmente o valor justo da operação e manutenção das linhas de transmissão e a remuneração do ativo financeiro.

Os serviços prestados incluem encargos de conexão e outros serviços relacionados e as receitas são contabilizadas quando os serviços são prestados.

p) Receitas e Despesas Financeiras

As Receitas Financeiras referem-se principalmente a receita de aplicação financeira, acréscimos moratórios em contas de energia elétrica, juros sobre ativos financeiros da concessão e juros sobre outros ativos financeiros. A receita de juros é reconhecida no resultado através do método de juros efetivos.

As Despesas Financeiras abrangem encargos de dívidas, variação cambial e variação monetária sobre empréstimos, financiamentos e debêntures. Os custos dos empréstimos, não capitalizados, são reconhecidos no resultado através do método de juros efetivos.

q) Resultado por Ação

O resultado por ação básico é calculado por meio do resultado atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia, com base na média ponderada das ações ordinárias e preferenciais em circulação no respectivo período. O resultado por ação diluído é calculado por meio da referida média das ações em circulação, ajustada pelos instrumentos potencialmente conversíveis em ações, com efeito diluído nos períodos apresentados.

r) Informação por Segmento

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Os resultados de segmentos que são reportados ao CEO incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Os itens não alocados compreendem principalmente ativos corporativos, despesas da sede e ativos e passivos de Imposto de Renda e Contribuição Social.

Os gastos de capital por segmento são os custos totais incorridos durante o período para a aquisição de Ativo Financeiro da Concessão, Intangível, Imobilizado, e Ativos Intangíveis que não ágio.

s) Demonstrações de Valor Adicionado

A companhia elaborou Demonstrações do Valor Adicionado (DVA) individuais e consolidadas nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das Demonstrações Contábeis conforme BRGAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

t) Novos pronunciamentos contábeis ainda não adotados

Em função do processo de harmonização das normas contábeis brasileiras às normas internacionais, existe uma expectativa de que as novas normas, emendas e interpretações do IFRS a serem emitidas pelo IASB sejam também aprovadas pelo CPC no Brasil antes da data requerida para que entrem em vigor.

Dessa forma, seguem abaixo, na interpretação da Companhia, as alterações do IFRS previstas para ocorrerem após 31 de dezembro de 2011 e ainda não adotadas no Brasil que podem impactar as Demonstrações Contábeis da Cemig, estando ainda em processo de avaliação pela Administração e seus eventuais efeitos:

- IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis – Apresentação de Itens de Outros Resultados Abrangentes. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2012.

- IAS 19 - Benefícios aos Empregados (Emenda) - O IASB emitiu várias emendas ao IAS 19. Tais emendas englobam desde alterações fundamentais, como a remoção do mecanismo do corredor e o conceito de retornos esperados sobre ativos do plano, até simples esclarecimentos sobre valorizações, desvalorizações e reformulação. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou após 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

- IAS 27 - Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 10 e IFRS 12, o que permanece no IAS 27 restringe-se à contabilização de subsidiárias, entidades de controle conjunto, e associadas em Demonstrações Contábeis em separado. Esta emenda entra em vigor para períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

- IAS 28 - Contabilização de Investimentos em Associadas e *Joint Ventures* (revisado em 2011) - Como consequência dos recentes IFRS 11 e IFRS 12, o IAS 28 passa a ser IAS 28 Investimentos em Associadas e *Joint Ventures*, e descreve a aplicação do método patrimonial para investimentos em *joint ventures*, além do investimento em associadas. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

■ IAS 32 – As alterações do IAS 32 tem o objetivo de esclarecer os requerimentos de compensação de instrumentos financeiros, sendo que os principais esclarecimentos estão relacionados ao significado de um direito legalmente executável para ser liquidado pelo montante líquido e que alguns sistemas de liquidação pelo valor bruto podem ser considerados equivalentes ao de liquidação pelo valor líquido. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2014.

■ IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Divulgações - Aumento nas Divulgações Relacionadas a Baixas. Esta emenda exige divulgação adicional sobre ativos financeiros que foram transferidos, porém não baixados, a fim de possibilitar que o usuário das Demonstrações Contábeis do Grupo compreenda a relação com aqueles ativos que não foram baixados e seus passivos associados. Esta emenda entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de julho de 2011, e, no Brasil, somente após a aprovação do CPC. A emenda em questão afeta apenas as divulgações e não tem impacto sobre o desempenho ou a situação financeira do Grupo.

■ IFRS 9 - Instrumentos Financeiros – Classificação e Mensuração - O IFRS 9 na forma como foi emitido reflete a primeira fase do trabalho do IASB na substituição do IAS 39 e refere-se à classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros conforme estabelece o IAS 39. A norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2015. Em fases subsequentes, o IASB examinará contabilidade de cobertura e perda no valor recuperável de ativos financeiros. Esse projeto deverá ser encerrado no primeiro semestre de 2012.

■ IFRS 10 – Demonstrações Contábeis Consolidadas - O IFRS 10 substitui as partes do IAS 27 Demonstrações Contábeis Consolidadas e Individuais que se referem ao tratamento contábil das Demonstrações Contábeis consolidadas. O IFRS 10 estabelece um único modelo de consolidação baseado em controle que se aplica a todas as entidades, inclusive às entidades para fins especiais. As alterações introduzidas pelo IFRS 10 irão exigir que a administração exerça julgamento na determinação de quais entidades são controladas e, portanto, necessitam ser consolidadas pela controladora, em comparação com as exigências estabelecidas pelo IAS 27. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

■ IFRS 11 – Acordos Conjuntos – O IFRS 11 faz parte de novo conjunto de normas de consolidação e outras normas relacionadas, os quais substituem também as exigências atuais para entidades controladas, alterando o IAS 28 *Investments in Associates and Joint Ventures*. A principal alteração ocorreu que todas as entidades controladas em conjunto que não se enquadrarem como uma operação conjunta, *Joint Ventures*, serão obrigadas a contabilizar sempre pelo método de equivalência patrimonial, extinguindo a opção de consolidação proporcional. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013 e sua adoção antecipada é encorajada.

■ IFRS 12 – Divulgação de Participação em outras entidades – O IFRS contém requerimentos de divulgação mais extensos para entidades que possuem participações em subsidiárias, controles em conjunto, coligadas e/ou entidades não consolidadas, demonstrando os efeitos dessas participações na posição financeira, desempenho financeiro e fluxo de caixa da entidade. Este pronunciamento entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013.

■ IFRS 13 – Mensuração de Valor Justo – O IFRS 13 define valor justo, estabelece uma estrutura conceitual para mensuração do valor justo e determina as exigências de divulgação à mensuração do valor justo. A principal mudança foi à definição de valor justo como sendo um preço de saída, valor da transação na data de mensuração. Esta emenda requer que a entidade utilize técnicas de avaliação que sejam adequadas nas circunstâncias e para as quais estejam disponíveis dados suficientes, maximizando o uso de *inputs* observáveis relevantes e minimizando o uso de *inputs* não-observáveis. Para atender a emenda, a entidade deverá ter divulgações mínimas para cada classe de ativo e/ou passivo, do processo de avaliação usado por ela para as mensurações e a descrição narrativa da sensibilidade das mensurações. Esta norma entrará em vigor para os períodos anuais iniciando em ou a partir de 1º de janeiro de 2013, com aplicação antecipada permitida.

u) Determinação do ajuste a valor presente

A Companhia aplicou o ajuste a valor presente sobre determinados contratos de concessão onerosa e também sobre o saldo de debêntures emitidas pela Companhia. Foram utilizadas taxas de desconto compatíveis com o custo de captação de recursos em operações com o mesmo prazo na data das operações, o que representa, em nossa estimativa, um percentual de 12,50%, incluindo a inflação prevista.

### 3. PRINCÍPIOS DE CONSOLIDAÇÃO

Foram consolidadas as Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto mencionadas na Nota Explicativa nº 1 Demonstrações Contábeis consolidadas.

#### a) Controladas e controladas em conjunto

As Demonstrações Contábeis de controladas e controladas em conjunto são incluídas nas Demonstrações Contábeis consolidadas a partir da data em que o controle, controle compartilhado, se inicia até a data em que o controle, controle compartilhado, deixa de existir. Os ativos, passivos e resultados das controladas em conjunto foram consolidados com base no método de consolidação proporcional. As políticas contábeis de controladas e controladas em conjunto estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações Contábeis individuais da controladora as informações financeiras de controladas e controladas em conjunto, são reconhecidas através do método de equivalência patrimonial.

O controle conjunto da Companhia é estabelecido por meio de acordo de acionistas, previamente assinado, cujas decisões estratégicas, financeiras e operacionais são tomadas com consentimento unânime entre as partes.

Em algumas companhias controladas em conjunto a Cemig tem mais de 50% do poder de voto, entretanto, existem acordos de acionistas que dão aos acionistas minoritários direitos relevantes que representam o compartilhamento de controle.

#### b) Consórcios

É registrada a quota-parte dos ativos, passivos e resultados das operações de consórcio na controlada que possui a correspondente participação.

#### c) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das Demonstrações Contábeis consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrados por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na Investida. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

As referências efetuadas nestas Demonstrações Contábeis das controladas e controladas em conjunto são realizadas na proporção de participação da Companhia.

As Demonstrações Contábeis da Transchile, para fins de consolidação, são convertidas de Dólares norte-americanos (moeda funcional da Transchile) para Reais com base na última cotação do ano, uma vez que a moeda funcional da Cemig é o Real. As diferenças de moedas estrangeiras são reconhecidas em outros resultados abrangentes, e apresentadas no Patrimônio Líquido. Desde 1º de janeiro de 2009, data da aplicação pela Companhia do pronunciamento CPC 02 Efeitos das Mudanças na Taxa de Câmbio e da Conversão das Demonstrações Contábeis, tais diferenças têm sido reconhecidas em Ajustes Acumulados de Conversão

As datas das Demonstrações Contábeis das sociedades controladas e controladas em conjunto utilizadas para cálculo de equivalência patrimonial e consolidação coincidem com as da Companhia.

Conforme determinação da Instrução CVM nº 408, as Demonstrações Contábeis consolidadas incluem os saldos e as transações do fundo de investimento cujos únicos quotistas são a Companhia e suas controladas, composto de títulos públicos, privados e debêntures de empresas com classificação de risco mínimo A+(bra) (rating nacional de longo prazo) garantindo alta liquidez nos papéis.

O fundo exclusivo, cujas Demonstrações Contábeis são regularmente revisadas/auditadas, está sujeito às obrigações restritas ao pagamento de serviços prestados pela administração dos ativos, atribuída à operação dos investimentos, como taxas de custódia, auditoria e outras despesas, inexistindo obrigações financeiras relevantes, bem como ativos dos quotistas para garantir essas obrigações.



A Companhia utiliza os critérios de consolidação integral e proporcional, conforme o quadro a seguir. A participação é dada sobre o capital total da controlada ou controlada em conjunto:

Sociedades Controladas e Controladas em Conjunto	Forma de Consolidação	2011		2010	
		Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)	Participação Direta (%)	Participação Indireta (%)
Controladas e Controladas em Conjunto					
Cemig Geração e Transmissão	Integral	100	-	100	-
Cemig Baguari Energia	Integral	-	100	-	100
Hidrelétrica Cachoeirão	Proporcional	-	49	-	49
Guanhães Energia	Proporcional	-	49	-	49
Madeira Energia	Proporcional	-	10	-	10
Hidrelétrica Pipoca	Proporcional	-	49	-	49
Baguari Energia	Proporcional	-	69,39	-	69,39
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Parajuru	Proporcional		49		49
Central Eólica Volta do Rio	Proporcional	-	49	-	49
Central Eólica Praias de Morgado	Proporcional	-	49	-	49
Taesá	Proporcional	-	56,69	-	56,69
Light Ger	Proporcional	-	49	-	49
Amazônia Energia Participações	Proporcional	-	74,50	-	-
Cemig Distribuição	Integral	100	-	100	-
Cemig Telecom	Integral	100	-	100	-
Ativas Data Center	Proporcional	-	49	-	49
Rosal Energia	Integral	100	-	100	-
Sá Carvalho	Integral	100	-	100	-
Horizontes Energia	Integral	100	-	100	-
Usina Térmica Ipatinga	Integral	100	-	100	-
Cemig PCH	Integral	100	-	100	-
Cemig Capim Branco Energia	Integral	100	-	100	-
Cemig Trading	Integral	100	-	100	-
Efficientia	Integral	100	-	100	-
Central Termelétrica de Cogeração	Integral	100	-	100	-
UTE Barreiro	Integral	100	-	100	-
Empresa de Serviços e Comercialização de Energia Elétrica	Integral	100	-	100	-
Cemig Serviços	Integral	100	-	100	-
Gasmig	Proporcional	55,19	-	55,19	-
Companhia Transleste de Transmissão	Proporcional	25	-	25	-
Companhia Transudeste de Transmissão	Proporcional	24	-	24	-
Companhia Transirapé de Transmissão	Proporcional	24,5	-	24,5	-
Light	Proporcional	26,06	-	26,06	-
Light SESA	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Esco	Integral	-	26,06	-	26,06
Light Ger	Integral	-	13,29	-	13,29
Light Soluções em Eletricidade	Integral	-	26,06	-	26,06
Instituto Light	Integral	-	26,06	-	26,06
Itaocara Energia	Integral	-	26,06	-	26,06
Lightcom	Integral	-	26,06	-	26,06
Axxiom	Proporcional	-	13,29	-	13,29
Transchile	Proporcional	49	-	49	-
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	Proporcional	51	-	51	-
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Sistema de Transmissão Catarinense – STC	Integral	-	30,82	-	30,82
Lumitrans Cia. Transmissora de Energia Elétrica	Integral	-	30,82	-	30,82
Empresa Brasileira de Transmissão de Energia – EBTE	Proporcional	-	19,65	-	19,65
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	Proporcional	49,98	-	49,98	-
Empresa Santos Dumont Energia – ESDE	Integral	-	49,98	-	49,98
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	Proporcional	49,99	-	49,99	-
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	Proporcional	19,09	-	19,09	-
Axxiom	Proporcional	49	-	49	-
Parati	Proporcional	25	-	-	-

## 4. DAS CONCESSÕES

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto detêm junto à ANEEL, as seguintes concessões:

	Localização	Data da Concessão ou Autorização	Data de Vencimento
<b>GERAÇÃO</b>			
<b>Usinas Hidrelétricas (1)</b>			
São Simão	Rio Paranaíba	01/1965	01/2015
Emborcação	Rio Paranaíba	07/1975	07/2025
Nova Ponte	Rio Araguari	07/1975	07/2025
Jaguara	Rio Grande	08/1963	08/2013
Miranda	Rio Araguari	12/1986	12/2016
Três Marias	Rio São Francisco	04/1958	07/2015
Volta Grande	Rio Grande	02/1967	02/2017
Irapé	Rio Jequitinhonha	01/1999	02/2035
Aimorés	Rio Doce	07/2000	12/2035
Salto Grande	Rio Santo Antônio	10/1963	07/2015
Funil	Rio Grande	10/1964	12/2035
Queimado	Rio Preto	11/1997	01/2033
Itutinga	Rio Grande	01/1953	07/2015
Capim Branco I	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Capim Branco II	Rio Araguari	08/2001	08/2036
Camargos	Rio Grande	08/1958	07/2015
Porto Estrela	Rio Santo Antônio	05/1997	07/2032
Igarapava	Rio Grande	05/1995	12/2028
Piau	Rio Piau / Pinho	10/1964	07/2015
Gafanhoto	Rio Pará	09/1953	07/2015
Sá Carvalho	Rio Piracicaba	12/1994	12/2024
Rosal	Itabapoana – RJ	05/1997	05/2032
Pai Joaquim	Rio Araguari	04/2002	04/2032
Salto Paraopeba	Rio Paraopeba	10/2000	10/2030
Machado Mineiro	Rio Pardo	07/1995	07/2025
Salto do Passo Velho	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
Salto do Voltão	Rio Capecozinho	10/2000	10/2030
PCH Cachoeirão	Rio Manhuaçu	07/2000	07/2030
UHE Baguari	Rio Doce	08/2006	08/2041
PCH Pipoca	Rio Manhuaçu	09/2001	09/2031
Outras	Diversas	Diversas	Diversas
Light – UHE Fontes Nova	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Nilo Peçanha	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Pereira Passos	Ribeirão dos Lajes	07/1996	06/2026
Light – UHE Ilha dos Pombos	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
Light – UHE Santa Branca	Rio Paraíba do Sul	07/1996	06/2026
<b>Usina Eólica (1)</b>			
Morro do Camelinho	Gouveia – MG	03/2000	01/2017
Praias do Parajuru	Berberibe – CE	09/2002	08/2029
Volta do Rio (2)	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
Praia de Morgado (2)	Aracajú – CE	12/2001	08/2034
<b>Usinas Termelétricas (1)</b>			
Igarapé	Juatuba – MG	01/2005	08/2024
Ipatinga	Ipatinga – MG	11/2000	12/2014
Barreiro	Belo Horizonte – MG	02/2002	04/2023
<b>Projetos em Andamento – Usinas Hidrelétricas (1)</b>			
UHE Santo Antônio	Rio Madeira	06/2008	06/2043
PCH Dolores dos Guanhães	Rio Guanhães	11/2002	11/2032
PCH Fortuna II	Rio Guanhães	12/2001	12/2031
PCH Senhora do Porto	Rio Guanhães	10/2002	10/2032
PCH Jacaré	Rio Guanhães	10/2002	10/2032

<b>TRANSMISSÃO</b>			
Rede Básica	Minas Gerais	07/1997	07/2015
Sub-Estação – SE Itajubá – 3	Minas Gerais	10/2000	10/2030
Transleste – LT Irapé – Montes Claros	Minas Gerais	02/2004	02/2034
Transudeste – LT Itutinga – Juiz de Fora	Minas Gerais	03/2005	03/2035
Transirapé – LT Irapé – Araçuaí	Minas Gerais	03/2005	03/2035
EBTE – LT Juína-Brasnorte	Mato Grosso	10/2008	10/2038
ETEP – LT Tucuruí – Vila do Conde	Pará	06/2001	06/2031
ENTE – LTs Tucuruí – Marabá – Açailândia	Pará/Maranhão	12/2002	12/2032
ERTE – LT Vila do Conde – Santa Maria	Pará	12/2002	12/2032
EATE – LT Tucuruí – Presidente Dutra	Pará	06/2001	06/2031
ECTE – LT Campos Novos – Blumenau	Santa Catarina	11/2000	11/2030
STC – LT Barra Grande	Santa Catarina	06/2006	06/2036
Lumitrans – LT Machadinho	Santa Catarina	07/2004	07/2034
Taesa - TSN (3)	Goiás/ Bahia	12/2000	12/2030
Taesa – Munirah (4)	Bahia	02/2004	02/2034
Taesa – Gtesa (5)	Pernambuco/ Paraíba	01/2002	01/2032
Taesa – Patesa (6)	Rio Grande do Norte	12/2002	12/2032
Taesa – NVT (7)	Maranhão/Distrito Federal	12/2000	12/2030
Taesa – ETAU (8)	Santa Catarina/Rio G. do Sul	12/2002	12/2032
Taesa – ETEO (9)	São Paulo	05/2000	05/2030
Taesa – Brasnorte (10)	Mato Grosso	03/2008	03/2038
Taesa – STE (11)	Rio Grande do Sul	12/2002	12/2032
Taesa – ATE (12)	Paraná/São Paulo	02/2004	02/2034
Taesa – ATE II (13)	Tocantins/Piauí/Bahia	03/2005	03/2035
Taesa – ATE III (14)	Tocantins/Pará	03/2006	03/2036
Transchile – LT Charrua – Nueva Temuco	Chile	05/2005	05/2028
Centroeste de Minas – LT Furnas – Pimenta	Minas Gerais	03/2005	03/2035
<b>Projetos em Andamento – Transmissão</b>			
ESDE – LT Barbacena2-Juiz de Fora 1	Minas Gerais	11/2009	11/2039
<b>DISTRIBUIÇÃO</b>			
Cemig Distribuição			
Norte	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Sul	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Leste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Oeste	Minas Gerais	04/1997	02/2016
Light SESA			
Região Metropolitana	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Grande Rio	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026
Vale do Paraíba	Rio de Janeiro	07/1996	06/2026

- (1) As capacidades instaladas demonstradas referem-se às participações acionárias da Cemig nas controladas e controladas em conjunto e também nos empreendimentos em consórcio com a iniciativa privada. Vide maiores informações na Nota Explicativa nº 17 Demonstrações Contábeis consolidadas.
- (2) A data de vencimento da concessão será de 20 anos após o início das operações.
- (3) TSN – Transmissora Sudeste Nordeste S.A.
- (4) Munirah Transmissora de Energia S.A.
- (5) Gtesa - Goiânia Transmissora de Energia S.A.
- (6) Paraíso Açu Transmissora de Energia S.A.
- (7) NVT - Novatrans Energia S.A.
- (8) ETAU - Empresa de Transmissão Alto Uruguai S.A.
- (9) ETEO - Empresa de Transmissão de Energia do Oeste S.A.
- (10) Brasnorte Transmissora de Energia S.A.
- (11) STE – Sul Transmissora de Energia S.A.
- (12) ATE – Transmissora de Energia S.A.
- (13) ATE II – Transmissora de Energia S.A.
- (14) ATE III – Transmissora de Energia S.A.

## Renovação das concessões

As concessões para exploração dos serviços de Transmissão de energia elétrica tem a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das concessões não sejam deferidas pelos órgãos reguladores ou nem mesmo renovadas mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.

## Concessões Onerosas

Na obtenção das concessões para construção de alguns empreendimentos de geração de energia, a Companhia se comprometeu a efetuar pagamentos à ANEEL, ao longo do prazo de vigência do contrato, como compensação pela exploração. As informações das concessões, com os valores a serem pagos, são como segue:

Empreendimento	Valor Nominal em 2011	Valor Presente em 2011	Período de Amortização	Índice de Atualização
Porto Estrela (Consórcio)	368.654	115.756	08/2001 a 07/2032	IGPM
Irapé	31.613	10.814	03/2006 a 02/2035	IGPM
Queimado (Consórcio)	8.233	3.036	01/2004 a 12/2032	IGPM
Baguari (Consórcio)	5.369	1.485	09/2009 a 09/2042	IPCA
Capim Branco (Consórcio)	19.962	6.596	09/2007 a 08/2035	IGPM

As concessões a serem pagas ao Poder Concedente preveem parcelas mensais com diferentes valores ao longo do tempo. Para fins contábeis e de reconhecimento de custos, em função do entendimento que representam um Ativo Intangível relacionado ao direito de exploração, são registradas a partir da assinatura dos contratos pelo valor presente da obrigação de pagamento.

As parcelas pagas ao poder concedente referentes às usinas de Porto Estrela, Irapé, Queimado, Baguari e Capim Branco em 2011 corresponderam a R\$125, R\$1.300, R\$370, R\$170 e R\$776, respectivamente.

O valor presente das parcelas a serem pagas no período de 12 meses corresponde a R\$5.405, R\$1.279, R\$367, R\$168 e R\$771, (valor nominal de R\$5.919, R\$1.358, R\$389, R\$178 e R\$821), respectivamente.

A taxa utilizada para desconto a valor presente pela Cemig dos seus passivos de concessão onerosa, de 12,50%, foi à taxa média de captação de recursos em condições usuais na data da transição.

## 5. SEGMENTOS OPERACIONAIS

Os segmentos operacionais da Cemig refletem o marco regulatório do setor elétrico brasileiro, com diferentes legislações para os setores de geração, transmissão e distribuição de energia elétrica.

A Companhia também atua nos mercados de gás, telecomunicações e outros negócios de menor impacto no resultado de suas operações.

Os segmentos mencionados acima refletem à gestão da Companhia e a sua estrutura organizacional e de acompanhamento de resultados. Em decorrência do marco regulatório do setor elétrico brasileiro, não existe segmentação por área geográfica.

Os custos e despesas operacionais referentes ao exercício de 2011 e 2010 estão apresentados de forma consolidada nas tabelas a seguir:

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR ATIVIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011								
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA			GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO					
ATIVO	12.103.518	9.060.153	13.127.829	853.612	419.934	14.702.378	(12.909.678)	37.357.746
INVESTIMENTOS	971.930	1.030.220	1.857.354	83.873	35.885	332	-	3.979.594
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.782.538	1.353.813	10.548.216	457.678	125.780	51.402	(505.200)	15.814.227
CUSTO DO SERVIÇO DE ENERGIA ELÉTRICA								
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS								
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(586.767)	-	(3.920.780)	-	-	(48)	229.615	(4.277.980)
Encargos de Uso do Sist. de Transmissão	(268.478)	(186)	(811.510)	-	-	(1)	250.151	(830.024)
Gás comprado para revenda	-	-	-	(329.105)	-	-	-	(329.105)
Total Custo com energia elétrica e gás	(855.245)	(186)	(4.732.290)	(329.105)	-	(49)	479.766	(5.437.109)
CUSTO E DESPESAS OPERACIONAIS								
Pessoal e Administradores	(176.019)	(136.987)	(838.793)	(18.996)	(28.206)	(49.650)	-	(1.248.651)
Participações dos Empregados	(35.327)	(20.041)	(148.298)	-	(2.005)	(15.390)	-	(221.061)
Obrigação Pós-Emprego	(18.671)	(9.113)	(87.481)	-	-	(8.435)	-	(123.700)
Materiais	(11.290)	(12.324)	(72.001)	(1.250)	(385)	(502)	-	(97.752)
Serviços de Terceiros	(131.227)	(71.800)	(801.536)	(6.289)	(21.226)	(18.361)	19.612	(1.030.827)
Depreciação e Amortização	(387.603)	(3.374)	(494.937)	(17.680)	(35.175)	(558)	-	(939.327)
Provisões Operacionais	(5.961)	(2.892)	(249.358)	-	(1.040)	1.640	-	(257.611)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(153.979)	-	-	-	-	-	-	(153.979)
Custo de Construção	(10)	(116.862)	(1.412.396)	-	-	(1)	-	(1.529.269)
Outras	(60.339)	(35.547)	(235.789)	(5.375)	(16.282)	(14.522)	5.822	(362.032)
Total Custo de Operação	(980.426)	(408.940)	(4.340.589)	(49.590)	(104.319)	(105.779)	25.434	(5.964.209)
CUSTO TOTAL	(1.835.671)	(409.126)	(9.072.879)	(378.695)	(104.319)	(105.828)	505.200	(11.401.318)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.946.867	944.687	1.475.337	78.983	21.461	(54.426)	-	4.412.909
Resultado de Equivalência Patrimonial	(744)	-	-	-	-	-	-	(744)
Receita Financeira	178.187	130.261	361.972	25.730	10.712	185.421	102.712	994.995
Despesa Financeira	(483.641)	(550.507)	(714.492)	(16.334)	(13.311)	(169.789)	(102.712)	(2.050.786)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.640.669	524.441	1.122.817	88.379	18.862	(38.794)	-	3.356.374
Imposto de Renda e Contribuição Social	(460.157)	(82.749)	(382.905)	(20.160)	(5.566)	(159.914)	-	(1.111.451)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	57.914	(77.623)	61.170	-	4.776	124.290	-	170.527
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.238.426	364.069	801.082	68.219	18.072	(74.418)	-	2.415.450

DEMONSTRAÇÕES SEGREGADAS POR ATIVIDADE EM 31 DE DEZEMBRO DE 2010									
DESCRIÇÃO	ENERGIA ELÉTRICA				GÁS	TELECOMUNICAÇÕES	OUTRAS	ELIMINAÇÕES	TOTAL
	GERAÇÃO	TRANSMISSÃO	DISTRIBUIÇÃO						
ATIVO	11.548.528	7.905.832	11.197.065	842.133		390.038	13.641.139	(11.968.901)	33.555.834
INVESTIMENTOS	359.479	1.581.201	2.050.772	52.000		78.000	1.000	-	4.122.452
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	3.310.758	1.128.917	9.184.287	501.619		105.242	130.995	(514.884)	13.846.934
CUSTOS OPERACIONAIS									
CUSTO COM ENERGIA ELÉTRICA E GÁS									
Energia Elétrica Comprada para Revenda	(382.247)	-	(3.569.814)	-		-	(9)	230.485	(3.721.585)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	(270.964)	46	(712.125)	-		-	-	254.204	(728.839)
Gás Comprado para Revenda	-	-	-	(225.398)		-	-	-	(225.398)
Total Custo com energia elétrica e gás	(653.211)	46	(4.281.939)	(225.398)		-	(9)	484.689	(4.675.822)
CUSTOS E DESPESAS DE OPERAÇÃO									
Pessoal e Administradores	(184.137)	(132.402)	(821.044)	(18.152)		(11.043)	(44.562)	-	(1.211.340)
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	(49.492)	(26.035)	(235.631)	-		(912)	(13.015)	-	(325.085)
Entidade de Previdência Privada	(23.695)	-	(73.689)	-		-	(9.654)	-	(107.038)
Materiais	(13.739)	(11.449)	(106.408)	(978)		(626)	(460)	-	(133.660)
Serviços de Terceiros	(132.091)	(55.912)	(723.533)	(5.072)		(16.642)	(17.300)	27.235	(923.315)
Depreciação e Amortização	(401.334)	6.772	(458.463)	(8.309)		(32.951)	(1.296)	-	(895.581)
Provisões Operacionais	4.479	(3.799)	(251.918)	-		997	112.176	-	(138.065)
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	(140.404)	-	-	-		-	-	-	(140.404)
Custo de Construção	1.837	(212.019)	(931.321)	(186.190)		-	-	-	(1.327.693)
Outras	(57.984)	(34.866)	(207.166)	1.247		(11.865)	(14.462)	2.960	(322.136)
Total Custo de Operação	(996.560)	(469.710)	(3.809.173)	(217.454)		(73.042)	11.427	30.195	(5.524.317)
CUSTO TOTAL	(1.649.771)	(469.664)	(8.091.112)	(442.852)		(73.042)	11.418	514.884	(10.200.139)
Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro	1.660.987	659.253	1.093.175	58.767		32.200	142.413	-	3.646.795
Receita Financeira	201.724	116.932	331.951	25.742		6.906	69.349	88.812	841.416
Despesa Financeira	(454.479)	(411.318)	(630.991)	(8.697)		(5.140)	(66.488)	(88.812)	(1.665.925)
RESULTADO ANTES DOS IMPOSTOS	1.408.232	364.867	794.135	75.812		33.966	145.274	-	2.822.286
Imposto de Renda e Contribuição Social	(434.750)	(80.118)	(209.030)	(16.152)		(5.284)	(126.596)	-	(871.930)
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	62.935	4.418	(12.695)	-		(542)	253.504	-	307.620
RESULTADO DO EXERCÍCIO	1.036.417	289.167	572.410	59.660		28.140	272.182	-	2.257.976

## 6. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Contas Bancárias	157.890	94.605	6.664	10.164
Aplicações Financeiras				
Certificados de Depósitos Bancários	2.345.877	2.516.342	191.004	289.642
Letras Financeiras do Tesouro	63.868	121.586	4.922	566
Notas do Tesouro Nacional	26.413	-	1.603	-
Letras Financeiras - Bancos	176.510	-	18.364	-
Outros	91.932	247.160	4.138	2.369
	2.704.600	2.885.088	220.031	292.577
	<b>2.862.490</b>	<b>2.979.693</b>	<b>226.695</b>	<b>302.741</b>

As Aplicações Financeiras correspondem às operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais, com filiais no Brasil, a preços e condições de Mercado. Todas as operações são de alta liquidez, prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa, e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor e não possuem restrição de uso. Os Certificados de Depósito Bancário - CDB pré ou pós-fixados e Depósitos a Prazo com Garantia Especial - DPGE são remunerados a um percentual do Certificado de Depósito Interbancário - CDI, divulgado pela Câmara de Custódia e Liquidação - CETIP, que variam entre 100% a 110%, conforme operação.

A exposição da Companhia a risco de taxa de juros e uma análise de sensibilidade de ativos passivos financeiros são divulgados na Nota Explicativa nº28 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

## 7. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS – APLICAÇÃO FINANCEIRA

Os Títulos e Valores Mobiliários referem-se às aplicações financeiras de operações contratadas em instituições financeiras nacionais e internacionais com filiais no Brasil a preços e condições de mercado, com carência para resgate acima de 90 dias.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Certificados de Depósitos Bancários	358.987	321.858	180.000	55
	<b>358.987</b>	<b>321.858</b>	<b>180.000</b>	<b>55</b>



## 8. CONSUMIDORES E REVENDEDORES

Classe de Consumidor	Consolidado				
	Saldos a Vencer	Vencidos até 90 dias	Vencidos há mais de 90 dias	Total	
	2011	2011	2011	2011	2010
Residencial	624.600	239.343	324.940	1.188.883	1.022.724
Industrial	407.716	56.349	322.491	786.556	710.708
Comércio, Serviços e Outras	315.691	62.076	186.078	563.845	465.870
Rural	62.753	22.073	29.944	114.770	101.716
Poder Público	89.533	13.408	54.165	157.106	138.657
Iluminação Pública	58.899	4.466	30.727	94.092	84.638
Serviço Público	125.815	12.491	44.506	182.812	193.987
<b>Subtotal – Consumidores</b>	<b>1.685.007</b>	<b>410.206</b>	<b>992.851</b>	<b>3.088.064</b>	<b>2.718.300</b>
Suprimento a Outras Concessionárias	168.091	47.076	26.354	241.521	195.082
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	-	-	(621.269)	(621.269)	(555.090)
	<b>1.853.098</b>	<b>457.282</b>	<b>397.936</b>	<b>2.708.316</b>	<b>2.358.292</b>
Ativo Circulante				2.549.546	2.262.585
Ativo Não Circulante				158.770	95.707

A composição da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa, por classe de consumidor, é como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Residencial	316.954	248.835
Industrial	106.255	97.875
Comércio, Serviços e Outras	152.240	116.476
Rural	16.359	17.334
Poder Público	5.529	25.683
Iluminação Pública	11.808	18.512
Serviço Público	12.124	30.375
	<b>621.269</b>	<b>555.090</b>

A Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa constituída é considerada suficiente para cobrir eventuais perdas na realização desses ativos.

A movimentação da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa no exercício de 2011 é como segue:

	Consolidado
Saldo em 31 de dezembro de 2010	555.090
Constituição de Provisão	163.629
Baixa de Contas a Receber	(97.450)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>621.269</b>

A exposição da Companhia a risco de crédito relacionado a Consumidores e Revendedores está divulgada na Nota Explicativa nº28 das Demonstrações Contábeis consolidadas.



## 9. TRIBUTOS COMPENSÁVEIS

Tributos Compensáveis	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	153.306	223.395	3.843	3.843
PIS-PASEP	32.828	26.730	-	-
COFINS	156.852	116.723	67.342	-
Outros	11.140	7.582	1.385	1.390
	<u>354.126</u>	<u>374.430</u>	<u>72.570</u>	<u>5.233</u>
<b>Não Circulante</b>				
ICMS a Recuperar	243.029	84.746	4.334	426
PIS-PASEP/COFINS	84.919	55.137	-	-
	<u>327.948</u>	<u>139.883</u>	<u>4.334</u>	<u>426</u>
	<u><b>682.074</b></u>	<u><b>514.313</b></u>	<u><b>76.904</b></u>	<u><b>5.659</b></u>

Os créditos PASEP/COFINS são decorrentes principalmente de aquisições de Ativo Imobilizado, que podem ser compensados em 48 meses.

Os créditos de ICMS a Recuperar, registrados no Ativo Não Circulante, são decorrentes de aquisições de Ativo Imobilizado e podem ser compensados em 48 meses. A transferência para o Não Circulante foi feita de acordo com estimativas da Administração dos valores que deverão ser realizados até dezembro de 2012.

A Controladora habilitou crédito junto à Receita Federal do Brasil para restituição dos valores do FINSOCIAL, indevidamente recolhidos nos períodos de setembro de 1989 a fevereiro de 1991, em função da declaração da inexistência de relação jurídico-tributária que obrigasse a Companhia à majoração das alíquotas estabelecidas pela legislação. A atualização financeira, no montante de R\$67.341, foi reconhecida no resultado do exercício de 2011.

## 10. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL A RECUPERAR

### a) Imposto de Renda e Contribuição Social a Recuperar

Os saldos de Imposto de Renda e Contribuição Social referem-se a créditos da Declaração do Imposto de Renda da Pessoa Jurídica - DIPJ de anos anteriores e às antecipações em 2011 que serão compensadas com tributos federais a pagar, apurado para o ano de 2012, registrados na rubrica de Impostos e Contribuições.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>				
Imposto de Renda	171.294	353.196	-	-
Contribuição Social	49.466	136.617	-	-
	<u>220.760</u>	<u>489.813</u>	<u>-</u>	<u>-</u>
<b>Não Circulante</b>				
Imposto de Renda	21.223	66.439	17.211	63.120
Contribuição Social	2.382	16.999	2.337	16.997
	<u>23.605</u>	<u>83.438</u>	<u>19.548</u>	<u>80.117</u>
	<u><b>244.365</b></u>	<u><b>573.251</b></u>	<u><b>19.548</b></u>	<u><b>80.117</b></u>

## b) Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto possuem créditos tributários de Imposto de Renda, constituídos à alíquota de 25,00% e Contribuição Social, constituídos à alíquota de 9,00%, conforme segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Créditos Tributários:				
Prejuízo Fiscal/Base Negativa	631.801	570.611	337.861	260.966
Provisões	141.921	125.412	55.697	56.354
Obrigações Pós-Emprego	369.306	349.989	19.807	18.105
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	211.928	191.866	8.629	8.899
Ágio na Incorporação de Controlada	87.835	84.166	-	-
Instrumentos Financeiros	59.421	33.043	-	-
Variação Cambial	127.768	124.957	-	-
Tributos com Exigibilidade Suspensa (1)	180.623	143.109	-	-
Concessão Onerosa	61.941	57.313	-	-
Outros	163.543	120.101	2.455	1.148
	<b>2.036.087</b>	<b>1.800.567</b>	<b>424.449</b>	<b>345.472</b>

(1) Referente ao imposto de renda sobre PASEP/COFINS.

O Conselho de Administração, em reunião realizada no dia 15 de março de 2012, aprovou estudo técnico, elaborado pela Diretoria de Finanças e Relações com Investidores da Cemig, referente à projeção de lucratividade futura da Companhia, que evidencia a capacidade de realização do Ativo Fiscal Diferido, em um prazo máximo de 10 anos, conforme definido na Instrução CVM nº 371.

Em função do estudo de realização dos créditos tributários mencionado acima, a Companhia reconheceu parcela dos créditos tributários referentes ao Imposto de Renda e Contribuição Social que não estavam registrados nas suas Demonstrações Contábeis, no montante de R\$119.850 em 2011 (R\$288.505 em 2010).

As diferenças temporárias dedutíveis e os prejuízos fiscais acumulados não prescrevem de acordo com a legislação tributária vigente. Ativos fiscais diferidos foram reconhecidos com relação a estes itens, pois é provável, que os lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Companhia possa utilizar os benefícios destes.

Conforme as estimativas individuais da Companhia, suas controladas e suas controladas em conjunto, os lucros tributáveis futuros permitem a realização do Ativo Fiscal Diferido, existente em 31 de dezembro de 2011, conforme abaixo:

	Consolidado	Controladora
2012	410.956	63.071
2013	560.488	56.208
2014	366.901	46.171
2015	371.177	50.449
2016 a 2017	128.657	88.655
2018 a 2019	108.413	69.407
2020 e 2021	89.495	50.488
	<b>2.036.087</b>	<b>424.449</b>

Os efeitos fiscais diferidos passivos encontram-se divulgados na Nota Explicativa nº 18 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

### c) Conciliação da Despesa com Imposto de Renda e Contribuição Social

A conciliação da despesa nominal de Imposto de Renda (alíquota de 25%) e da Contribuição Social (alíquota de 9%) com a despesa efetiva, apresentada na Demonstração de Resultado, é como segue:

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Resultado antes dos Impostos	3.356.374	2.822.286	2.434.225	2.123.374
Imposto de Renda e Contribuição Social – Despesa Nominal	(1.141.167)	(959.577)	(827.636)	(721.947)
<b>Efeitos Fiscais Incidentes sobre:</b>				
Resultado de Equivalência Patrimonial e JCP recebido	(253)	-	701.157	575.640
Contribuições e Doações Indedutíveis	(8.227)	(8.596)	(1.153)	(1.448)
Incentivo Fiscal	28.585	21.808	2.330	2.529
Créditos Fiscais não Reconhecidos	(1.638)	1.573	(13)	307
Amortização de Ágio	(10.997)	(9.642)	(12.235)	(11.138)
Ajuste no Imposto de Renda e Contribuição Social de Exercício Anterior	(2.769)	4.366	123	(4.343)
Reconhecimento de créditos sobre Prejuízo Fiscal/Base Negativa	119.850	288.505	119.850	288.505
Outros	75.692	97.253	(1.198)	6.497
<b>Imposto de Renda e Contribuição Social – Receita (Despesa) Efetiva</b>	<b>(940.924)</b>	<b>(564.310)</b>	<b>(18.775)</b>	<b>134.602</b>
<b>Alíquota Efetiva</b>	<b>28,03%</b>	<b>19,99%</b>	<b>0,77%</b>	<b>(6,34%)</b>
<b>Imposto Corrente</b>	<b>(1.111.451)</b>	<b>(871.930)</b>	<b>(143.287)</b>	<b>(118.746)</b>
<b>Imposto Diferido</b>	<b>170.527</b>	<b>307.620</b>	<b>124.512</b>	<b>253.348</b>

#### Incentivo fiscal IRPJ da Transmissora Aliança de Energia Elétrica S.A. – Taesa

O Ministério de Integração Nacional por meio da Agência de Desenvolvimento do Nordeste - ADENE e da Agência para o Desenvolvimento da Amazônia - ADA, emitiu Laudo Constitutivo nº 169/2004 e Laudo Constitutivo nº 0260/2003, que outorga à parte das controladas da Taesa o benefício fiscal relativo à redução de 75% do Imposto de Renda devido pela atividade desenvolvida na região incentivada. Tal benefício é calculado mensalmente sobre uma quota do lucro de exploração da linha Nordeste-Sudeste de 84,48%, sendo este o percentual da linha que se encontra no Estado da Bahia, fazendo parte da área incentivada pela SUDENE.

## 11. DEPÓSITOS VINCULADOS A LITÍGIOS

Os Depósitos Vinculados a Litígios referem-se, principalmente, a contingências trabalhistas e a obrigações fiscais.

Os principais Depósitos Vinculados a Litígio, relativos às obrigações fiscais, referem-se ao Imposto de Renda na Fonte sobre Juros sobre Capital Próprio e ao ICMS – referente à exclusão da base de cálculo do PIS e COFINS.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
<b>Trabalhista</b>	206.971	212.142	24.389	46.142
<b>Obrigações Fiscais</b>				
Imposto de Renda sobre JCP	14.010	13.714	-	-
ITCD	115.918	-	115.918	48.412
PASEP/COFINS	719.470	550.944	-	-
Outros	59.209	57.289	34.696	13.180
<b>Outros</b>	272.133	193.117	100.718	87.783
	<b>1.387.711</b>	<b>1.027.206</b>	<b>275.721</b>	<b>195.517</b>

A Companhia efetuou no mês de dezembro de 2011 o registro contábil da atualização de crédito tributário no valor de R\$67.506, referente a juros calculados sobre montante de R\$48.412 de ITCD (Imposto sobre Transmissão Causa Mortis e Doação) a ser restituído, em função da decisão transitada em julgado favorável à Cemig na Ação de Embargos à Execução, cujo montante integral em 31 de dezembro de 2011, perfaz o valor de R\$115.918.

Os saldos de depósitos judiciais, relativos à PASEP/COFINS, possuem provisão correspondente na rubrica de Impostos, Taxas e Contribuições. Vide detalhes na Nota Explicativa nº 18 Demonstrações Contábeis consolidadas.

## 12. CONTAS A RECEBER DO GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS E FUNDO DE INVESTIMENTOS EM DIREITOS CREDITÓRIOS

O saldo credor, remanescente da Conta de Resultado a Compensar – CRC foi repassado ao Governo do Estado de Minas Gerais, em 1995, por meio de um Termo de Contrato de Cessão da CRC (“Contrato da CRC”), de acordo com a Lei nº 8.724/93, para amortização mensal em dezessete anos, a partir de 1º de junho de 1998, com juros anuais de 6% e atualização monetária pela UFIR.

Em 24 de janeiro de 2001, foi assinado o Primeiro Aditivo que substituiu o índice de atualização monetária do Contrato, de UFIR para o IGP-DI, retroativo a novembro de 2000, em função da extinção da UFIR em outubro de 2000.

Em outubro de 2002, foram assinados o Segundo e Terceiro Aditivos ao Contrato da CRC, estabelecendo novas condições para a amortização dos créditos pelo Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as principais cláusulas eram: (i) reajuste pelo IGP-DI; (ii) amortização dos dois Aditivos até maio de 2015; (iii) taxa de juros de 6,00% e 12,00% para o segundo e terceiro Aditivos, respectivamente; (iv) garantia de retenção integral dos dividendos devidos ao Governo do Estado para quitação do terceiro Aditivo.

#### a) Quarto Aditivo ao Contrato da CRC

Em decorrência da inadimplência no recebimento dos créditos constantes do Segundo e Terceiro Aditivos, foi assinado o Quarto Aditivo com o objetivo de viabilizar o recebimento integral da CRC por meio da retenção dos dividendos devidos ao Governo do Estado. Este Acordo foi aprovado pela Assembleia Extraordinária de Acionistas, finalizada em 12 de janeiro de 2006.

O Quarto Aditivo da CRC teve os seus efeitos retroativos ao saldo devedor, existente em 31 de dezembro de 2004, e consolidou os saldos a receber do Segundo e Terceiro Aditivos, correspondentes a R\$5.580.195 em 31 de dezembro de 2011 (R\$5.070.376 em 31 de dezembro de 2010).

O Governo do Estado amortiza o débito em 61 parcelas semestrais e consecutivas, com vencimento até 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, no período de junho de 2005 a junho de 2035. As parcelas para amortização do valor do principal, atualizadas pelo IGP-DI, têm valores crescentes, sendo a 1ª de R\$28.828 e a 61ª, no valor de R\$105.336, a valores de 31 de dezembro de 2011.

A amortização do débito é feita, prioritariamente, pela retenção de 65% dos dividendos mínimos obrigatórios devidos ao Governo do Estado. Caso o valor não seja suficiente para amortizar a parcela vincenda, a retenção poderá ser de até 65% de todo e qualquer montante de dividendos ou juros extraordinários sobre capital próprio. Os Dividendos Retidos serão utilizados para amortização do Contrato na seguinte ordem: (i) liquidação de parcelas em atraso (ii) liquidação da parcela relativa ao semestre (iii) amortização antecipada de até 2 parcelas; e, (iv) amortização do saldo devedor.

Em 31 de dezembro de 2011, já haviam sido amortizadas, de forma antecipada, as prestações do Contrato com vencimento previsto para 30 de junho de 2012 e 31 de dezembro de 2012.

A assinatura do Quarto Aditivo Contratual prevê que, de forma a assegurar o integral recebimento dos créditos, deverão ser atendidas as disposições constantes do Estatuto Social. Neste são definidas determinadas metas, em conformidade com o Plano Diretor, que deverão ser, também, atendidas, anualmente, sendo as principais, conforme segue:

Descrição da Meta	Índice Requerido
Endividamento/Lajida	Menor que 2 (1)
Endividamento/Endividamento mais Patrimônio Líquido	Menor ou igual a 40,00% (2)
Investimentos de capital e aquisição de ativos	Menor ou igual a 40,00% do Lajida

Lajida = Lucro antes de juros, impostos sobre o lucro, depreciações e amortizações.

(1) Menor que 2,5 em situações conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

(2) Menor ou igual a 50% em situações, também, conjunturais estabelecidas no Estatuto Social;

A Companhia irá levar para a Assembleia Geral Extraordinária, em 2012, o pedido de extensão dos limites da cláusula restritiva “investimentos de capital e aquisição de ativos/Lajida”, em função de descumprimento da mesma, sendo o índice verificado de 74,38%.

#### **b) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos em Direitos Creditórios (“FIDC”)**

Em 27 de janeiro de 2006, a Cemig aportou os créditos da CRC em um FIDC. O valor do FIDC foi estabelecido pelo administrador, com base em projeções financeiras de longo prazo da Cemig, estimando-se os dividendos que serão retidos para amortização do saldo devedor do Contrato da CRC. Com base nessas projeções, o FIDC foi avaliado, naquela data, pelo valor total de R\$1.659.125, sendo R\$900.000 de quotas seniores e R\$759.125 de quotas subordinadas.

As quotas seniores foram subscritas e adquiridas por Instituições Financeiras e com amortização em 20 parcelas semestrais, desde junho de 2006, com atualização pela variação do CDI acrescidos de 1,7% de juros ao ano, garantidas pela Cemig.

As quotas subordinadas foram subscritas pela Cemig e correspondem à diferença entre o valor total do FIDC e o valor das quotas seniores.

A atualização das quotas subordinadas corresponde à diferença entre a valorização do FIDC, a uma taxa de 10,00% ao ano, e a valorização das quotas seniores pela variação do CDI acrescido de juros de 1,70% ao ano.

A composição do FIDC é como segue:

	2011	2010
- Quotas seniores de propriedade de terceiros	819.997	890.517
- Quotas subordinadas de propriedade da Cemig	1.001.179	938.704
- Dividendos retidos pelo Fundo	8.899	7.867
	<u>1.010.078</u>	<u>946.571</u>
<b>TOTAL</b>	<b><u>1.830.075</u></b>	<b><u>1.837.088</u></b>

A movimentação do FIDC é como segue:

	Consolidado e Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>1.837.088</b>
Atualização monetária das quotas seniores	102.712
Atualização monetária das quotas subordinadas	63.508
Aporte nas quotas subordinadas	14.075
Amortização das quotas seniores	(187.308)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b><u>1.830.075</u></b>

A Cemig efetuou pagamento de dividendos, em 21 de dezembro de 2011, sendo utilizados para amortização de parte das cotas seniores R\$86.617. Adicionalmente, a Companhia aportou R\$9.712 ao fundo para complementar o valor necessário ao resgate das cotas seniores e outras despesas operacionais do FIDC. A amortização de R\$94.185 das cotas seniores somente foi efetivada em janeiro de 2012.

Encontram-se registrados, no Passivo Circulante, os Dividendos Propostos pela Diretoria Executiva e pelo Conselho de Administração, a serem distribuídos aos seus acionistas em função do resultado do exercício de 2011. Dos dividendos a serem distribuídos, R\$265.700 são devidos ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que R\$172.705 serão retidos para quitação de parte dos créditos da CRC a vencer.

#### **c) Critério de Consolidação do FIDC**

Em decorrência da garantia oferecida pela Cemig de quitação das quotas seniores, caso os Dividendos, devidos ao Governo do Estado não sejam suficientes para amortização das parcelas, as Demonstrações Contábeis Consolidadas apresentam o saldo do FIDC, integralmente registrado na Cemig, sendo que as quotas seniores são apresentadas como uma dívida com Empréstimos e Financiamentos no Passivo Circulante e não Circulante. Da mesma forma, na Consolidação, a atualização monetária do FIDC foi integralmente reconhecida como uma Receita Financeira e, em contrapartida, foi registrado, como Encargos de Dívida, o valor da atualização monetária das quotas seniores.

#### **d) Negociação para quitação antecipada da CRC**

A Companhia informou no dia 9 de novembro de 2011 aos seus acionistas e ao mercado em geral que se encontra em tratativas com o Governo do Estado de Minas Gerais para liquidação antecipada do CRC. A negociação em andamento, depois de concluída, deverá, ainda, ser submetida à aprovação dos órgãos reguladores competentes, não sendo ainda possível mensurar os efeitos nas Demonstrações Contábeis da Companhia.

### **13. ATIVOS FINANCEIROS DA CONCESSÃO**

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 2, item 2.6 (g), os contratos de concessão de distribuição, transmissão e gás da Companhia estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contabilidade de concessões, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente ao final das concessões, conforme previsto no marco regulatório do setor elétrico e no contrato de concessão assinado entre a Cemig e a ANEEL.

Os saldos dos ativos financeiros são como segue:

	Consolidado	
	2011	2010
Concessões de Distribuição	3.331.311	2.509.339
Concessões de Gás	304.616	287.425
Concessões de Transmissão novas	5.503.592	4.399.627
Concessões de Transmissão antigas	758.338	744.697
	<b>9.897.857</b>	<b>7.941.088</b>
Ativo Circulante	1.120.035	625.332
Ativo não Circulante	8.777.822	7.315.756

Para as concessões de transmissão novas, a taxa considerada para a remuneração do ativo financeiro varia entre 7,8% e 14,48%, em conformidade às características especificadas de cada concessão e suas datas de investimento.



## 14. INVESTIMENTOS

O quadro abaixo apresenta investimentos em controladas e controladas em conjunto.

	Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)
Cemig Geração e Transmissão	5.086.076	5.050.645
Cemig Distribuição	2.656.463	2.376.898
Light	839.570	867.918
Cemig Telecom	287.909	287.718
Gasmig	444.991	444.043
Rosal Energia	142.099	137.543
Sá Carvalho	123.571	121.843
Horizontes Energia	73.203	70.017
Usina Térmica Ipatinga	37.577	36.865
Cemig PCH	95.228	93.145
Cemig Capim Branco Energia	42.592	34.797
Companhia Transleste de Transmissão	24.020	24.040
UTE Barreiro	23.034	7.695
Companhia Transudeste de Transmissão	13.150	12.937
Usina Hidrelétrica Pai Joaquim	239	108.291
Companhia Transirapé de Transmissão	10.525	10.602
Transchile	42.850	28.908
Efficientia	11.334	8.944
Central Termelétrica de Cogeração	6.348	6.281
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	20.912	17.953
Cemig Trading	13.008	7.416
Empresa Paraense de Transmissão de Energia-ETEP	87.172	63.950
Empresa Norte de Transmissão de Energia-ENTE	181.391	168.069
Empresa Regional de Transmissão de Energia-ERTE	40.974	29.914
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia-EATE	421.094	303.575
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia-ECTE	23.705	24.353
Axxiom Soluções Tecnológicas	4.253	2.970
Cemig Serviços	2.310	45
Parati	358.459	-
Gasmig (investimento em curso)	67.223	-
	<b>11.181.280</b>	<b>10.347.375</b>
Ágio na Aquisição de Participação na Rosal Energia	16.577	22.103
Ágio na Aquisição de Participação na ETEP	45.031	60.292
Ágio na Aquisição de Participação na ENTE	125.820	131.853
Ágio na Aquisição de Participação na ERTE	32.458	34.014
Ágio na Aquisição de Participação na EATE	251.465	352.942
Ágio na Aquisição de Participação na ECTE	21.278	22.412
Ágio na Aquisição de Participação na Light	320.614	342.978
	<b>813.243</b>	<b>966.594</b>
	<b>11.994.523</b>	<b>11.313.969</b>

- a) As principais informações, sobre as controladas e controladas em conjunto, estão apresentadas abaixo, sendo que não foram ajustadas pelo percentual de participação mantido pela Companhia.

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2011			Janeiro a dezembro de 2011	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.086.076	1.233.581	1.269.012
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.656.463	440.406	719.971
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.221.374	419.852	310.647
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.909	17.000	18.071
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	142.099	20.650	25.206
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	123.571	24.138	25.866
Gasmig	409.255.483	55,19	643.780	806.251	121.882	123.600
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.258	73.203	10.056	13.242
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	37.577	9.662	10.374
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	95.228	17.579	19.662
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	42.592	29.086	36.881
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	96.080	18.532	18.450
UTE Barreiro	30.902.000	100,00	30.902	23.034	461	8.226
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	54.792	10.183	10.212
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	486.000	100,00	486	239	103.027	(5.025)
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	42.958	7.612	7.910
Transchile	56.407.271	49,00	113.784	87.449	-	(752)
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	11.334	4.299	6.689
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.348	1.001	1.058
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	28.000.000	51,00	28.000	41.003	2.644	7.611
Cemig Trading	160.297	100,00	160	13.008	19.192	24.784
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	49,98	89.390	174.398	24.427	45.035
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	160.337	362.862	71.398	95.081
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	36.940.800	49,99	36.941	81.970	12.531	18.406
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	49,98	355.697	842.485	145.983	204.313
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	124.158	35.474	30.010
Axxiom Soluções Tecnológicas	9.200.000	49,00	9.200	8.680	-	2.162
Cemig Serviços	5.100.000	100,00	5.100	2.310	-	(2.735)
Parati	1.432.910.000	25,00	1.432.910	1.433.835	288	1.214

Sociedades	Quantidade de Ações	Em 31 de dezembro de 2010			Janeiro a dezembro de 2010	
		Participação Cemig (%)	Capital Social	Patrimônio Líquido	Dividendos	Lucro (Prejuízo)
Cemig Geração e Transmissão	2.896.785.358	100,00	3.296.785	5.050.645	607.934	1.084.110
Cemig Distribuição	2.261.997.787	100,00	2.261.998	2.376.898	158.707	441.002
Light	203.934.060	26,06	2.225.822	3.330.144	491.838	575.150
Cemig Telecom	381.023.385	100,00	225.082	287.718	16.400	28.140
Rosal Energia	46.944.467	100,00	46.944	137.543	2.500	15.712
Sá Carvalho	361.200.000	100,00	36.833	121.843	7.224	20.502
Gasmig	409.255.483	55,19	643.780	804.534	92.267	108.095
Horizontes Energia	64.257.563	100,00	64.257	70.017	3.477	6.339
Usina Térmica Ipatinga	29.174.281	100,00	29.174	36.865	3.783	8.940
Cemig PCH	30.952.000	100,00	30.952	93.145	2.500	14.481
Cemig Capim Branco Energia	5.528.000	100,00	5.528	34.797	16.098	37.014
Companhia Transleste de Transmissão	49.569.000	25,00	49.569	96.159	15.116	17.905
UTE Barreiro	23.328.000	100,00	23.328	7.695	-	(7.498)
Companhia Transudeste de Transmissão	30.000.000	24,00	30.000	53.903	8.962	9.520
Central Hidrelétrica Pai Joaquim	486.000	100,00	486	108.291		107.805
Companhia Transirapé de Transmissão	22.340.490	24,50	22.340	43.272	302	7.526
Transchile	47.233.672	49,00	78.701	58.995		1.419
Efficientia	6.051.994	100,00	6.052	8.944	1.504	3.871
Central Termelétrica de Cogeração	5.000.000	100,00	5.001	6.281	808	1.494
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	51.000	51,00	51	35.200	-	123
Cemig Trading	160.297	100,00	160	7.416	31.656	38.880
Empresa Paraense de Transmissão de Energia – ETEP	45.000.010	41,96	82.544	152.414	21.398	43.462
Empresa Norte de Transmissão de Energia – ENTE	100.840.000	49,99	145.663	336.212	48.017	95.031
Empresa Regional de Transmissão de Energia – ERTE	23.400.000	49,99	23.400	59.845	15.949	17.594
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia – EATE	180.000.010	38,53	323.579	787.892	137.540	199.790
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia – ECTE	42.095.000	19,09	42.095	127.551	7.093	29.587
Axxiom Soluções Tecnológicas	7.200.000	49,00	7.200	6.060	-	(1.192)
Cemig Serviços	100.000	100	100	45	-	(53)

A movimentação dos Investimentos, em controladas e controladas em conjunto, é a seguinte:

	2010	Equivalência Patrimonial	Aportes (redução capital)	Dividendos Propostos	Outros	2011
Cemig Geração e Transmissão	5.050.645	1.269.012	-	(1.233.581)	-	5.086.076
Cemig Distribuição	2.376.898	719.971	-	(440.406)	-	2.656.463
Cemig Telecom	287.718	17.191	-	(17.000)	-	287.909
Rosal Energia	137.543	25.206	-	(20.650)	-	142.099
Sá Carvalho	121.843	25.866	-	(24.138)	-	123.571
Gasmig	444.043	68.218	-	(67.270)	67.223	512.214
Horizontes Energia	70.017	13.242	-	(10.056)	-	73.203
Usina Térmica Ipatinga	36.865	10.374	-	(9.662)	-	37.577
Cemig PCH	93.145	19.662	-	(17.579)	-	95.228
Cemig Capim Branco Energia	34.797	36.881	-	(29.086)	-	42.592
Companhia Transleste de Transmissão	24.040	4.613	-	(4.633)	-	24.020
UTE Barreiro	7.695	8.226	7.574	(461)	-	23.034
Companhia Transudeste de Transmissão	12.937	2.657	-	(2.444)	-	13.150
Empresa de Comercialização de Energia Elétrica	108.291	(5.025)	-	(103.027)	-	239
Companhia Transirapé de Transmissão	10.602	1.788	-	(1.865)	-	10.525
Transchile	28.908	(593)	8.546	-	5.989	42.850
Efficientia	8.944	6.689	-	(4.299)	-	11.334
Central Termelétrica de Cogeração	6.281	1.058	-	(1.001)	10	6.348
Companhia de Transmissão Centroeste de Minas	17.953	3.881	-	(922)	-	20.912
Light	867.918	81.078	-	(109.426)	-	839.570
Cemig Trading	7.416	24.784	-	(19.192)	-	13.008
Empresa Paraense de Transmissão de Energia - ETEP	63.950	22.240	13.192	(12.210)	-	87.172
Empresa Norte de Transmissão de Energia - ENTE	168.069	49.013	-	(35.691)	-	181.391
Empresa Regional de Transmissão de Energia - ERTE	29.914	10.555	6.769	(6.264)	-	40.974
Empresa Amazonense de Transmissão de Energia - EATE	303.575	98.652	91.833	(72.966)	-	421.094
Empresa Catarinense de Transmissão de Energia - ECTE	24.353	6.125	-	(6.773)	-	23.705
Axiom Soluções Tecnológicas	2.970	1.283	-	-	-	4.253
Cemig Serviços	45	(2.735)	5.000	-	-	2.310
Parati	-	304	358.227	(72)	-	358.459
	<b>10.347.375</b>	<b>2.520.216</b>	<b>491.141</b>	<b>(2.250.674)</b>	<b>73.222</b>	<b>11.181.280</b>

Os saldos integrais das controladas em conjunto em 2011 e em 2010, cuja consolidação foi proporcional são como segue:

2011	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
<b>Ativo</b>						
Circulante	434.525	39.782	22.129	28.102	26.180	11.951
Não Circulante	1.112.080	120.596	68.588	45.019	77.711	158.092
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.546.605</b>	<b>160.378</b>	<b>90.717</b>	<b>73.121</b>	<b>103.891</b>	<b>170.043</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante	452.968	14.474	18.468	7.232	19.566	12.868
Não circulante	287.386	49.824	29.291	24.886	29.533	69.726
Patrimônio Líquido	806.251	96.080	42.958	41.003	54.792	87.449
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.546.605</b>	<b>160.378</b>	<b>90.717</b>	<b>73.121</b>	<b>103.891</b>	<b>170.043</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>						
Receita Líquida de Vendas	829.237	27.163	17.190	10.023	17.516	12.628
Custo das Vendas	(596.284)	(2.275)	(4.454)	(1.539)	(2.501)	(5.896)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>232.953</b>	<b>24.888</b>	<b>12.736</b>	<b>8.484</b>	<b>15.015</b>	<b>6.732</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(91.355)	(1.386)	(688)	(1)	(643)	(6.194)
Resultado Financeiro Líquido	18.538	(3.889)	(3.390)	(22)	(3.508)	-
<b>Lucro Operacional</b>	<b>160.136</b>	<b>19.613</b>	<b>8.658</b>	<b>8.461</b>	<b>10.864</b>	<b>538</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(36.536)	(1.163)	(748)	(850)	(652)	(1.290)
<b>Resultado do Período</b>	<b>123.600</b>	<b>18.450</b>	<b>7.910</b>	<b>7.611</b>	<b>10.212</b>	<b>(752)</b>

  

2011	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
<b>Ativo</b>							
Circulante	2.727.967	376.287	93.121	109.849	210.238	45.258	8.329
Não Circulante	8.321.241	961.745	140.383	169.060	389.632	80.114	4.467
<b>Total do Ativo</b>	<b>11.049.208</b>	<b>1.338.032</b>	<b>233.504</b>	<b>278.909</b>	<b>599.870</b>	<b>125.372</b>	<b>12.796</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante	1.979.802	140.066	35.781	24.430	65.290	25.872	4.029
Não Circulante	5.848.032	355.482	73.565	80.081	171.719	17.530	87
Patrimônio Líquido	3.221.374	842.484	124.158	174.398	362.862	81.970	8.680
<b>Total do Passivo</b>	<b>11.049.208</b>	<b>1.338.032</b>	<b>233.504</b>	<b>278.909</b>	<b>599.871</b>	<b>125.372</b>	<b>12.796</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>							
Receita Líquida de Vendas	6.944.785	277.203	58.677	63.199	142.635	37.662	18.694
Custo das Vendas	(5.290.295)	(16.897)	(3.160)	(5.514)	(7.576)	(14.814)	(10.853)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.654.490</b>	<b>260.306</b>	<b>55.517</b>	<b>57.685</b>	<b>135.059</b>	<b>22.848</b>	<b>7.841</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(781.291)	(11.146)	(2.709)	(2.492)	(5.756)	(1.087)	(4.408)
Resultado Financeiro Líquido	(457.661)	(15.274)	(7.722)	(2.974)	(20.832)	(2.094)	(247)
<b>Lucro Operacional</b>	<b>415.538</b>	<b>233.886</b>	<b>45.086</b>	<b>52.219</b>	<b>108.471</b>	<b>19.667</b>	<b>3.186</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(104.891)	(29.573)	(15.076)	(7.184)	(13.390)	(1.261)	(1.024)
<b>Resultado do Período</b>	<b>310.647</b>	<b>204.313</b>	<b>30.010</b>	<b>45.035</b>	<b>95.081</b>	<b>18.406</b>	<b>2.162</b>

2010	Gasmig	Transleste	Transirapé	Centroeste	Transudeste	Transchile
<b>Ativo</b>						
Circulante	195.324	33.904	17.875	3.868	19.426	9.496
Não Circulante	1.109.943	123.379	68.300	45.264	78.333	128.509
<b>Total do Ativo</b>	<b>1.305.267</b>	<b>157.283</b>	<b>86.175</b>	<b>49.132</b>	<b>97.759</b>	<b>138.005</b>
<b>Passivo</b>						
Circulante	177.171	12.033	11.823	13.932	12.310	12.236
Não Circulante	323.562	49.091	31.080	-	31.546	66.774
Patrimônio Líquido	804.534	96.159	43.272	35.200	53.903	58.995
<b>Total do Passivo</b>	<b>1.305.267</b>	<b>157.283</b>	<b>86.175</b>	<b>49.132</b>	<b>97.759</b>	<b>138.005</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>						
Receita Líquida de Vendas	571.507	26.383	14.518	19.349	16.981	10.277
Custo das Vendas	(438.157)	(41)	(994)	(17.463)	(2.728)	(4.457)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>133.350</b>	<b>26.342</b>	<b>13.524</b>	<b>1.886</b>	<b>14.253</b>	<b>5.820</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(37.631)	(3.083)	(1.922)	(1.539)	(503)	(2.937)
Resultado Financeiro Líquido	41.642	(3.767)	(3.216)	1	(3.286)	(1.676)
<b>Lucro Operacional</b>	<b>137.361</b>	<b>19.492</b>	<b>8.386</b>	<b>348</b>	<b>10.464</b>	<b>1.207</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(29.266)	(1.581)	(860)	(225)	(944)	212
<b>Resultado do Período</b>	<b>108.095</b>	<b>17.911</b>	<b>7.526</b>	<b>123</b>	<b>9.520</b>	<b>1.419</b>

2010	Light	EATE	ECTE	ETEP	ENTE	ERTE	Axxiom
<b>Ativo</b>							
Circulante	2.382.392	414.354	76.722	103.070	169.230	35.607	4.712
Não Circulante	7.216.756	1.144.370	145.652	136.530	403.393	67.742	3.098
<b>Total do Ativo</b>	<b>9.599.148</b>	<b>1.558.724</b>	<b>222.374</b>	<b>239.600</b>	<b>572.623</b>	<b>103.349</b>	<b>7.810</b>
<b>Passivo</b>							
Circulante	2.190.997	180.444	39.856	29.410	82.436	19.425	1.617
Não Circulante	4.078.007	590.388	54.967	57.776	153.975	24.079	133
Patrimônio Líquido	3.330.144	787.892	127.551	152.414	336.212	59.845	6.060
<b>Total do Passivo</b>	<b>9.599.148</b>	<b>1.558.724</b>	<b>222.374</b>	<b>239.600</b>	<b>572.623</b>	<b>103.349</b>	<b>7.810</b>
<b>Demonstração do Resultado</b>							
Receita Líquida de Vendas	6.508.584	422.894	56.646	61.091	137.570	25.270	8.255
Custo das Vendas	(4.633.841)	(120.970)	(3.619)	(5.558)	(8.212)	(3.053)	(4.474)
<b>Lucro Bruto</b>	<b>1.874.743</b>	<b>301.924</b>	<b>53.027</b>	<b>55.533</b>	<b>129.358</b>	<b>22.217</b>	<b>3.781</b>
Despesas Gerais e Administrativas	(632.730)	(8.853)	(2.064)	(2.171)	(3.932)	(854)	(4.926)
Resultado Financeiro Líquido	(319.394)	(51.754)	(7.352)	(4.039)	(16.674)	(2.629)	27
<b>Lucro Operacional</b>	<b>922.619</b>	<b>241.317</b>	<b>43.611</b>	<b>49.323</b>	<b>108.752</b>	<b>18.734</b>	<b>(1.118)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	(347.469)	(41.527)	(14.024)	(5.861)	(13.721)	(1.140)	(74)
<b>Resultado do Período</b>	<b>575.150</b>	<b>199.790</b>	<b>29.587</b>	<b>43.462</b>	<b>95.031</b>	<b>17.594</b>	<b>(1.192)</b>

#### **b) Menos valia de ativos na aquisição de participação**

Foi apurada na 1ª aquisição da Light, uma menos valia da concessão correspondente à diferença entre o valor pago em 2006 pela aquisição de participação e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da Light, no montante de R\$91.240. Essa menos valia da concessão decorre da estimativa de resultado nos exercícios futuros em função da operação comercial das concessões de distribuição e geração de energia elétrica e desta forma, está sendo amortizada de outubro de 2006 a maio de 2026, data do término da concessão de distribuição, de forma linear. O valor remanescente da menos valia da concessão é de R\$66.883 em 31 de dezembro de 2011 (R\$71.523 em 31 de dezembro de 2010).

#### **c) Mais valia de ativos nas aquisições de participações**

A mais valia de ativos nas aquisições das participações das empresas adquiridas pela Companhia corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido das controladas e controladas em conjunto, decorrente da mais valia das concessões (Intangível) e do Ativo Financeiro da Concessão. A amortização da mais valia desses ativos, que possuem vida útil definida, ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

#### **d) Aquisições complementares de ações da Light**

##### *Aquisição complementar em 2010*

Foi realizado, em 25 de março de 2010, o pagamento referente à aquisição pela Cemig de ações ordinárias de emissão da Light, de titularidade da Andrade Gutierrez Concessões ("AGC"), representando 12,50% do capital total e votante da Light. O preço pago pela Cemig referente à compra das ações foi de R\$718.518, correspondendo a R\$29,54 por ação. Valor resultante da correção do preço estipulado no Contrato pelo, divulgado pela CETIP - Central de Custódia e Liquidação Financeira de Títulos, desde 1º de dezembro de 2009 até a presente data, e da dedução dos dividendos de R\$2,12, por ação, declarados pela Light na Assembleia Geral Ordinária, concluída em 24 de março de 2010.

Foi realizado em 17 de novembro de 2010 o pagamento de ações ordinárias de emissão da Light, de titularidade da AGC representando 0,53% do capital total e votante da Light, para a Cemig. O valor referente à venda das ações foi de R\$30.471.

A Companhia apurou um ágio, nestas operações, no valor de R\$359.184, decorrente da mais valia da concessão.

#### *Aquisição complementar em abril de 2011*

A controlada em conjunto Parati, adquiriu em 12 de abril de 2011, 54,08% do capital social total da Redentor, pelo valor total de R\$403.350, correspondendo a um preço por ação de R\$6,87. A Redentor possui 13,03% de participação no capital total e votante da Light.

Como a transação resultou na transferência do controle da Redentor, a Parati realizou oferta pública para a aquisição das ações remanescentes da Redentor.

Em 30 de setembro de 2011 foi liquidado o leilão com o pagamento de R\$7,20 por ação, no valor de R\$333.775, representando 93,04% das ações em circulação que estavam com os minoritários. Esta aquisição representou 42,72% do total de ações do Capital Social, e teve o preço de R\$6,87, mesmo custo por ação pago ao acionista controlador em 12 de abril de 2011, atualizado pela variação da taxa SELIC daquela data até 30 de setembro de 2011.

Está prevista a realização de uma nova OPA – Oferta Pública de Aquisição de Ações Ordinárias de Cancelamento de Registro de Companhia Aberta e de Saída de Novo Mercado que deve ocorrer no primeiro semestre de 2012, para aquisição das ações ordinárias remanescentes no mercado, representativas de 3,20% do capital social.

#### *Aquisição complementar em julho de 2011*

Em 7 de julho de 2011, a Parati, adquiriu 100% das participações na Luce, proprietária de 75% das quotas do FIP Luce, que por sua vez é detentor indireto, através da Luce Empreendimentos e Participações S.A., de aproximadamente, 9,77% do capital total e votante da Light.

O valor pago pela referida aquisição foi de R\$515.946. Em decorrência desta transação e conforme previsto no Acordo de Quotistas do FIP Luce, a Braslight, detentora dos 25% restantes das quotas do FIP Luce, passou a ter uma opção de venda de sua participação à Parati, que, caso fosse exercida, deveria ocorrer em um prazo máximo de 60 dias.

Em 15 de julho de 2011, a Parati, através da Luce, foi notificada pela Braslight, que exerceu a Opção de Venda de sua participação de 25% no FIP Luce, o que ocorreu em 28 de julho de 2011. O valor pago à Braslight pela referida aquisição foi de R\$171.982.

Com estas aquisições, a Parati passou a deter 25,68% do capital votante da Light. A Cemig participa em 25% da Parati e o Redentor Fundo de Investimento em Participações em 75%.

Foi outorgada na Assembleia Geral Extraordinária da Cemig, datada de 24 de março de 2011, uma opção de venda ao Redentor, que terá o direito de vender a totalidade das ações da Parati pertencentes ao FIP Redentor, ao final do 60º mês da data de subscrição das ações. O valor do exercício corresponderá ao valor pago na subscrição



das ações, adicionado de outros gastos para constituição e administração do fundo e deduzido dos dividendos e benefícios recebidos pelo FIP Redentor, atualizado pela variação do CDI + 0,9% a.a.

**e) Aquisição de participação acionária – Renova**

A Companhia, por meio da Light, aprovou em 09 de julho de 2011 uma parceria com a Renova Energia, empresa negociada em bolsa e que investe em pequenas centrais hidrelétricas (PCHs) e usinas eólicas.

A Light, na qualidade de novo investidor, e a Renova, na qualidade de parte investida, celebraram o Acordo de Investimento por intermédio do qual a Light ingressará no Capital Social da Renova através da subscrição de novas ações ordinárias a serem por ela emitidas, correspondentes a um aumento de capital na Renova no montante de R\$360.000, nos seguintes termos:

Por meio do referido Investimento, a Light passará a deter 35,1% das ações ordinárias da Renova e 26,2% do seu capital total. Todos os acionistas com participações acionárias individuais superiores a 5% (cinco por cento) do Capital Social da Light se comprometeram a ceder gratuitamente seus direitos de preferência no aumento de Capital da Renova em favor da Light.

O Investimento não implica em alienação de controle pela RR Participações S.A. (acionista controladora da Renova) para fins do artigo 254-A da Lei das S.A, tampouco aquisição do controle da Renova pela Light.

**f) Aquisição de participação acionária – CR Zongshen E- Power Fabricadora de Veículos S.A. (E-Power)**

Em 9 de setembro de 2011, a Light concluiu os procedimentos necessários para a aquisição de 20% das ações ordinárias nominativas de emissão da E-Power, pelo valor de R\$120. Por meio de acordo de acionistas foi estabelecido o controle em conjunto entre a Companhia e a CR Zongshen Fabricadora de Veículos S.A.. Não houve diferença entre o valor justo e o valor pago.

**g) Aquisição de participação acionária – ABENGOA**

Em 2 de junho de 2011, a controlada em conjunto Taesa celebrou contratos de compra e venda de ações com o Grupo Abengoa sendo o primeiro relativo a 100% de uma concessão e o segundo, à participação de 50% em sociedade com a Abengoa composta por quatro ativos de transmissão de energia elétrica. A Taesa adquiriu: (i) 50% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. no Capital Social da Abengoa Participações Holding S.A. que, por sua vez, é titular de 100% (cem por cento) de participação no Capital Social total das transmissoras STE – Sul Transmissora de Energia S.A., ATE Transmissora de Energia S.A., ATE II Transmissora de Energia S.A., ATE III Transmissora de Energia S.A.; e, (ii) 100% das ações detidas pela Abengoa Concessões Brasil Holding S.A. e pela Abengoa Construção Brasil Ltda. no Capital Social da NTE - Nordeste Transmissora de Energia S.A. A operação aumentou a participação da Taesa no mercado de transmissão de energia elétrica de 6,5% para 8,6%, em termos de RAP. A Companhia pagou por esta aquisição, com os recursos oriundos de sua 4ª emissão de notas promissórias, englobando os dois Contratos de Compra e Venda de Ações, o valor total de R\$1,17 bilhão em 29 de novembro de 2011, quando da conclusão da operação.

**h) Aquisição da Norte Energia S.A.**

Os Conselhos de Administração da Cemig e da Light aprovaram, em outubro de 2011, a aquisição de 9,77% do Capital Social da NESA, empresa detentora da concessão para construção e operação da UHE Belo Monte. A aquisição foi realizada através da Amazônia, empresa na qual a Light detém 51% das ações ON e a Cemig Geração e Transmissão detém 49% das ações ON e 100% das ações PN. O preço total pago em 1º de novembro de 2011 pela aquisição das ações da NESA foi de R\$88.424, e se refere ao reembolso dos valores aportados até o momento pelos vendedores, corrigidos pelo IPCA até 26 de outubro de 2011.

**i) Aquisição complementar de participação na Gasmig**

O Conselho de Administração autorizou, em 27 de dezembro de 2011, a aquisição de ações preferenciais nominativas, representativas de 4,38% do capital total da Gasmig, pertencentes ao Governo do Estado de Minas Gerais, pelo valor de R\$67.223, correspondente a um preço por ação de aproximadamente R\$3,75, a ser ajustado ao valor de um Laudo de Avaliação Independente, que será elaborado por instituição especializada, a ser escolhida e contratada pela Cemig.

A aquisição estará condicionada, ainda, à conclusão perfeita e completa da transferência da participação acionária na Gasmig, atualmente em nome da MGI-Minas Gerais Participações S.A., para o Estado, de modo a inexistir qualquer ônus sobre essa transação para a Cemig.

## j) Aquisição de participação na EATE e ETEP

Em 2011, a Companhia adquiriu da Eletrobrás ações preferenciais da EATE e ETEP correspondentes a 11,45% e 8,02% do capital dessas empresas. Foram pagos por essas participações adicionais R\$91.060 e R\$13.145, respectivamente, correspondendo ao valor total de R\$104.205. O deságio na aquisição de participação nas empresas, no valor de R\$99.771, corresponde à diferença entre o valor pago e o valor contábil da participação no Patrimônio Líquido da EATE e ETEP e decorre da mais valia das concessões. A amortização dos ágios ocorrerá durante o período remanescente de vigência das concessões.

## 15. IMOBILIZADO

Consolidado	31/12/2011			31/12/2010		
	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor Líquido	Custo Histórico	Depreciação Acumulada	Valor líquido
<b>Em Serviço</b>	<b>19.052.126</b>	<b>(12.022.438)</b>	<b>7.029.688</b>	<b>18.041.134</b>	<b>(11.043.754)</b>	<b>6.997.380</b>
Terrenos	424.728	-	424.728	411.000	-	411.000
Reservatórios, Barragens e Adutoras	7.990.344	(5.035.301)	2.955.043	7.642.976	(4.643.171)	2.999.805
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	2.319.093	(1.560.550)	758.543	2.286.827	(1.441.734)	845.093
Máquinas e Equipamentos	8.233.445	(5.362.640)	2.870.805	7.663.881	(4.940.785)	2.723.096
Veículos	25.775	(16.017)	9.758	17.590	(6.753)	10.837
Móveis e Utensílios	58.741	(47.930)	10.811	18.860	(11.311)	7.549
<b>Em Curso</b>	<b>1.632.103</b>	<b>-</b>	<b>1.632.103</b>	<b>1.231.133</b>	<b>-</b>	<b>1.231.133</b>
Ativos em Formação	1.632.103	-	1.632.103	1.231.133	-	1.231.133
<b>Imobilizado Líquido - Consolidado</b>	<b>20.684.229</b>	<b>(12.022.438)</b>	<b>8.661.791</b>	<b>19.272.267</b>	<b>(11.043.754)</b>	<b>8.228.513</b>

A movimentação do Ativo Imobilizado é como segue:

Consolidado	Saldo em 31/12/2010	Adição /Transferências	Baixa	Depreciação	Saldo em 31/12/2011
<b>Em Serviço</b>	<b>6.997.380</b>	<b>523.374</b>	<b>(15.159)</b>	<b>(475.907)</b>	<b>7.029.688</b>
Terrenos	411.000	13.751	(23)	-	424.728
Reservatórios, Barragens e Adutoras	2.999.805	105.673	(10)	(150.425)	2.955.043
Edificações, Obras Cíveis e Benfeitorias	845.093	(27.893)	(69)	(58.588)	758.543
Máquinas e Equipamentos	2.723.096	418.927	(12.868)	(258.350)	2.870.805
Veículos	10.837	5.304	(2.184)	(4.199)	9.758
Móveis e Utensílios	7.549	7.612	(5)	(4.345)	10.811
<b>Em Curso</b>	<b>1.231.133</b>	<b>400.970</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>1.632.103</b>
<b>Imobilizado Líquido - Controladora</b>	<b>8.228.513</b>	<b>924.344</b>	<b>(15.159)</b>	<b>(475.907)</b>	<b>8.661.791</b>

A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos imobilizados. Os contratos de concessão, exceto quanto às Eólicas, preveem que ao final do prazo de cada concessão o Poder Concedente determinará o valor a ser indenizado à Companhia, de forma que a Administração entende que o valor contábil do imobilizado não depreciado ao final da concessão será reembolsável pelo Poder Concedente.

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de geração e transmissão do setor elétrico, com revisões periódicas nas estimativas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para depreciação do Ativo Imobilizado.

A taxa de depreciação média anual é de 2,31%. As principais taxas anuais de depreciação, de acordo com a Resolução ANEEL nº 367, de 2 de junho de 2009, são as seguintes:

Geração	
Hidrelétricas	2,54%
Termelétricas	4,09%
Administração e outras	9,53%
Telecomunicações	7,33%

De acordo com os artigos 63 e 64 do Decreto n.º 41.019, de 26 de fevereiro de 1957, os bens e instalações utilizados na geração e transmissão, são vinculados a esses serviços, não podendo ser retirados, alienados, cedidos ou dados em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução ANEEL n.º 20/99 regulamenta a desvinculação de bens das concessões do serviço público de energia elétrica, concedendo autorização prévia para desvinculação de bens inservíveis à Concessão, quando destinados à alienação, determinando que este produto seja depositado em conta bancária vinculada, sendo aplicado na concessão.

Alguns terrenos e edificações da Companhia, registrados como Ativo Imobilizado - Administração, foram dados em garantias de processos judiciais envolvendo questões tributárias, trabalhistas, cíveis e outras contingências no valor, líquido de depreciação, de R\$850 em 31 de dezembro de 2011.

### Consórcios

A Companhia participa em consórcios de concessões de geração de energia elétrica, para os quais não foram constituídas empresas com característica jurídica independente para administrar o objeto da referida concessão, sendo mantidos os controles no Ativo Imobilizado, Intangível e Atividade Não Vinculada, conforme Despacho ANEEL nº 3.467, de 18 de Setembro de 2008, da Companhia da parcela específica equivalente aos investimentos efetuados, conforme segue:

	Participação na energia gerada	Taxa Média Anual de Depreciação %	2011	2010
Em serviço:				
Usina de Porto Estrela	33,33%	2,48	38.715	38.627
Usina Igarapava	14,50%	2,58	57.017	55.554
Usina de Funil	49,00%	2,55	183.124	182.360
Usina de Queimado	82,50%	2,62	208.618	206.729
Usina de Aimorés	49,00%	2,62	551.310	549.537
Usina de Baguari	34,00%	2,56	181.416	-
Consórcio Capim Branco Energia S.A.	21,05%	2,60	56.240	56.240
Depreciação acumulada			(193.372)	(171.321)
<b>Total em operação</b>			<b>1.083.068</b>	<b>917.726</b>
Em curso:				
Usina de Baguari			75	181.416
Usina de Queimado	82,50%		3.388	1.579
Usina de Funil	49,00%		-	648
Usina de Aimorés	49,00%		700	1.187
Usina Igarapava	14,50%		461	1.171
Usina Porto Estrela	33,33%		119	156
Consórcio Capim Branco Energia S.A.			1.083	1.264
<b>Total em construção</b>			<b>5.826</b>	<b>187.421</b>
<b>Total de Consórcios - Consolidado</b>			<b>1.088.894</b>	<b>1.105.147</b>

A depreciação dos bens integrantes do Ativo Imobilizado dos consórcios é calculada pelo método linear, também com base em taxas estabelecidas pela ANEEL.

A Companhia transferiu em 2008 a sua participação na usina de Baguari para a controlada em conjunto Baguari Energia S.A. e a ANEEL aprovou a transferência da concessão em 02 de fevereiro de 2010.

A participação dos demais consorciados na energia gerada nos empreendimentos é como segue:

Consórcios	Demais Acionistas	Participação (%)
Usina de Porto Estrela	Companhia de Tecidos Nortes de Minas Gerais – COTEMINAS	33,34
	VALE S.A.	33,33
Usina Igarapava	VALE S.A.	38,15
	Companhia Mineira de Metais – CMN	23,93
	Companhia Siderúrgica Nacional – CSN	17,92
	Mineração Morro Velho – MMV	5,50
Usina de Funil	VALE S.A.	51,00
Usina de Queimado	Companhia Energética de Brasília	17,50
Usina de Aimorés	VALE S.A.	51,00
Usina de Baguari	Furnas Centrais Elétricas S.A.	15,00
	Baguari I Geração de Energia Elétrica S.A.	51,00
Usinas Amador Aguiar I e II	Vale S.A.	48,43
	Comercial e Agrícola Paineiras Ltda	17,89
	Companhia Mineira de Metais – CMM	12,63

### Custo Atribuído dos Ativos de Geração

A Companhia, em atendimento a Interpretação Técnica ICPC 10 – Ativo Imobilizado, efetuou a nova avaliação dos seus ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 01 de janeiro de 2009. Não foi alterada a vida útil dos ativos, tendo em vista que são estimadas e definidas pela ANEEL, e refletem a vida útil estimada para os ativos.

A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro em conta específica do Patrimônio Líquido de cada uma das controladas em conta denominada “Ajustes de avaliação patrimonial”, com o ajuste também reflexo no Patrimônio líquido da Companhia.

### Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Geração e Transmissão possui registrado em seu Ativo Imobilizado, em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil bruto de R\$3.623.645 referentes aos ativos totalmente depreciados ainda em operação.

## 16. INTANGÍVEIS

Controladora	2011			2010		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>13.309</b>	<b>(12.659)</b>	<b>650</b>	<b>13.323</b>	<b>(12.490)</b>	<b>833</b>
<b>Com Vida Útil Definida</b>						
Direito de uso de softwares	3.711	(3.064)	647	3.808	(2.978)	830
Marcas e Patentes	5	(2)	3	5	(2)	3
Direito Exploração de Concessão	83	(83)	-	-	-	-
Cemig Telecom	9.510	(9.510)	-	9.510	(9.510)	-
<b>Em Curso</b>	<b>7</b>	<b>-</b>	<b>7</b>	<b>5</b>	<b>-</b>	<b>5</b>
Ativos em formação	7	-	7	5	-	5
<b>Intangível Líquido - Controladora</b>	<b>13.316</b>	<b>(12.659)</b>	<b>657</b>	<b>13.328</b>	<b>(12.490)</b>	<b>838</b>

Consolidado	2011			2010		
	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual	Custo Histórico	Amortização Acumulada	Valor Residual
<b>Em Serviço</b>	<b>10.448.490</b>	<b>(6.709.432)</b>	<b>3.739.058</b>	<b>3.224.318</b>	<b>(143.585)</b>	<b>3.080.733</b>
<b>Com Vida Útil Definida</b>						
Servidão	34.248	(1.585)	32.663	63.704	(2.245)	61.459
Concessão onerosa	31.974	(8.742)	23.232	32.034	(7.698)	24.336
Direito Exploração de Concessão	10.202.921	(6.556.363)	3.646.558	2.965.606	-	2.965.606
Outros	179.347	(142.742)	36.605	162.974	(133.642)	29.332
<b>Em Curso</b>	<b>1.522.123</b>	<b>-</b>	<b>1.522.123</b>	<b>1.722.954</b>	<b>-</b>	<b>1.722.954</b>
Ativos em formação	1.522.123	-	1.522.123	1.722.954	-	1.722.954
	<b>11.970.613</b>	<b>(6.709.432)</b>	<b>5.261.181</b>	<b>4.947.272</b>	<b>(143.585)</b>	<b>4.803.687</b>

A movimentação do Ativo Intangível consolidado em 2011 é como segue:

	2010	Baixa	Amortização	Transferências	2011
<b>Em Serviço</b>	<b>3.080.733</b>	<b>(6.315)</b>	<b>(532.874)</b>	<b>1.131.592</b>	<b>3.673.136</b>
<b>Com Vida Útil Definida</b>					
- Servidão	61.459	-	(178)	(25.427)	35.854
- Concessão onerosa	24.336	-	(1.049)	(55)	23.232
- Direito Exploração de Concessão	2.965.606	(6.285)	(519.266)	1.134.366	3.574.421
- Outros	29.332	(30)	(12.381)	22.708	39.629
<b>Em Curso</b>	<b>1.722.954</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(134.909)</b>	<b>1.588.045</b>
- Ativos em formação	1.722.954	-	-	(134.909)	1.588.045
	<b>4.803.687</b>	<b>(6.315)</b>	<b>(532.874)</b>	<b>996.683</b>	<b>5.261.181</b>

#### Ativos da concessão

Em conformidade a Interpretação Técnica ICPC 01, contabilidade de concessões, foi registrado no Ativo Intangível a parcela da infraestrutura de distribuição que será utilizada durante a concessão, composta pelos ativos de distribuição, líquidos das participações de consumidores (obrigações especiais).

A ANEEL, em conformidade ao marco regulatório brasileiro, é responsável por estabelecer a vida útil econômica dos ativos de distribuição do setor elétrico, estabelecendo periodicamente uma revisão na avaliação dessas taxas. As taxas estabelecidas pela Agência são utilizadas nos processos de revisão tarifária, cálculo de indenização ao final da concessão e são reconhecidas como uma estimativa razoável da vida útil dos ativos da concessão. Dessa forma, essas taxas foram utilizadas como base para avaliação e amortização do ativo intangível.

Os ativos intangíveis Servidão, Concessão Onerosa, Direito de Exploração de Concessão e Outros são amortizáveis pelo método linear e as taxas utilizadas são as definidas pela ANEEL. A Companhia não identificou indícios de perda do valor recuperável de seus ativos intangíveis, que são de vida útil definida. A Companhia não possui ativos intangíveis com vida útil indefinida.

#### Bens Totalmente Depreciados

A Cemig Distribuição possui, em 31 de dezembro de 2011, o valor contábil bruto de R\$1.551.819 referente aos ativos totalmente amortizados ainda em operação. Deve ser ressaltado que esses ativos não são considerados para definição das tarifas da Companhia.

## 17. FORNECEDORES

	Consolidado	
	2011	2010
<b>Suprimento e Transporte de Energia Elétrica</b>		
Eletrobrás - Energia de Itaipu	198.280	150.953
Furnas	55.464	30.555
CCEE	40.326	127.089
UTE Norte Fluminense	38.392	19.200
Leilões de Energia	63.904	39.155
Outros	364.907	345.361
	<b>761.273</b>	<b>712.313</b>
<b>Materiais e Serviços</b>	<b>428.575</b>	<b>408.696</b>
	<b>1.189.848</b>	<b>1.121.009</b>

## 18. IMPOSTOS, TAXAS E CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

### a) Impostos, Taxas e Contribuições

As Obrigações, do Não Circulante, de PASEP/COFINS, referem-se ao questionamento judicial da constitucionalidade da inclusão do ICMS na base de cálculo desses impostos, sendo requerida, inclusive, a compensação dos valores recolhidos nos últimos 10 anos. A Companhia e suas Controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão obtiveram liminar para não efetuar o recolhimento e autorização para o depósito judicial a partir de 2008 e manteve esse procedimento até agosto de 2011. A partir dessa data, apesar de continuar a questionar judicialmente a base de cálculo, optou por recolher mensalmente os impostos.

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
<b>Circulante</b>				
ICMS	329.696	277.202	18.091	18.095
COFINS	94.662	65.803	11.636	9.947
PASEP	20.742	10.738	2.526	2.159
INSS	24.641	23.267	2.130	1.887
Outros	46.812	26.523	1.357	748
	<b>516.553</b>	<b>403.533</b>	<b>35.740</b>	<b>32.836</b>
<b>Não Circulante</b>				
COFINS	683.332	530.638	-	-
PASEP	148.355	115.189	-	-
Outros	65.400	46.976	-	-
	<b>897.087</b>	<b>692.803</b>	<b>-</b>	<b>-</b>



## b) Imposto de Renda e Contribuição Social

As Obrigações Diferidas Não Circulantes de Imposto de Renda e Contribuição Social controladora referem-se, substancialmente, ao reconhecimento dos Instrumentos Financeiros (variação cambial) pelo Regime de Caixa, ajuste a valor presente, Custos de Captação de Empréstimos e Custos Atribuídos ao Ativo Imobilizado.

	Consolidado	
	2011	2010
<b>Circulante</b>		
Imposto de Renda	86.753	111.713
Contribuição Social	42.631	25.322
	<u>129.384</u>	<u>137.035</u>
<b>Não Circulante</b>		
Obrigações Diferidas		
Imposto de Renda	909.204	712.254
Contribuição Social	324.820	353.145
	<u>1.234.024</u>	<u>1.065.399</u>

## 19. EMPRÉSTIMOS, FINANCIAMENTOS E DEBÊNTURES

FINANCIADORES	Vencimento Principal	Encargos Financeiros anuais (%)	Moedas	Consolidado			
				2011			2010
				Circulante	Não Circulante	Total	Total
MOEDA ESTRANGEIRA							
ABN AMRO Real S.A. (3)	2013	6	US\$	23.541	23.448	46.989	62.597
Banco do Brasil – A. – Bônus Diversos (1)	2024	Diversas	US\$	7.481	27.345	34.826	51.035
BNP Paribas	2012	5,89	EURO	1.387	-	1.387	3.809
KFW	2016	4,50	EURO	1.606	6.422	8.028	8.817
Tesouro Nacional (10)	2024	Diversas	US\$	3.670	13.223	16.893	19.414
Banco Inter Americano del Desarrollo (7)	2026	2,12	US\$	1.448	34.081	35.529	33.873
BNP 36 MM - Euros	2014	0,04	Eur	217	27.665	27.882	-
Merril Lynch - Us\$ 50 MM	2016	0,03	Us\$	112	30.458	30.570	
BID (16)	2022	Libor + Spread 1,7 a 2,2%aa	BID (16)	2.969	49.933	52.902	
BID (16)	2023	Libor + Spread 1,5 a 1,88%aa	BID (16)	7.061	85.500	92.561	
Outros	2019	Diversas	Diversas	8.034	3.306	11.340	11.722
Dívida em Moeda Estrangeira				57.526	301.381	358.907	191.267
MOEDA NACIONAL							
Banco do Brasil S.A.	2012	109,80 do CDI	R\$	591.951	-	591.951	887.523
Banco do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	29.525	27.319	56.844	85.063
Banco do Brasil S.A.	2013	107,60 do CDI	R\$	10.566	126.000	136.566	135.276
Banco do Brasil S.A.	2014	104,10 do CDI	R\$	1.024.881	200.000	1.224.881	1.223.789
Banco do Brasil S.A.	2013	10,83	R\$	(4.576)	711.372	706.796	630.494
Banco do Brasil S.A.	2014	98,5%do CDI	R\$	(2.603)	439.240	436.637	-
Banco do Brasil S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	99.779	-	99.779	-
Banco Itaú – BBA S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	123.331	35.506	158.837	235.052
Banco Itaú – BBA S.A	2014	CDI + 1,70	R\$	1.219	1.736	2.955	3.875
Banco Votorantim S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	28.086	25.329	53.415	77.020
BNDES	2026	TJLP+2,34	R\$	8.027	103.651	111.678	119.336
Bradesco S.A.	2014	CDI + 1,70	R\$	640	910	1.550	1.366
Bradesco S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	103.868	94.313	198.181	296.286
Bradesco S.A.	2011	105,50 do CDI	R\$	-	-	-	350.890
Bradesco S.A.	2012	106,00 do CDI	R\$	990.142	-	990.142	-
Debêntures (6)	2011	104,00 do CDI	R\$	-	-	-	243.038
Debêntures (6)	2014	IGP-M + 10,50	R\$	21.087	351.610	372.697	354.638
Debêntures – Governo do Estado de M.G. (6) (9)	2031	IGP-M	R\$	-	46.896	46.896	37.083
Debêntures (6)	2017	IPCA + 7,96	R\$	1.678	500.970	502.648	472.333
Debêntures (6)	2012	CDI+ 0,90	R\$	1.754.714	-	1.754.714	1.725.974
Debêntures (6)	2015	IPCA + 7,68	R\$	1.367.937	-	1.367.937	1.284.860
ELETROBRÁS	2013	FINEL + 7,50 a 8,50	R\$	12.887	12.716	25.603	36.724
ELETROBRÁS	2023	UFIR, RGR + 6,00 a 8,00	R\$	73.506	354.732	428.238	373.365
Santander do Brasil S.A.	2013	CDI + 1,70	R\$	20.533	19.918	40.451	60.641
UNIBANCO S.A	2013	CDI + 1,70	R\$	83.951	77.321	161.272	240.879
UNIBANCO S.A (2)	2013	CDI + 1,70	R\$	21.688	18.397	40.085	59.503
Itaú e Bradesco (4)	2015	CDI + 1,70	R\$	199.917	620.079	819.996	890.517
Banco do Brasil S.A. (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	2.732	20.036	22.768	25.500
UNIBANCO S.A (8)	2020	TJLP + 2,55	R\$	864	4.904	5.768	6.460
Debêntures I e IV (5) (6)	2015	TJLP + 4,00	R\$	6	16	22	22
Debêntures V (5) (6)	2014	CDI + 1,50	R\$	63.799	177.960	241.759	210.287
Debêntures VI (5) (6)	2011	115% do CDI	R\$	-	-	-	78.642
Debêntures VII (5) (6)	2016	CDI + 1,35	R\$	4.022	210.378	214.400	-
Debêntures LIGHT ENERGIA I (5) (6)	2016	CDI + 1,45	R\$	1.521	55.553	57.074	-
Debêntures LIGHT ENERGIA II (5) (6)	2019	1,18% do CDI	R\$	62	137.425	137.487	-
CCB Bradesco S.A (5)	2017	CDI + 0,85	R\$	28.042	121.778	149.820	120.242
ABN AMRO Real S.A. (5)	2014	CDI + 0,95	R\$	1.025	25.980	27.005	21.541
BNDES – (5)	2019	TJLP	R\$	52.508	319.221	371.729	189.686
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	3.161	10.120	13.281	-
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	20.992	67.156	88.148	-
DEBENTURES (6) (10)	2016	CDI+1,30%	R\$	39.787	127.248	167.035	-
DEBENTURES (6) (10)	2016	112,5% do CDI	R\$	6.920	28.204	35.124	-
BNDES (11)	2033	TJLP + 2,40	R\$	1.251	348.254	349.505	262.420
Debêntures (11)	2013	IPCA	R\$	135.450	71.644	207.094	182.188
BNDES – Repasse (11)	2033	TJLP	R\$	1.686	353.097	354.783	316.159
AMAZONIA - FNO	2031	10% a.a	R\$	92	54.715	54.807	-
BNDES – Principal Subcrédito A/B/C/D (10)	2015	Diversas	R\$	237	66.695	66.932	365.577
BNDES (12)	2024	TJLP +2,15	R\$	3.054	36.907	39.961	42.119
CEF S.A (13)	2022	TJLP + 3,50	R\$	6.941	57.843	64.784	67.128
CEF S.A (14)	2021	TJLP + 3,50	R\$	5.685	46.424	52.109	54.157
CEF S.A (15)	2022	TJLP + 3,50	R\$	9.294	85.973	95.267	96.601
BNDES (16)	2019	Diversas	R\$	35.000	175.744	210.744	14.147
Sindicato de Bancos (16)	2015	CDI + 0,90%	R\$	9.264	9.198	18.462	27.696
CEF S.A (16)	2016	117,5 do CDI	R\$	2.375	8.210	10.585	12.904
DEBENTURES (16)	2017	Diversas	R\$	17.855	814.379	832.234	819.065
NOTAS PROMISSORIAS (ITAU)	2012	Diversas	R\$	669.132	-	669.132	-
BNDES (17)	2016	TJLP + 3,12	R\$	27.551	103.674	131.225	158.373
BNDES (18) Cemig Telecom	2017	Diversas	R\$	9.111	42.861	51.972	48.539
BNDES	2028	URTJ+1,97	R\$	1.550	48.038	49.588	-
Outros	2025	Diversas	R\$	39.831	258.978	298.809	90.245
Dívida em Moeda Nacional				7.763.534	7.656.628	15.420.162	13.035.223
Total Geral Consolidado				7.821.060	7.958.009	15.779.069	13.226.490

- (1) As taxas de juros variam: 2,00 a 8,00 % ao ano; Libor semestral mais spread de 0,81 a 0,88 % ao ano;
- (2) Empréstimo da controladora;
- (3) Foi contratado "swap" com troca de taxa. Seguem a taxa do empréstimo e financiamento considerando os swap: CDI + 1,50% a.a.;
- (4) Refere-se às quotas seniores dos fundos de direitos creditórios. Vide Nota Explicativa nº12 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (5) Empréstimos, financiamentos e debêntures da RME (Light) e PARATI;
- (6) Debêntures Simples, não conversíveis em ações, sem garantia nem preferência, nominativa e escritural;
- (7) Financiamento da Transchile;
- (8) Financiamento de Cachoeirão;
- (9) Contratos ajustados a valor presente, conforme alterações da Lei das Sociedades Anônimas, Lei 11.638/07;
- (10) Empréstimos e financiamentos consolidados do Grupo TBE;
- (11) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Madeira Energia;
- (12) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Hidrelétrica Pipoca S.A.;
- (13) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto Praia de Morgado S.A.
- (14) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto PraiaS de Parajuru S.A.;
- (15) Empréstimo realizado pela controlada em conjunto de VDR S.A.
- (16) Empréstimo realizado pela controlada Taesa;
- (17) Empréstimo e financiamento da Gasmig
- (18) Empréstimo realizado pela Cemig Telecom Ativas;

## GARANTIAS

O saldo devedor dos empréstimos e financiamentos, em 31 de dezembro de 2011, é garantido da seguinte forma:

	Valores em reais
NP e Aval	6.147.511
Recebíveis	2.195.364
Sem Garantia	5.559.413
Penhor de Ações	1.392.428
Alienação Fiduciária	427.700
Bônus do Tesouro	45.284
Hipoteca	3.949
Caução em Dinheiro	7.420
<b>TOTAL</b>	<b>15.779.069</b>

A composição consolidada dos Empréstimos, por moeda e indexador, com a respectiva amortização, não considerando a transferência de valores para o curto prazo em função de não cumprimento de cláusula contratual, conforme mencionado na letra "a", é como segue:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019 em diante	Total
<b>Moedas</b>									
Dólar Norte-Americano	53.957	43.466	25.332	26.740	27.577	17.636	19.677	104.562	318.947
Euro	3.210	1.606	29.271	1.606	1.606	-	-	-	37.299
UMBNDDES ( ** )	359	350	350	350	350	350	350	202	2.661
	<b>57.526</b>	<b>45.422</b>	<b>54.953</b>	<b>28.696</b>	<b>29.533</b>	<b>17.986</b>	<b>20.027</b>	<b>104.764</b>	<b>358.907</b>
<b>Indexadores</b>									
Índice de Preço ao Consumidor Amplo – IPCA	237.463	546.904	475.102	655.388	167.800	166.990	-	-	2.249.647
Unidade Fiscal de Referência - UFIR/RGR	73.690	66.084	66.015	59.011	47.069	37.238	33.666	46.125	428.898
Certificado Depósito Interbancário – CDI	5.298.985	1.450.876	1.318.727	627.778	328.287	170.236	35.430	44.155	9.274.474
Índice Interno da Eletrobrás – FINEL	12.888	12.716	-	-	-	-	-	-	25.604
URTJ/TJLP ( * )	146.445	172.381	191.291	181.147	172.473	142.919	133.001	851.778	1.991.435
Índice Geral de Preços - Mercado - IGP-M	22.439	2.401	353.900	2.196	2.124	2.053	2.023	55.882	443.018
UMBNDDES ( ** )	47.619	35.999	37.051	37.019	34.637	14.714	48.112	3.088	258.239
Outros (IGP-DI, INPC-TR) ( *** )	5.635	1.955	1.614	423	214	214	214	-	10.269
Sem Indexador	1.023	715.967	4.340	4.613	4.274	3.147	2.948	2.266	738.578
	<b>5.846.187</b>	<b>3.005.283</b>	<b>2.448.040</b>	<b>1.567.575</b>	<b>756.878</b>	<b>537.511</b>	<b>255.394</b>	<b>1.003.294</b>	<b>15.420.162</b>
	<b>5.903.713</b>	<b>3.050.705</b>	<b>2.502.993</b>	<b>1.596.271</b>	<b>786.411</b>	<b>555.497</b>	<b>275.421</b>	<b>1.108.058</b>	<b>15.779.069</b>

( \* ) URTJ - Unidade de Referência de Taxa de Juros reajustado pela TJLP

( \*\* ) UMBNDDES - Unidade Monetária do BNDES, cesta de moedas composta por dólar, iene e euro.

( \*\*\* ) IGP-DI - Índice Geral de Preços de Disponibilidade Interna.

INPC - Índice Nacional de Preços ao Consumidor.

As principais moedas e indexadores utilizados para atualização monetária dos Empréstimos e Financiamentos tiveram as seguintes variações:

Moedas	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %	Indexadores	Variação Acumulada em 2011 %	Variação Acumulada em 2010 %
Dólar Norte-Americano	12,58	(4,31)	IGP-M	5,10	11,32
Euro	9,25	(11,14)	CDI	11,64	9,74
			SELIC	11,67	9,81
			IPCA	6,50	5,91

A movimentação dos Empréstimos, Financiamentos e Debêntures é como segue:

	Consolidado	Controladora
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>13.226.490</b>	<b>410.393</b>
Aquisição de Controladas em conjunto – saldo inicial	647.870	-
Empréstimos e Financiamentos obtidos	3.607.581	1.000.000
Variação monetária e cambial	269.717	-
Custos na obtenção de recursos	(23.543)	(10.817)
Amortização de custos na obtenção de recursos	9.538	90
Encargos financeiros provisionados	1.348.639	31.623
Encargos financeiros pagos	(1.082.453)	(32.665)
Capitalização	(6.126)	-
Ajuste a Valor Presente	(144)	-
Amortização de financiamentos	(2.218.500)	(368.397)
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>15.779.069</b>	<b>1.030.227</b>

As captações de recursos no consolidado durante o exercício de 2011 estão demonstradas abaixo:

Empréstimos/Financiadores	Vencimento Principal	Encargos Financeiros Anuais	Valor Captado
<b>Moeda Nacional</b>			
Bndes Direto - Finem	2017	Umbndes + 2,58%	8.109
Bndes Direto - Finem +1	2017	Umbndes + 3,58%	8.109
Debêntures 7ª Emissão	2016	Cdi + 1,35%	211.399
BNP - Eur 36 MM	2014	Eur + 3,98%	27.615
Merrill Lynch - Us\$ 50 MM	2016	Us\$ + 2,59%	28.382
Bndes Direto - Subcredito 2	2019	Urtjlp + 1,81%	32.474
Bndes Direto - Subcredito 3	2019	Urtjlp + 2,21%	55.206
Bndes Direto - Subcredito 4	2019	Urtjlp + 3,21%	55.206
Bndes Direto - PSI	2019	Umbndes + 4,50%	530
Debêntures 1ª Emissão	2016	Cdi + 1,45%	55.789
Banco do Brasil	2012	Cdi + 1,18%	129.897
Debêntures 2ª Emissão	2019	Tjlp + 1,45%	138.015
Proesco Bndes - 595 M	2016	Tjlp + 2,05% a 5,50%	287
Bndes Eficiência Energetica Centro Medico Botafogo	2017	Tjlp + 1,81%	121
Bndes Eficiência Energetica São Bento	2017	Tjlp + 1,81%	167
Bndes 125 600 MM	2028	Umbndes + 1,97%	16.562
Financiadora de Estudos e Projetos FINEP	2018	8,00%	7.071
BNDES	2028	UMBNDDES + 1,97%	49.000
BNDES	2021	8,70%	333
BNDES	2021	TJLP + 3,20%	95
NP ITAÚ	2012	105,5% do CDI	663.313
BNDES	2034	2,4% a.a + TJLP	123.182
BNDES	2025	2,15% + TJLP	423
Banco do Brasil S/A	2012	106,00 % do CDI	100.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	200.000
Banco do Brasil S/A	2014	98,5% do CDI	210.000
Eletrobrás	2015	7,00%	17.380
Eletrobrás	2017	6,50%	149
Eletrobrás	2020	6,00%	75.322
Eletrobrás	2023	6,00%	22.874
Bradesco	2012	106% Do CDI	1.000.000
DEBÊNTURES	2016	CDI + 1,30%	179.928
DEBÊNTURES	2016	CDI + 1,30%	94.979
DEBÊNTURES	2016	CDI + 1,30%	14.320
DEBÊNTURES	2016	CDI + 1,30%	34.986
BDMG (FINAME)	2020	4,5% a.a	291
BNDES	2023	3% a.a. + TJLP	14.391
BDMG	2017	Diversas	698
Itaú BBA - Swap II	2015	Diversas	2.450
HSBC	2012	Diversas	1.960
Bradesco	2016	Diversas	23.030
IBM	2014	Diversas	287
HP	2016	Diversas	3.251
			<b>3.607.581</b>

As Debêntures de emissão da controladas e controladas em conjunto em 31 de dezembro de 2011, possuem as seguintes características:

Empresa Emissora	Forma e Classe	Saldo em 2011	Tipo garantia	Encargos	COVENANTS	Vencimento
Cemig GT (1)	Simples não Conversíveis	46.896	Não há	IGP-M	Não há	2014
Cemig GT (1)	Simples não Conversíveis	1.367.937	Não há	IPCA + 7,68	Não há	2015
Cemig GT (1)	Simples não Conversíveis	1.754.714	Quirografia (Aval da Holding)	CDI + 0,90	Não há	2012
Madeira Energia S.A. (1)	Simples não Conversíveis	207.094	Quirografia	IPCA	Não há	2013
Taes (1)	Simples não Conversíveis	206.429	Quirografia	CDI + 1,30%	Não há	2015
Taes (1)	Simples não Conversíveis	163.169	Quirografia	IPCA+7,91%	Não há	2015
Taes (1) (2)	Simples não Conversíveis	462.636	Quirografia	106,0% do CDI	Sim	2017
Cemig D (1)	Simples não Conversíveis	502.648	Não há	IPCA+7,96	Não há	2017
Cemig D (1)	Simples não Conversíveis	372.697	Quirografia (Aval da Holding)	IGP-M + 10,50	Não há	2031
ETEP (1)	Simples não Conversíveis	35.124	Quirografia	112,5% do CDI	Não há	2016
EATE (1)	Simples não Conversíveis	167.035	Quirografia	CDI + 1,30%	Não há	2016
ECTE (1)	Simples não Conversíveis	13.281	Quirografia	CDI + 1,30%	Não há	2016
ENTE (1)	Simples não Conversíveis	88.148	Quirografia	CDI + 1,30%	Não há	2016
Light 4ª Emissão (1)	Nominativa, escritural e conversíveis em ações	22	Real e flutuante	TILP + 4%	Não há	2015
Light 5ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	241.759	Quirografia	CDI + 1,50%	Sim	2014
Light 7ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	214.400	Quirografia (adicionalmente com garantia fidejussória)	1,35% do CDI	Sim	2016
Light 1ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	57.074	Quirografia (adicionalmente com garantia fidejussória)	1,45% do CDI	Sim	2016
Light 2ª Emissão (1) (2)	Simples não Conversíveis	137.487	Quirografia	1,18% do CDI	Sim	2019
<b>TOTAL</b>		<b>6.038.550</b>				

(1) Sem cláusula de repactuação e não há debêntures em tesouraria.

(2) Não houve quebra de *Covenants*.

#### a) Cláusulas Contratuais Restritivas - “*Covenants*”

A Cemig e suas controladas Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão, possuem contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“*Covenants*”), com exigibilidade de cumprimento semestral, coincidente com os últimos dias de cada semestre civil, 30 de junho e 31 de dezembro.

Em 31 de dezembro de 2011, uma cláusula da Cemig não foi atendida. Para tanto, a Companhia obteve dos seus credores, de forma antecipada a data mencionada, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos até 31 de dezembro de 2012.

Em 31 de dezembro de 2011, duas cláusulas da Cemig Geração e Transmissão não foram atendidas. O consentimento formal (“*waiver*”) de que os credores não irão exercer os direitos de exigirem o pagamento, imediato ou antecipado, foi obtido em 14 de março de 2012, posterior a data de encerramento das Demonstrações Contábeis, por esse motivo os contratos cujas cláusulas não foram atendidas estão reconhecidos no Passivo Circulante. O montante transferido para o Passivo Circulante em decorrência das cláusulas restritivas não atendidas foi de R\$1.917.347.

As cláusulas restritivas de contratos de Empréstimos e Financiamentos das demais controladas e controladas em conjunto foram integralmente atendidas em 31 de dezembro de 2011 e 2010.

## As principais cláusulas restritivas são como segue:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice Requerido
Dívida/Lajida;	Menor ou igual a 2,5
Dívida/Lajida;	Menor ou igual a 3,36
Dívida Líquida/Lajida	Menor ou igual a 4,00
Dívida Circulante/Lajida	Menor ou igual a 105%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	Menor ou igual a 65%
Lajida/Encargos Dívidas	Maior ou igual a 2,8
Lajida/Juros	Maior ou igual a 3,0
Lajida/Resultado Financeiro	Maior ou igual a 2,0
Investimento/Lajida	Menor ou igual a 75%

Dívida Líquida = Dívida total menos saldo de caixa e menos títulos negociáveis

Lajida = Lucro antes dos juros, impostos (sobre o lucro), depreciações e amortizações. Em alguns contratos são estabelecidos critérios específicos de cálculo do Lajida, com algumas variações em relação a fórmula mencionada.

Três das Cláusulas Restritivas acima não foram atendidas, conforme abaixo:

Descrição da Cláusula Restritiva	Índice apurado	Índice Requerido
<b>Cemig</b>		
Dívida / Lajida	2,75	Menor ou igual a 2,5
<b>Cemig Geração e Transmissão</b>		
Dívida Circulante/Lajida	133,40%	Menor ou igual a 105%
Dívida/Patrimônio Líquido + Dívida	62,14%	Menor ou igual a 61%

### b) Debêntures

As Debêntures de emissão das controladas e controladas em conjunto são do tipo “simples”, não conversíveis em ações.

### c) Emissão de notas promissórias

Em 28 de dezembro de 2011, a Companhia concluiu sua 4ª emissão de notas promissórias comerciais, no valor total de R\$1.000.000 (“Oferta”), através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, sob o regime de garantia firme de subscrição, nos termos da Instrução CVM nº 476/09.

Foram emitidas 100 (cem) notas promissórias comerciais, com valor nominal unitário de R\$10.000 cada, com vencimento em 22 de dezembro de 2012. O valor nominal unitário das notas promissórias não será atualizado. As Notas Promissórias serão remuneradas por juros correspondentes a 106% (cento e seis por cento) da Taxa DI, calculada e divulgada diariamente pela CETIP S.A. – Mercados Organizados. Os recursos captados com a Oferta serão utilizados para aquisição de ativos e recomposição de caixa em função de investimentos realizados pela Companhia.

### d) Emissão de Debêntures da Light SESA

Em maio de 2011, a Light SESA concluiu sua 7ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$650.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 2 de maio de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 5 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + *spread* de 1,35% ao ano definido em processo de *bookbuilding*, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 2 de maio de 2016.

Em maio de 2011, a Light Energia concluiu sua 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$170.000, através de oferta pública de distribuição com esforços restritos de colocação, nos termos da Instrução CVM nº 476/09, sob regime de garantia firme.

As debêntures foram emitidas em 10 de abril de 2011, com entrada dos recursos no caixa em 12 de maio de 2011, e terão remuneração equivalente a 100% CDI + *spread* de 1,45% ao ano, pagamento de juros em parcelas semestrais e vencimento final em 10 de abril de 2016.

## 20. ENCARGOS REGULATÓRIOS

	Consolidado	
	2011	2010
Reserva Global de Reversão - RGR	58.930	46.086
Quota para Conta de Consumo de Combustível - CCC	68.492	51.438
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	45.436	35.264
Empréstimo Compulsório - Eletrobrás	1.207	1.210
Taxa de Fiscalização da ANEEL	4.631	3.764
Eficiência Energética	147.724	157.488
Pesquisa e Desenvolvimento	216.524	196.191
Pesquisa Expansão Sistema Energético	4.093	3.847
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico Tecnológico	7.803	7.704
Programa de Incentivo às Fontes Alternativas de Energia Elétrica - PROINFA	22.772	17.755
Encargo de Capacidade Emergencial	49.319	3.022
Adicional 0,30% - Lei 12.111/09	3.500	3.127
	<b>630.431</b>	<b>526.896</b>
Passivo Circulante	368.229	384.415
Passivo Não Circulante	262.202	142.481

## 21. OBRIGAÇÕES PÓS-EMPREGO

### Fundo de Pensão Forluz

A Cemig é patrocinadora da Fundação Forluminas de Seguridade Social ("Forluz"), pessoa jurídica sem fins lucrativos, com o objetivo de propiciar aos seus associados e participantes e aos seus dependentes complementação de aposentadoria e pensão, em conformidade ao plano previdenciário a que estiverem vinculados.

As obrigações atuariais e ativos dos planos em 31 de dezembro de 2004 foram segregados entre a Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição em função da alocação dos empregados em cada uma dessas empresas.



A Forluz disponibiliza aos seus participantes os seguintes planos de benefícios de suplementação de aposentadoria:

Plano Misto de Benefícios Previdenciários (“Plano B”) – Plano de contribuição definida na fase de acumulação de recursos para benefícios de aposentadoria por tempo normal e benefício definido para cobertura de invalidez e morte de participante ativo, bem como no recebimento dos benefícios por tempo de contribuição. A contribuição das Patrocinadoras é paritária às contribuições básicas mensais dos participantes, sendo o único plano aberto a novas adesões de participantes.

A contribuição das Patrocinadoras para este plano é de 27,52% para a parcela com característica de benefício definido, referente à cobertura de invalidez e morte de participante ativo, sendo utilizada para amortização das obrigações definidas através de cálculo atuarial. Os 72,48% restantes, referentes à parcela do plano com característica de contribuição definida, destinam-se as contas nominais dos participantes e são reconhecidos no resultado do exercício em conformidade aos pagamentos feitos pelas patrocinadoras, na rubrica de Despesa com Pessoal.

Plano Saldado de Benefícios Previdenciários (“Plano A”) – Inclui todos os participantes ativos e assistidos que optaram migrar do antigo plano de Benefício Definido, fazendo jus a um benefício proporcional saldado. No caso dos ativos, esse benefício foi diferido para a data da aposentadoria.

A Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição mantêm ainda, de modo independente aos planos disponibilizados pela Forluz, pagamentos de parte do prêmio de seguro de vida para os aposentados e contribuem para um plano de saúde e um plano odontológico para os empregados, aposentados e dependentes, administrados pela Cemig Saúde.

### **Separação do Plano de Saúde**

Em 26 de agosto de 2008, o Conselho Deliberativo da Forluz, em cumprimento às determinações da Secretaria de Previdência Complementar – SPC, deliberou a transferência da gestão do Plano de Saúde Integrado – PSI – para outra entidade a ser criada com essa finalidade. A decisão foi motivada pelo entendimento do SPC quanto à impossibilidade da manutenção dos participantes no plano de saúde não inscritos concomitantemente nos planos previdenciários. Visando resguardar os interesses de seus participantes, além de cumprir a exigência da SPC, a Forluz optou pela separação das atividades, mantendo os atuais planos odontológico e previdenciário nesta entidade. Em 2010 foi concluído o processo de separação do plano de saúde, sendo criada a empresa “Cemig Saúde” e mantidos todos os benefícios e coberturas existentes.

## Amortização das Obrigações Atuariais e Reconhecimento nas Demonstrações Contábeis

A Companhia demonstra nesta Nota Explicativa o passivo e as despesas em conexão com o Plano de Complementação de Aposentadoria, Plano de Saúde, Plano Odontológico e Seguro de Vida de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes com base em 31 de dezembro de 2011.

Foi reconhecida pela Companhia uma obrigação a pagar referente a déficits atuariais passados relacionados ao fundo de pensão no montante de R\$846.581 em 31 de dezembro de 2011 (R\$868.178 em 31 de dezembro de 2010). Esse valor foi reconhecido como obrigação a pagar pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto está sendo amortizada até junho de 2024, através de prestações mensais calculadas pelo sistema de prestações constantes (Tabela Price). Após o 3º Aditivo ao Contrato da Forluz, os valores passaram a ser reajustados apenas pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, acrescido de 6% ao ano.

Portanto, nos casos de obrigações com aposentadorias, o passivo reconhecido no balanço patrimonial é a dívida pactuada com a Forluz para amortização das obrigações atuariais, mencionada anteriormente, tendo em vista que é superior ao passivo com fundo de pensão constante do laudo do atuário. Como essa dívida deverá ser paga mesmo em caso de superávit da Fundação, a Companhia decidiu pelo registro integral da dívida contra patrimônio líquido na data de transição, estando os impactos referentes à atualização monetária e juros registrados no resultado financeiro.

### Fundo de Pensão BRASLIGHT

A Light é patrocinadora da Fundação de Seguridade Social – Braslight, entidade fechada de previdência complementar, sem fins lucrativos, cuja finalidade é garantir renda de aposentadoria aos empregados da Controladora em conjunto vinculados à Braslight e de pensão aos seus dependentes.

A Braslight foi instituída em abril de 1974, e possui quatro planos – A, B, C e D – implantados em 1975, 1984, 1998 e 2010 respectivamente, tendo o plano C recebido migração de cerca de 96% dos participantes ativos dos planos A e B.

Nos planos A e B, os benefícios são do tipo definido. No plano C, que é do tipo misto, os benefícios programáveis (aposentadoria não decorrente de invalidez e respectiva reversão em pensão), durante a fase de capitalização, são do tipo contribuição definida, sem qualquer vinculação ao INSS, e os benefícios de risco (auxílio doença, aposentadoria por invalidez e pensão por morte de participante ativo, inválido e em auxílio doença), bem como os de renda continuada, uma vez concedidos, são do tipo definido. No plano D, os benefícios são do tipo contribuição definida antes e após a sua concessão.

Em 02 de outubro de 2001 a Secretaria de Previdência Complementar - SPC aprovou contrato para o equacionamento do déficit técnico e refinanciamento das reservas a amortizar relativamente aos planos de pensão da Braslight, integralmente registradas, e que está sendo pago em 300 parcelas mensais a partir de julho de 2001, atualizadas pela variação do IGP-DI e juros de 6,00% ao ano, totalizando R\$1.095.211 em 31 de dezembro de 2011 (R\$1.016.185 em 31 de dezembro de 2010). O efeito no consolidado da Controlada em conjunto em 31 de dezembro de 2011 é da parcela correspondente a 32,48% deste valor conforme consolidação proporcional (26,06% em 2010).

O passivo e as despesas reconhecidas pela Light em conexão com o Plano de Suplementação de Aposentadoria são ajustados de acordo com os termos do Pronunciamento Técnico CPC 33 (Benefícios a empregados) e laudo preparado por atuários independentes. A avaliação atuarial foi realizada sobre a data base de 31 de dezembro de 2011.

#### Informações atuariais

As informações atuariais consolidadas da Controladora e das controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição são conforme abaixo, sendo que nas Demonstrações Contábeis encontra-se registrado o valor adicional referente à Light, conforme mencionado acima:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Valor Presente das Obrigações fundeadas	7.253.700	626.357	18.048	539.695
Valor Justo dos Ativos do Plano	(6.893.141)	-	-	-
<b>Valor presente de obrigações não fundeadas</b>	<b>360.559</b>	<b>626.357</b>	<b>18.048</b>	<b>539.695</b>
Ganhos (Perdas) Atuariais Não Reconhecidos	95.948	(58.963)	12.670	(53.190)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>456.507</b>	<b>567.394</b>	<b>30.718</b>	<b>486.505</b>
Complemento referente dívida com a Forluz	390.074	-	-	-
<b>Passivo Líquido no Balanço Patrimonial</b>	<b>846.581</b>	<b>567.394</b>	<b>30.718</b>	<b>486.505</b>

Conforme mencionado anteriormente, a Companhia registra uma obrigação adicional correspondente à diferença entre a obrigação com suplementação de aposentadoria informada no laudo atuarial e a dívida pactuada com a Fundação.

Os ganhos e perdas atuariais não reconhecidos que excederam a 10,00% do total das obrigações com benefícios pós-emprego vem sendo reconhecido no resultado em aproximadamente 11 anos (tempo médio de serviço futuro dos atuais participantes ativos), desde 2009.

As mudanças no valor presente da obrigação de benefício definido são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
<b>Obrigação de benefício definido em 31.12.2010</b>	<b>6.656.772</b>	<b>574.778</b>	<b>17.018</b>	<b>466.303</b>
Custo do Serviço Corrente	7.437	10.577	319	4.692
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	673.159	57.998	1.715	48.241
Contribuição dos Empregados	31	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	420.907	38.193	(201)	31.201
Benefícios pagos	(504.606)	(55.189)	(803)	(10.742)
<b>Obrigação de benefício definido em 31.12.2011</b>	<b>7.253.700</b>	<b>626.357</b>	<b>18.048</b>	<b>539.695</b>

As mudanças no valor justo dos ativos dos planos são as seguintes:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2010</b>	<b>6.540.232</b>
Retorno Esperado	729.648
Contribuições do Empregador	127.836
Contribuição dos Empregados	31
Benefícios pagos	(504.606)
<b>Valor justo dos ativos do plano em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>6.893.141</b>

Os valores reconhecidos na demonstração de resultado de 2011 são como segue:

	Plano de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	7.437	10.577	319	4.692
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	673.159	57.998	1.715	48.241
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(732.227)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	339	(645)	315
<b>Despesa em 2011 conforme laudo atuarial</b>	<b>(51.631)</b>	<b>68.914</b>	<b>1.389</b>	<b>53.248</b>
Ajuste referente dívida com a Forluz	157.870	-	-	-
<b>Despesa em 2011</b>	<b>106.239</b>	<b>68.914</b>	<b>1.389</b>	<b>53.248</b>

As movimentações ocorridas no passivo líquido são as seguintes:

Controladora	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	42.805	28.029	1.555	23.663	96.052
Despesa Reconhecida no Resultado	5.235	4.432	112	3.892	13.671
Contribuições Pagas	(6.343)	(2.751)	(42)	(636)	(9.772)
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>41.697</b>	<b>29.710</b>	<b>1.625</b>	<b>26.919</b>	<b>99.951</b>
Passivo Circulante	3.706	-	-	-	3.706
Passivo Não Circulante	37.991	29.710	1.625	26.919	96.245

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria		Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida	Total
	FORLUZ	BRASLIGHT				
Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2010	868.178	264.850	553.669	30.132	443.999	2.160.828
Despesa Reconhecida no Resultado	106.239	56.788	68.914	1.389	53.248	286.578
Contribuições Pagas	(127.836)	(30.945)	(55.189)	(803)	(10.742)	(225.515)
Aquisição de participação acionária na Light	-	65.268	-	-	-	65.268
<b>Passivo Líquido em 31 de dezembro de 2011</b>	<b>846.581</b>	<b>355.961</b>	<b>567.394</b>	<b>30.718</b>	<b>486.505</b>	<b>2.287.159</b>
Passivo Circulante	74.441	26.150	-	-	-	100.591
Passivo Não Circulante	772.140	329.811	567.394	30.718	486.505	2.186.568

As despesas com fundo de pensão são registradas no resultado financeiro por representarem os juros e variação monetária incidentes sobre a dívida com a Forluz, conforme mencionado anteriormente nesta nota. As despesas com planos de saúde, odontológico e seguro de vida são registradas como outras despesas operacionais.

A estimativa do atuário externo para a despesa a ser reconhecida para o exercício de 2012 é como segue:

Consolidado	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria FORLUZ	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Custo do Serviço Corrente	7.534	11.302	332	5.803
Juros Sobre a Obrigação Atuarial	703.270	60.667	1.745	53.703
Rendimento Esperado Sobre os Ativos do Plano	(734.701)	-	-	-
Perdas (Ganhos) Atuariais Reconhecidas	-	525	(637)	551
<b>Despesa em 2012</b>	<b>(23.897)</b>	<b>72.494</b>	<b>1.440</b>	<b>60.057</b>

A expectativa de pagamento de benefícios para o exercício de 2012 é como segue:

	Planos de Pensão e Suplementação de Aposentadoria	Plano de Saúde	Plano Odontológico	Seguro de Vida
Estimativa de pagamento de benefícios	539.783	47.801	1.425	15.968

A Companhia e suas controladas Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição tem a expectativa de efetuar contribuições para o fundo de pensão no exercício de 2012 no montante de R\$194.377.

As principais categorias de ativos do plano, como porcentagem do total de ativos do plano, são as seguintes:

	Cemig, Cemig GT e Cemig D	
	2011	2010
Ações de empresas brasileiras	16,31%	15,00%
Títulos de Renda Fixa	83,69%	85,00%
	<b>100,00%</b>	<b>100,00%</b>

Os ativos do Plano de Pensão incluem os seguintes ativos, avaliados pelo valor justo, da Cemig e da Light:

	2011	2010
Debêntures não conversíveis emitidas pela Patrocinadora	367.019	450.107
Ações emitidas pela Patrocinadora	12.062	9.684
Imóveis da Fundação ocupados pelas Patrocinadoras	191.606	184.914
	<b>570.687</b>	<b>644.705</b>

As principais premissas atuariais são conforme segue:

	2011	2010
Taxa anual de desconto para valor presente da obrigação atuarial	10,07%	10,50%
Taxa anual de rendimento esperado sobre os ativos do plano	10,98%	11,50%
Taxa anual de inflação de longo prazo	4,30%	4,50%
Índice anual estimado de aumentos salariais futuros	6,39%	6,59%
Tábua biométrica de mortalidade geral	AT-2000	AT-2000
Tábua biométrica de entrada de invalidez	Light média	Light média
Tábua biométrica de mortalidade de inválidos	IAPB-57	IAPB-57

## 22. PROVISÕES PARA CONTINGÊNCIAS

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são partes em processos judiciais e administrativos, perante vários tribunais e órgãos governamentais, oriundos do curso normal de suas operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, ambientais, aspectos cíveis e outros assuntos.

### Ações em que a Companhia é devedora

A Companhia, e suas controladas e controladas em conjunto, constituíram Provisões para Contingências para as ações cuja expectativa de perda é considerada mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, conforme segue:

	Consolidado				
	Saldo em 2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	Baixas	Saldo em 2011
<b>Trabalhistas</b>					
Diversos	115.301	7.218	6.002	-	128.521
<b>Cíveis</b>					
Danos Pessoais	20.075	66.619	-	-	86.694
Majoração Tarifária – Plano Cruzado	25.715	9.672	2.437	-	37.824
Ambiental	3.596	52.842	197	-	56.635
Outras	90.466	(824)	9.755	(13.289)	86.108
<b>Fiscais</b>					
FINSOCIAL	21.807	-	330	-	22.137
PIS/COFINS	8.083	1.308	189	-	9.580
ICMS	31.845	12.209	1.966	-	46.020
INSS	17.788	3.822	1.417	-	23.027
Outras	8.951	7.023	714	-	16.688
<b>Regulatórios</b>					
Processos Administrativos da ANEEL	27.280	6.589	2.336	-	36.205
<b>Total</b>	<b>370.907</b>	<b>166.478</b>	<b>25.343</b>	<b>(13.289)</b>	<b>549.439</b>

	Controladora				
	Saldo em 2010	Adições (-) Reversões	Atualizações	Baixas	Saldo em 2011
<b>Trabalhistas</b>					
Diversos	57.896	(9.997)	4.786	-	52.685
<b>Cíveis</b>					
Danos Pessoais	15.761	26.652	-	-	42.413
Majoração Tarifária – Plano Cruzado	13.444	6.671	1.128	-	21.243
Ambiental	180	27	-	-	207
Outras	31.596	(14.397)	1.896	-	19.095
<b>Fiscais</b>					
FINSOCIAL	21.807	-	330	-	22.137
INSS	1.226		93	-	1.319
Outras	4.812	4.785	289	-	9.886
<b>Regulatórios</b>					
Processos Administrativos da ANEEL	40.831	(26.183)	2.319	-	16.967
<b>Total</b>	<b>187.553</b>	<b>(12.442)</b>	<b>10.841</b>	<b>-</b>	<b>185.952</b>

A Administração da Cemig acredita que eventuais desembolsos, em excesso aos montantes provisionados, após o desfecho dos respectivos processos, não afetarão, de forma relevante, o resultado das operações e a posição financeira individual e consolidada da Companhia.

Os detalhes sobre as, principais, provisões e passivos contingentes são como segue:

**Provisões constituídas para processos com expectativa de perda mais provável que sim do que não e passivos contingentes vinculados, para processos com expectativa de perda mais provável que não do que sim**

#### Obrigações Trabalhistas

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações movidas por nossos empregados e empregados terceirizados. Essas ações são relativas, de modo geral, às horas extras e ao adicional de periculosidade. Além dessas ações, há outras ações relativas à terceirização de mão de obra, complementação e recálculo de pensões de aposentadorias pela Forluz e ajustes salariais.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$523.697, dos quais R\$128.521 foram provisionados.

#### Ações Cíveis – Danos Pessoais

A Cemig é parte em diversas ações cíveis relativas à indenização por danos morais decorrentes, principalmente, de incidentes durante o curso normal dos negócios, no montante de R\$189.088, dos quais R\$86.694 foram provisionados.

A reavaliação da probabilidade de perda de diversos processos, baseada na opinião dos assessores jurídicos da Companhia, foi a principal causa das provisões constituídas em 2011, no montante de R\$66.619, que passou para perda mais provável que sim do que não que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação.

Dentre essas ações há processos relativos ao acidente ocorrido em 27 de fevereiro de 2011 na cidade de Bandeira do Sul. Vale ressaltar que a maior relevância destas ações não se relaciona, exclusivamente, aos impactos financeiros, mas, também, à exposição da imagem da Companhia.

#### Majoração Tarifária – Plano Cruzado

Diversos consumidores industriais impetraram ações contra a Companhia, objetivando reembolso para as quantias pagas em função do aumento de tarifa durante o plano de estabilização econômica do Governo Federal denominado “Plano Cruzado”, em 1986, alegando que tal aumento violou o controle de preços instituído por aquele plano.

O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$47.124, dos quais R\$37.824 foram provisionados.

#### Ações de Natureza Ambiental

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são partes em diversas ações envolvendo assuntos ambientais, os quais envolvem áreas protegidas, licenças ambientais, recuperação de danos ambientais e outros, no montante, aproximado, de R\$79.468, dos quais R\$56.635 foram provisionados pela Companhia.

A Companhia questiona, judicialmente, a compensação ambiental, criada em 2011, calculada com base na Lei nº 9.985 de 2000 e no Decreto nº 6.848 de 2009, que corresponde a 0,5% do valor de referência do projeto de implementação da Usina Hidrelétrica Santo Antônio e seu sistema de transmissão, em trecho do Rio Madeira, previsto na Licença de Instalação nº 540 de 2008 e definido na Licença de Operação nº 1.044 de 2011, expedidas pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA). Esses recursos, destinados a compensar os impactos ambientais causados pela obra, são atualizados pelo IPCA Especial e em 31 de dezembro de 2011 equivalem a R\$52.262. Esta compensação está sendo analisada prioritariamente pelo Comitê de Compensação Ambiental Federal para definir a destinação dos recursos. Os gastos ambientais provisionados foram registrados como custo do Imobilizado em curso - Reservatórios, barragens e adutoras.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas outras ações civis públicas, tendo em vista que a maioria destas ações está relacionada a danos ambientais e requerem indenização, recuperação de áreas degradadas e medidas compensatórias que serão definidas no curso do processo, na sua maioria. Tais ações podem beneficiar terceiros que não as partes diretamente envolvidas, e esses terceiros poderão ter direito a outras reparações ou indenizações.



## Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS)

Desde o exercício de 1999, a Light tem sofrido diversas fiscalizações por parte da Secretaria de Estado do Rio de Janeiro em relação ao ICMS. Os autos recebidos até o momento, e não recolhidos, estão sendo objetos de contestação no âmbito administrativo e judicial. A Administração, baseada na opinião de seus advogados e no levantamento dos valores envolvidos nos autos de infração, entende que somente parte destes valores representa risco de perda mais provável que sim do que não que exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação à data do balanço, provisionada no montante de R\$104.938, e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$34.092.

A Gasmig constituiu provisão relativa a créditos de ICMS sobre aquisição de ativo imobilizado utilizado na rede no montante de R\$21.612, e a participação da Cemig representa uma cota parte de R\$11.928.

Adicionalmente, a Companhia é ré em diversas ações relativas ao ICMS e, caso venha a ter que recolher o tributo incidente sobre essas transações, poderá requerer o ressarcimento junto aos consumidores para recuperar o valor do tributo mais a eventual multa, sendo as principais: o não recolhimento do ICMS incidente sobre as parcelas que compõem a TUSD e a demanda contratada e não utilizada que foram faturadas no período de janeiro de 2005 a dezembro de 2010, visto que o valor do imposto incidente foi excluído das contas de energia elétrica, em cumprimento à Liminar concedida; o Instituto Mineiro de Defesa do Consumidor (IMIDEC) impetrou Ação Civil Coletiva contra a Cemig Distribuição, onde questiona a cobrança do ICMS sobre o total da fatura e não somente com incidência sobre o serviço prestado; a Cemig foi autuada, como coobrigada, em operações de venda de excedente de energia elétrica efetuadas por consumidores industriais no período de racionamento de energia elétrica, onde foi exigido pela Secretaria da Fazenda do Estado de Minas Gerais o recolhimento de ICMS sobre tais transações. Nenhuma provisão foi constituída e o valor, estimado, da contingência é de R\$434.004.

**Passivos contingentes, cuja expectativa de perda é considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação**

## Impostos e Demais Contribuições

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto são parte em diversos processos administrativos e judiciais relativos a tributos. Os detalhes das principais discussões são como segue:

### *Indenização do Anuênio*

A Companhia pagou uma indenização aos empregados, no exercício de 2006, no montante de R\$177.686, em troca do direito referente aos anuênios futuros que seriam incorporados aos salários. A Companhia não efetuou os recolhimentos de Imposto de Renda e Contribuição Previdenciária sobre este valor por considerar que essas obrigações não são incidentes sobre verbas indenizatórias. Entretanto, para evitar o risco de uma eventual multa no futuro em função de uma interpretação divergente da Receita Federal e INSS, a Companhia impetrou mandados de segurança que permitiu o depósito judicial no valor das potenciais obrigações, registrado na conta de Depósitos Vinculados a Litígios. O valor da contingência, atualizado, é de R\$191.770.

### *Participação nos Lucros e Resultados*

O INSS instaurou processo administrativo contra a Companhia, em 2006, em função do não recolhimento das contribuições previdenciárias sobre os valores pagos aos empregados a título de participação nos lucros e resultados no período de 2000 a 2004, devido ao fato da fiscalização ter entendido que a Companhia não teria atendido aos requisitos descritos na Lei 10.101 de 2000. Em 2007, foi impetrado mandado de segurança buscando obter declaração de que tais pagamentos de participação nos lucros e resultados não estavam sujeitos ao pagamento da contribuição à seguridade social. A Companhia recebeu sentença, parcialmente, favorável em 2008, da qual recorreu e está aguardando decisão em segunda instância.

Nenhuma provisão foi constituída para eventuais perdas e a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa, sendo que a expectativa de perda nesta ação é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$140.875.

### *Contribuições Previdenciárias*

A Receita Federal do Brasil instaurou processos administrativos contra a Cemig, a Cemig Geração e Transmissão e a Cemig Distribuição, relativamente às contribuições previdenciárias sobre diversas rubricas: participação nos lucros e resultados, programa de alimentação do trabalhador (PAT), auxílio-educação, pagamentos de hora extra, exposição a risco no ambiente de trabalho, Sest/Senat, multa por descumprimento de obrigação acessória. A Companhia apresentou as defesas e aguarda julgamento.

A expectativa de perda nestas ações é considerada mais provável que não exista uma saída de caixa para liquidar uma obrigação e o valor da contingência é de, aproximadamente, R\$780.723.

## *FINSOCIAL*

A União Federal ajuizou ação rescisória contra a Cemig, com o objetivo de rescindir o acórdão proferido na ação rescisória ajuizada, anteriormente, pela Cemig, onde se discute o FINSOCIAL, com o argumento de que a ação ajuizada pela Cemig foi protocolizada após o prazo decadencial de dois anos. O valor, estimado, da contingência é de R\$67.926.

### *Indeferimento da Compensação de Créditos Tributários*

A Secretaria da Receita Federal não homologou a declaração de compensação de créditos decorrentes de pagamento indevido, ou a maior, pela Companhia, relativa a diversos processos administrativos tributários quanto à discussão sobre compensação de tributos federais. O valor da contingência é de R\$423.856.

### *Declarações de Informações Econômico-Fiscais da Pessoa Jurídica (DIPJ) – restituição e compensação*

A Companhia é parte em processo administrativo que envolve pedidos de restituição e compensação de créditos decorrentes de saldos negativos apontados nas DIPJ's dos anos calendário de 1997 a 2000, além de pagamentos a maior, indetificados pelos DARF's e DCTF's correspondentes. O valor da contingência é de R\$296.377.

## *PIS/COFINS*

A Cemig foi autuada por recolhimento a menor de PIS/COFINS em razão de exclusões indevidas de despesas financeiras da base de cálculo das contribuições. Apesar de a Companhia ter recolhido PIS/COFINS sobre receitas financeiras, a Secretaria da Receita Federal entende que esse recolhimento se deu a menor. O valor da contingência é de R\$81.112.

A Companhia é ré em diversos processos judiciais, nos quais os autores exigem a suspensão da cobrança de PIS/COFINS, por considerarem ilegal a sua incidência nas faturas de energia elétrica. O valor da contingência é de R\$41.039.

## Questões Regulatórias

### *Conta de Resultados a Compensar (CRC)*

Anteriormente a 1993, era garantida às concessionárias de energia elétrica uma taxa de retorno sobre investimentos em ativos utilizados na prestação de serviços vinculados à concessão. As tarifas cobradas eram uniformes em todo o país e os lucros gerados pelas concessionárias mais lucrativas realocados às concessionárias menos lucrativas, de forma que a taxa de retorno de todas as companhias fosse igual à média nacional. Os *déficits* eram contabilizados na CRC de cada concessionária. Quando a CRC e o conceito de retorno garantido foram abolidos, a Companhia utilizou os saldos positivos para compensar as responsabilidades junto ao Governo Federal.

A Aneel instaurou processo administrativo contra a Companhia, contestando crédito relativo aos referidos saldos positivos. Em 31 de outubro de 2002, a Aneel proferiu decisão administrativa final. Em 9 de janeiro de 2004, a Secretaria do Tesouro Nacional expediu Ofício para a Cemig cobrando o valor de R\$516 milhões. A Companhia não efetuou o pagamento, por acreditar ter argumentos de mérito para a defesa judicial, e impetrou mandado de segurança para suspender a sua inclusão no Cadastro Informativo de Créditos Não Quitados do Setor Público (Cadin). Embora o mandado tenha sido indeferido em primeira instância, foi interposto recurso ao Tribunal Federal da Primeira Região que concedeu medida liminar suspendendo a inclusão no Cadin.

Nenhuma provisão foi constituída em relação a essa ação e o valor, estimado, do passivo contingente é de R\$1.014.905.

#### *Contribuição para Iluminação Pública (CIP)*

A Cemig é ré em várias ações civis públicas, cujo objeto é a declaração de nulidade da cláusula dos Contratos de Fornecimento de Energia Elétrica para iluminação pública, firmados entre a Companhia e os diversos municípios de sua área de concessão e a restituição da diferença dos valores cobrados nos últimos 20 anos, caso seja reconhecido em juízo que tal cobrança é indevida. As ações se fundamentam em suposto equívoco da Cemig na estimativa de tempo utilizada para o cálculo do consumo de energia elétrica para iluminação pública, custeado pela CIP.

A Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa judicial e, portanto, não constituiu provisão para esta ação, estimada, em R\$1.183.402.

#### *Contabilização de operações com venda de energia pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE)*

A AES Sul Distribuidora questiona, judicialmente, desde agosto de 2002, os critérios de contabilização das operações com venda de energia no Mercado Atacadista de Energia (MAE), antecessora da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), durante o período do racionamento, e obteve decisão judicial liminar favorável, em fevereiro de 2006, em que é determinado que a ANEEL atendesse ao pleito da Distribuidora e proceda, com a CCEE, a recontabilização e liquidação das operações durante o racionamento, desconsiderando o seu Despacho nº 288 de 2002. Tal medida deveria ser efetivada na CCEE, a partir de novembro de 2008, e implicaria um desembolso adicional para a Companhia, referente à despesa com compra de energia no mercado de curto prazo, com a CCEE, no valor aproximado de R\$123.900. A Companhia obteve em 09 de novembro de 2008, junto ao Tribunal Regional Federal, liminar suspendendo a obrigatoriedade de se depositar o valor devido, em decorrência da Liquidação Financeira Especial efetivada pela CCEE. Em razão do exposto, nenhuma provisão foi constituída para esta disputa, uma vez que a Companhia acredita ter argumentos de mérito para defesa contra esta demanda.

## Majoração tarifária

### *Exclusão de Consumidores Inscritos como Baixa Renda*

O Ministério Público Federal impetrou Ação Civil Pública contra a Companhia e a ANEEL, objetivando evitar a exclusão de consumidores do enquadramento da Subclasse Tarifa Residencial de Baixa Renda, requerendo a condenação da Companhia no pagamento em dobro da quantia paga em excesso pelos consumidores. O pedido foi julgado procedente, contudo, a Companhia e a ANEEL agravaram da decisão e aguardam julgamento. O valor da contingência é de, aproximadamente, R\$122.531.

### *Reajuste Tarifário Periódico – Neutralidade da Parcela A*

A Associação Municipal de Proteção ao Consumidor e ao Meio Ambiente (AMPROCOM) e a Associação Brasileira de Consumidores (ABC) impetraram ações contra a Companhia e a ANEEL, objetivando a identificação de todos os consumidores que foram lesados nos processos de revisão periódica e reajuste anual de energia elétrica, no período de 2002 a 2009, e a restituição, através de crédito nas faturas de energia elétrica, dos valores que lhes foram indevidamente cobrados, em razão da não desconsideração do impacto de variações futuras de demanda de consumo de energia em componentes de custo não gerenciáveis (Parcela A) e a incorporação indevida desses ganhos nos custos gerenciáveis da distribuidora (Parcela B), provocando o desequilíbrio econômico-financeiro do contrato. O valor, estimado, da contingência é de R\$1.061.084, sendo considerados todos os consumidores da área de concessão da Cemig Distribuição.

## Contingências Fiscais da Light SESA

As contingências fiscais com probabilidade de perda considerada mais provável que não do que sim que será necessária uma saída de recursos financeiros para liquidar a obrigação, em 31 de dezembro de 2011, reconhecidas pela Light SESA, correspondem a: exigência do IRPJ e da CSL sobre os lucros auferidos pela LIR e LOI desde 1996; não homologação das compensações relativas a créditos de IRRF sobre aplicações financeiras e IRRF sobre pagamentos de contas de energia feitos por órgãos públicos; multa pelo suposto descumprimento de obrigação acessória relacionada à entrega dos arquivos eletrônicos referentes aos anos-calendário de 2003 a 2005; Auto de Infração lavrado para cobrança de ICMS incidente sobre os valores da subvenção econômica direcionada aos consumidores de baixa-renda; ICMS sob perdas comerciais; Taxa de Fiscalização de Ocupação e de Permanência em Áreas, em Vias e em Logradouros Públicos – TFOP, lançada pela Prefeitura Municipal de Barra Mansa; IRRF sobre valores pagos pela Light SESA a título de dividendos, ao argumento de que os mesmos decorreriam de lucro inexistente; Auto de Infração para cobrar ICMS, em razão da utilização de créditos acumulados de ICMS da Rheem Embalagens Ltda. na aquisição de insumos e matérias primas dentro do Estado do Rio de Janeiro. Essas causas somam R\$859.568, valor correspondente a participação da Cemig no capital da Light em 31 de dezembro de 2011.

## Processos no Curso Normal dos Negócios

Adicionalmente às questões descritas acima, a Companhia está envolvida, como impetrante ou ré, em outros litígios, de menor relevância, relacionados ao curso normal de suas operações, no montante estimado de R\$515.825. A Administração acredita que possui defesa adequada para estes litígios e não são esperadas perdas relevantes, relacionadas a estas questões, que possam ter efeito adverso na posição financeira e no resultado das operações da Companhia.

### **Ação em que a Companhia é credora e com provável entrada de benefícios econômicos**

#### PASEP e COFINS - Ampliação da base de cálculo

A Controladora questiona, judicialmente, a ampliação da base de cálculo do PASEP e COFINS sobre a Receita Financeira e Outras Receitas não Operacionais, no período de 1999 a janeiro de 2004, por meio da Lei n.º 9.718, de 27 de novembro de 1998. Em caso de conclusão favorável na última instância da esfera judicial (trânsito julgado), ressaltando-se que o Supremo Tribunal Federal tem julgado processos similares favoravelmente ao contribuinte, o ganho a ser registrado no Resultado, será de R\$195.263, líquido de Imposto de Renda e Contribuição Social.

## **23. PATRIMÔNIO LÍQUIDO E REMUNERAÇÃO AOS ACIONISTAS**

### **(a) Capital Social**

As ações do Capital Social, com valor nominal de R\$5,00 e totalmente integralizadas estão assim distribuídas:

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2011					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.420.497	12	73.185.353	19	108.605.850	16
No Exterior	12.494.090	4	303.902.089	79	316.396.179	47
<b>Total</b>	<b>298.269.668</b>	<b>100</b>	<b>384.144.914</b>	<b>100</b>	<b>682.414.582</b>	<b>100</b>

Acionistas	Quantidade de Ações em 31 de dezembro de 2010					
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Estado de Minas Gerais	151.993.292	51	-	-	151.993.292	22
Outras Entidades do Estado	40.197	-	7.057.472	2	7.097.669	1
AGC Energia S.A.	98.321.592	33	-	-	98.321.592	14
Outros						
No País	35.084.145	12	88.391.812	23	123.475.957	18
No Exterior	12.830.442	4	288.695.630	75	301.526.072	45
<b>Total</b>	<b>298.269.668</b>	<b>100</b>	<b>384.144.914</b>	<b>100</b>	<b>682.414.582</b>	<b>100</b>

## Lucro por ação

Considerando que cada classe de ação participa igualmente dos lucros apresentados, os lucros por ação em 2011 e 2010, de R\$3,54 e R\$3,41 respectivamente, foram calculados com base na média ponderada do número de ações da Companhia em cada um dos anos mencionados.

O número médio ponderado de ações utilizado no cálculo do lucro básico e diluído por ação é como segue:

Média Ponderada de ações	2011	2010
<b>Saldo em 1º de janeiro</b>		
Ações ordinárias	298.269.668	271.154.243
Ações preferenciais	384.144.914	349.222.649
	<b>682.414.582</b>	<b>620.376.892</b>
<b>Efeito de emissão de ações em abril de 2010</b>		
Ações ordinárias	-	27.115.425
Ações preferenciais	-	34.922.265
	-	<b>62.037.690</b>
<b>Média ponderada de ações em 31 de dezembro</b>		
Ações ordinárias	298.269.668	289.231.193
Ações preferenciais	384.144.914	372.504.159
	<b>682.414.582</b>	<b>661.735.352</b>

## Acordo de Acionistas

Em 01 de agosto de 2011, o Governo do Estado de Minas Gerais assinou com a AGC Energia S.A. um Acordo de Acionistas, com interveniência e anuência do BNDES Participações S.A. com vigência de quinze anos. O acordo mantém o Estado de Minas Gerais como controlador hegemônico, isolado e soberano da Companhia e atribui à AGC Energia algumas prerrogativas com a finalidade de contribuir para a continuidade do crescimento sustentável da Companhia, dentre outras disposições.

## Devolução de adiantamento para futuro aumento de capital

O Estado de Minas Gerais efetuou aportes na Companhia nos anos de 1995, 1996 e 1998 destinados a Futuro Aumento de Capital ("AFAC"), no montante histórico de R\$27.124. Em 2011, a Secretaria de Estado da Fazenda solicitou a devolução dos valores desses AFACs, devidamente corrigidos, uma vez que até o ano mencionado os recursos não haviam sido utilizados para integralização de ações em aumento de capital.

Em atendimento a essa solicitação, o Conselho de Administração, em 27 de dezembro de 2011, deliberou pela devolução do AFAC ao Estado de Minas Gerais, no valor de R\$93.260, correspondendo ao valor histórico de R\$27.124, corrigido pela variação do IGP-M (Índice Geral de Preços do Mercado) no período, sendo a despesa financeira correspondente à atualização do AFAC, no valor de R\$66.136, registrada no exercício de 2011.

## Aumento do Capital Social a ser proposto a Assembleia Geral ordinária em abril de 2012

O Conselho de Administração da Cemig irá propor a Assembleia Geral de Acionistas um aumento do Capital Social através, principalmente, da utilização das Reservas de Lucros.

Será proposto à Assembleia Geral a aprovação do aumento do Capital Social da Cemig de R\$3.412.073 para R\$4.265.091 com emissão de 170.603.646 novas ações, mediante a capitalização de R\$821.527 do saldo da Reserva de Retenção de Lucros e R\$31.491 provenientes da incorporação das parcelas do Contrato de Cessão de Crédito do saldo remanescente da CRC, distribuindo-se aos acionistas, em consequência, uma bonificação de 25% em ações novas, da mesma espécie das antigas e do valor nominal de R\$ 5,00.

### **(b) Reservas**

A composição das contas Reservas de Capital e Reservas de Lucros é demonstrada como segue:

	2011	2010
<b>Reservas de Capital</b>		
Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio	1.313.220	1.313.220
Doações e Subvenções para Investimentos	2.572.526	2.572.526
Ágio na Emissão de Ações	69.230	69.230
Correção Monetária do Capital	6	6
Ações em Tesouraria	(1.132)	(1.132)
	<b>3.953.850</b>	<b>3.953.850</b>

A Reserva de Remuneração das Imobilizações em Curso – Capital Próprio refere-se aos juros sobre o capital próprio utilizados na construção de bens e instalações, sendo registrada no Imobilizado em contrapartida ao Patrimônio Líquido. A partir do exercício de 1999, a Cemig decidiu não mais constituir esta Reserva.

A Reserva de Doações e Subvenções para investimentos refere-se basicamente a compensação pelo Governo Federal, da diferença entre a lucratividade obtida pela Cemig até março de 1993 e o retorno mínimo garantido pela legislação vigente à época. Os recursos foram utilizados na amortização de diversas obrigações com o Governo Federal e o saldo remanescente originou o contrato da CRC.

As Ações em Tesouraria referem-se ao repasse pelo FINOR, de ações oriundas dos recursos aplicados nos projetos da Cemig na área da SUDENE, em função de incentivo fiscal.

	2011	2010
<b>Reservas de Lucros</b>		
Reserva Estatutária	1.141.178	1.433.549
Reserva de Retenção de Lucros	1.382.962	799.413
Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais	86.316	67.086
Reserva Legal	682.415	573.205
	<b>3.292.871</b>	<b>2.873.253</b>



### Reserva Estatutária

A Reserva Estatutária destina-se ao pagamento futuro de dividendos extraordinários, conforme artigo 28 do Estatuto Social.

### Reserva de Retenção de Lucros

As Reservas de Retenção de Lucros referem-se aos lucros não distribuídos em exercícios anteriores para garantir a execução do Programa de Investimentos da Companhia, sendo as retenções suportadas pelos orçamentos de capital aprovados pelo Conselho de Administração nos períodos em referência. As principais aquisições de participação no capital de empresas adquiridas em função da retenção de recursos mencionada estão apresentadas em maiores detalhes na Nota Explicativa nº 14 das Demonstrações Contábeis Consolidadas.

### Reserva da Proposta de Distribuição de Dividendos Adicionais

A Companhia registrou na Reserva de Lucros os dividendos propostos pela administração que excedem a 50% do Lucro Líquido do exercício, dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto Social, no valor de R\$86.316.

### Reserva Legal

A Companhia utilizou 4,52% do lucro líquido apurado no exercício de 2011, no valor de R\$109.210, para constituição de Reserva Legal, tendo em vista o saldo da Reserva Legal com essa constituição ter alcançado o limite de 20% do Capital Social, conforme estabelecido pelo Art. 193 da Lei 6.404 – Lei das Sociedades por Ações.

## **(c) Dividendos**

### Dividendos ordinários

Do Lucro Líquido do Exercício, 50,00% devem ser utilizados para distribuição como dividendo obrigatório aos acionistas da Companhia, conforme previsto no Estatuto Social da Companhia.

As ações preferenciais gozam de preferência na hipótese de reembolso de capital e participam dos lucros em igualdade de condições com as ações ordinárias. As ações preferenciais têm direito a um dividendo mínimo anual igual ao maior valor entre 10% sobre o seu valor nominal e 3% do valor do Patrimônio Líquido das ações.

As ações do Capital Social da Cemig, de propriedade de particulares, têm, estatutariamente, assegurado o direito a dividendos mínimos de 6% ao ano sobre o valor nominal de suas ações, nos exercícios em que a Cemig não obtiver lucros suficientes para pagar dividendos a seus acionistas, garantia esta dada pelo Estado de Minas Gerais, nos termos do artigo 9º da Lei Estadual nº 828, de 14 de dezembro de 1951, e do artigo 1º da Lei Estadual nº 8.796, de 29 de abril de 1985.

Os dividendos declarados serão pagos em 2 (duas) parcelas iguais, a primeira até 30 de junho e a segunda até 30 de dezembro do ano subsequente à geração do lucro, cabendo à Diretoria, observados estes prazos, determinar os locais e processos de pagamento.

O cálculo dos dividendos propostos para distribuição aos acionistas em função do resultado do exercício de 2011 está demonstrado a seguir:

Cálculo dos Dividendos Mínimos Estatutários das Ações Preferenciais	Controladora
	2011
Valor Nominal das Ações Preferenciais	1.920.724
Percentual sobre o Valor Nominal das Ações Preferenciais	10,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 1º critério de pagamento	192.072
Valor do Patrimônio Líquido	11.744.948
Percentual das Ações Preferenciais sobre o Patrimônio Líquido (líquido de ações em tesouraria)	56,29%
Participação das Ações Preferenciais no Patrimônio Líquido	6.611.231
Percentual sobre o Valor do Patrimônio Líquido das Ações	3,00%
Valor dos Dividendos de acordo com o 2º critério de pagamento	198.337
Dividendos Estatutários Mínimos Obrigatórios das Ações Preferenciais	198.337
<b>Dividendos Obrigatórios</b>	
Resultado do Exercício	2.415.450
Dividendo Obrigatório – 50,00% do lucro líquido	1.207.725
<b>Dividendos Propostos</b>	1.294.041
Total do Dividendo para Ações Preferenciais	728.441
Total do Dividendo para Ações Ordinárias	565.600
<b>Dividendos por valor unitário – R\$</b>	
Dividendos Mínimos Estatutários para as Ações Preferenciais	0,29
Dividendo Obrigatório	1,77
Dividendos Propostos	1,90

### Dividendos Extraordinários

O Estatuto Social da Cemig estabelece que, sem prejuízo do dividendo obrigatório, a cada dois anos, ou em menor periodicidade se a disponibilidade de caixa o permitir, a Companhia utilizará a reserva de lucros específica para a distribuição de dividendos extraordinários, até o limite do caixa disponível, conforme determinado pelo Conselho de Administração com observância do Plano Diretor da Companhia e da política de dividendos nele prevista.

Ocorreram os seguintes pagamentos de dividendos extraordinários pela Companhia em 2011 e 2010:

- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 16 de dezembro de 2010, deliberou declarar Dividendos Extraordinários, no montante de R\$900 milhões, utilizando a reserva de lucros estatutária para esse fim, representando R\$1,32 por ação. O pagamento desses Dividendos ocorreu em 29 de dezembro de 2010.

- O Conselho de Administração da Cemig, em reunião realizada em 9 de dezembro de 2011, deliberou declarar Dividendos Extraordinários, no montante de R\$850 milhões, utilizando as Reservas de Lucros Estatutária e de Retenção de Lucros para esse fim, representando R\$1,25 por ação. O pagamento desses dividendos ocorreu em 28 de dezembro de 2011.

#### (d) Ajuste Acumulado de Conversão e Avaliação Patrimonial

	2011	2010
<b>Ajuste acumulado de conversão e avaliação patrimonial</b>		
Custo atribuído dos ativos de geração	1.080.233	1.209.212
Ajustes de conversão	5.354	(772)
Instrumentos financeiros de hedge de caixa	567	1.393
	<b>1.086.154</b>	<b>1.209.833</b>

Os Ajustes de Conversão referem-se à diferença cambial apurada na conversão das Demonstrações Contábeis da Transchile com base nas taxas de final de exercício para ativos e passivos, registrada diretamente nessa conta de Patrimônio Líquido citada.

Os valores registrados como custo atribuído dos ativos de geração devem-se a nova avaliação dos ativos de geração, com a definição do seu valor justo pelo custo de reposição na adoção inicial das normas contábeis internacionais em 01 de janeiro de 2009. A nova avaliação dos ativos de geração implicou em um aumento no valor desses ativos, com o registro na conta específica do Patrimônio Líquido, líquido dos efeitos fiscais.

## 24. RECEITA

	Consolidado	
	2011	2010 (Reclassificado)
Fornecimento Bruto de Energia Elétrica (a)	16.840.743	14.821.015
Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD (b)	1.974.032	1.658.286
Receita de Uso da Rede de Transmissão (c)	1.473.347	1.197.182
Receita de Construção (d)	1.532.577	1.341.386
Outras Receitas Operacionais (e)	990.030	923.792
Impostos e Encargos Incidentes sobre a Receita (f)	(6.996.502)	(6.094.727)
<b>Receita Operacional líquida</b>	<b>15.814.227</b>	<b>13.846.934</b>

## a) Fornecimento Bruto de Energia Elétrica

A composição do Fornecimento de Energia Elétrica, por classe de consumidores, é a seguinte:

	MWh ( * )		R\$	
	2011	2010	2011	2010 (Reclassificado)
Residencial	10.742.297	9.944.272	5.451.747	4.832.622
Industrial	26.028.775	24.826.143	4.366.107	3.935.703
Comércio, Serviços e Outros	6.984.941	6.227.336	3.045.417	2.717.686
Rural	2.646.475	2.466.451	707.958	631.984
Poder Público	1.191.280	1.082.741	531.496	467.376
Iluminação Pública	1.371.091	1.220.491	356.667	309.816
Serviço Público	1.439.200	1.360.002	424.407	394.995
<b>Subtotal</b>	<b>50.404.059</b>	<b>47.127.436</b>	<b>14.883.799</b>	<b>13.290.182</b>
Consumo Próprio	57.098	53.417	-	-
Fornecimento não Faturado, Líquido	-	-	74.830	(71.204)
	<b>50.461.157</b>	<b>47.180.853</b>	<b>14.958.629</b>	<b>13.218.978</b>
Suprimento a Outras Concessionárias ( ** )	14.457.890	14.204.530	1.577.128	1.444.828
Transações com energia na CCEE	5.138.453	4.785.039	268.970	133.432
Vendas no PROINFA	120.827	84.771	36.016	23.777
<b>Total</b>	<b>70.178.327</b>	<b>66.255.193</b>	<b>16.840.743</b>	<b>14.821.015</b>

( \* ) A coluna de MWh inclui o total de energia comercializada pela Light, proporcional à participação da Companhia.

( \*\* ) Inclui Contrato de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado - CCEAR e contratos bilaterais com outros agentes.

### Reajuste Tarifário – Cemig Distribuição

Em 8 de abril de 2011 a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário de 2011 da Cemig Distribuição. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 10,47%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 8,08% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiros de 2,39%, que vigorará até abril de 2012. Com a retirada dos componentes financeiros considerados no processo tarifário de 2010, de 3,23%, o efeito médio percebido pelos consumidores cativos da Companhia foi de 7,24%.

### Reajuste Tarifário – Light

Em 1º de novembro de 2011 a ANEEL aprovou o resultado do Reajuste Tarifário de 2011 da Light SESA. O resultado homologado pela ANEEL representa um reajuste tarifário de 6,57%, constituído de dois componentes: (i) Estrutural de 7,21% constituído pelos custos não gerenciáveis (Parcela A) e gerenciáveis (Parcela B); e (ii) Financeiro, que vigorará até outubro de 2012, -0,64%. Considerando a retirada do componente financeiro presente nas tarifas da Light vigentes até esta data, de -1,33%, a proposta representa um aumento tarifário médio a ser percebido pelos consumidores finais de 7,82%.

## **b) Receita de Uso dos Sistemas Elétricos de Distribuição – TUSD**

Parcela representativa dos Grandes Consumidores Industriais na área de concessão da Cemig Distribuição e da Light que estão na condição de “livres”, com a venda de energia para estes consumidores realizada, por meio da Cemig Geração e Transmissão e outras geradoras. Dessa forma, os encargos referentes ao uso da rede de distribuição (“TUSD”) desses consumidores livres, são cobrados, separadamente com o registro nesta rubrica.

## **c) Receita de Uso da Rede de Transmissão**

	Consolidado	
	2011	2010 (Reclassificado)
Receita de Uso da Rede Básica	1.293.299	1.090.391
Receita de Sistema de Conexão	180.048	106.791
	<b>1.473.347</b>	<b>1.197.182</b>

Para as concessões antigas, a Receita de Uso da Rede refere-se à tarifa cobrada dos agentes do setor elétrico, incluindo os consumidores livres ligados na alta tensão, pela utilização da rede básica de transmissão, de propriedade da Companhia, associada ao Sistema interligado brasileiro, deduzindo-se os valores recebidos que são utilizados para amortização do ativo financeiro.

Para as concessões novas, inclui a parcela recebida dos agentes do setor elétrico referente à operação e manutenção das linhas de transmissão e também o ajuste a valor presente do ativo financeiro de transmissão constituído, em sua maior parte, durante o período de construção dos empreendimentos de transmissão. As taxas utilizadas para a atualização do ativo correspondem à remuneração do capital aplicado nos empreendimentos, variando em conformidade ao modelo do empreendimento e do custo do capital da investidora.

## **d) Receita de Construção**

A Receita de Construção é integralmente compensada pelos Custos de Construção e corresponde aos investimentos da Companhia no período em ativos da concessão, sendo que na Receita Operacional, em alguns casos, inclui adicionalmente a margem de lucro envolvida na operação. Mais detalhes na Nota Explicativa nº 25 Demonstrações Contábeis consolidadas.

## e) Outras Receitas Operacionais

	Consolidado	
	2011	2010 (Reclassificado)
Fornecimento de Gás	578.830	397.659
Serviço Taxado	13.957	16.495
Serviço de Telecomunicações	157.819	130.735
Prestações de Serviços	104.943	179.188
Subvenções (*)	55.705	132.772
Outras	78.776	66.943
	<b>990.030</b>	<b>923.792</b>

(\*) Receita reconhecida em decorrência de subvenção recebida da Eletrobrás, em função do desconto nas tarifas dos consumidores de baixa renda. Os valores foram homologados pela ANEEL e são reembolsados pela Eletrobrás.

## f) Impostos e Encargos Incidentes Sobre a Receita

	Consolidado	
	2011	2010
<b>Tributos sobre a Receita</b>		
ICMS	3.575.298	3.142.237
COFINS	1.495.852	1.309.715
PIS-PASEP	324.824	304.268
Outros	5.591	11.738
	<b>5.401.565</b>	<b>4.767.958</b>
<b>Encargos do Consumidor</b>		
Reserva Global de Reversão – RGR	204.887	181.787
Programa de Eficiência Energética – PEE	42.640	43.276
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE	516.122	423.120
Quota para a Conta de Consumo de Combustível – CCC	717.632	532.309
Pesquisa e Desenvolvimento – P&D	37.001	39.011
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico – FNDCT	32.057	34.132
Pesquisa Expansão Sistema Energético – EPE/MME	16.091	17.020
Encargos de Capacidade Emergencial	359	20.199
Adicional 0,30% (Lei 12.111/09)	28.148	35.915
	<b>1.594.937</b>	<b>1.326.769</b>
	<b>6.996.502</b>	<b>6.094.727</b>

## 25. CUSTOS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
Pessoal (a)	1.248.651	1.211.340	37.128	39.149
Participação dos Empregados e Administradores no Resultado	221.061	325.085	14.987	12.304
Obrigações Pós-Emprego	123.700	107.038	8.435	14.637
Materiais	97.752	133.660	222	372
Serviços de Terceiros (b)	1.030.827	923.315	12.962	14.967
Energia Elétrica Comprada para Revenda (c)	4.277.980	3.721.585	-	-
Depreciação e Amortização	939.327	895.581	370	222
Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos	153.979	140.404	-	-
Provisões (Reversões) Operacionais (d)	257.611	138.065	(1.892)	(112.269)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	830.024	728.839	-	-
Gás Comprado para Revenda	329.105	225.398	-	-
Custos de Construção	1.529.269	1.327.693	-	-
Outras Despesas Operacionais Líquidas (e)	362.032	322.136	20.126	9.339
	<b>11.401.318</b>	<b>10.200.139</b>	<b>92.338</b>	<b>(21.279)</b>

## a) Despesas com Pessoal

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Remunerações e Encargos	1.131.846	1.071.921	25.359	21.450
Contribuições para Suplementação de Aposentadoria – Plano de Contribuição Definida	67.393	66.347	4.200	4.205
Benefícios Assistenciais	131.823	132.862	3.790	3.647
	<b>1.331.062</b>	<b>1.271.130</b>	<b>33.349</b>	<b>29.302</b>
Programa de Desligamento Voluntário – PDV	20.272	40.252	3.779	9.847
( - ) Custos com Pessoal Transferidos para Obras em Andamento	(102.683)	(100.042)	-	-
	<b>(82.411)</b>	<b>(59.790)</b>	<b>3.779</b>	<b>9.847</b>
	<b><u>1.248.651</u></b>	<b><u>1.211.340</u></b>	<b><u>37.128</u></b>	<b><u>39.149</u></b>

### Programa Desligamento Premiado – PDP

Em novembro de 2011, a Companhia criou o Programa Desligamento Premiado – PDP, de caráter permanente e aplicável às rescisões dos Contratos de Trabalho de forma livre e espontânea e está em conformidade com a Lei 12.506 de Outubro de 2011, que trata de concessão do Aviso Prévio de 1 até 3 meses, e, desta forma, encerrou o antigo Programa Prêmio Desligamento – PPD.

Dentre os principais incentivos financeiros do Programa, estão os pagamentos de 1 remuneração bruta e 6 meses de contribuições para o plano de saúde após o desligamento, depósito da multa de 40% sobre o saldo do FGTS para fins rescisórios, o pagamento do aviso prévio correspondente ao mínimo de uma remuneração (30 dias) até o máximo de 3 remunerações (90 dias), conforme determina a Lei 12.506 de 2011, e o pagamento de até 24 meses de contribuições para o Fundo de Pensão e INSS após o desligamento, em conformidade a determinados critérios estabelecidos no regulamento do Programa. Até 31 de dezembro de 2011 houve a adesão de 38 funcionários.

## b) Serviço de Terceiros

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Agentes Arrecadores/Leitura de Medidores/Entrega de Contas	176.612	135.916	-	-
Comunicação	89.802	79.399	1.728	2.342
Manutenção e Conservação de Instalações e Equipamentos Elétricos	205.191	197.707	64	101
Conservação e Limpeza de Prédios	58.971	51.093	59	34
Mão de Obra Contratada	59.662	53.635	302	51
Fretes e Passagens	11.638	12.565	2.007	1.672
Hospedagem e Alimentação	18.995	23.938	391	300
Vigilância	23.285	19.527	-	-
Consultoria	26.564	3.139	3.127	5.087
Manutenção/Conservação de Móveis Utensílios	67.915	44.021	894	935
Manutenção e Conservação de Veículos	21.669	28.791	32	26
Corte e Religação	52.913	61.997	-	-
Energia Elétrica	27.693	25.682	-	-
Outros	189.917	185.905	4.358	4.419
	<b>1.030.827</b>	<b>923.315</b>	<b>12.962</b>	<b>14.967</b>

## c) Energia Elétrica Comprada para Revenda

	Consolidado	
	2011	2010
Energia de Itaipu Binacional	919.398	909.525
Energia de curto prazo	337.152	381.789
PROINFA	204.087	191.909
Contratos Bilaterais	538.058	314.887
Energia adquirida através de Leilão no Ambiente Regulado	1.964.879	1.873.697
Energia adquirida no Ambiente Livre	637.316	347.976
Créditos de PASEP-COFINS	(322.910)	(298.198)
	<b>4.277.980</b>	<b>3.721.585</b>

## d) Provisões (Reversões) Operacionais

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Prêmio de Aposentadoria	5.256	(22.197)	39	(944)
Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa	163.629	104.983	-	-
Provisão (Reversão) para Contingências Trabalhistas	12.822	(9.398)	(5.211)	(14.994)
Provisão (Reversão) para Processos Administrativos da ANEEL	3.925	(46.530)	(15.152)	3.115
Provisão (Reversão) para Contingências Jurídicas – Ações Cíveis	47.770	(54.026)	10.637	(53.660)
Provisão (Reversão) para Ações Cíveis – Majoração Tarifária	9.029	138.771	7.799	(41.591)
Outras Provisões (Reversões)	15.180	26.462	(4)	(4.195)
	<b>257.611</b>	<b>138.065</b>	<b>(1.892)</b>	<b>(112.269)</b>



## e) Outras Despesas Operacionais Líquidas

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010	2011	2010
Arrendamentos e Aluguéis	87.351	57.632	828	882
Propaganda e Publicidade	24.353	29.971	564	132
Consumo Próprio de Energia Elétrica	18.944	9.912	-	-
Subvenções e Doações	33.906	39.598	3.017	5.228
Taxa de Fiscalização da ANEEL	45.762	43.338	-	-
Concessão Onerosa	20.666	23.231	-	-
Impostos e Taxas (IPTU, IPVA e outros)	26.536	20.513	145	246
Seguros	7.948	11.287	820	1.151
Anuidade CCEE	5.896	4.840	4	3
Taxa de Licenciamento – TDRF ( * )	30.015	27.184	-	-
Prejuízo Líquido na Desativação e Alienação de Bens	21.591	26.006	187	135
FORLUZ – Custeio Administrativo	15.233	13.604	993	821
Outras Despesas	23.831	15.020	13.568	741
	<b>362.032</b>	<b>322.136</b>	<b>20.126</b>	<b>9.339</b>

( \* ) TFDR – Taxa de Licenciamento para Uso ou Ocupação da Faixa de Domínio das Rodovias

### Arrendamento Mercantil Operacional

A Companhia possui contratos de Arrendamento Mercantil Operacional relacionados, basicamente, a veículos e edificações prediais utilizadas em suas atividades operacionais, e não são relevantes em relação aos custos totais da Companhia.

## 26. RECEITAS E DESPESAS FINANCEIRAS

	Consolidado		Controladora	
	2011	2010 (Reclassificado)	2011	2010
<b>RECEITAS FINANCEIRAS</b>				
Renda de Aplicação Financeira	410.195	392.473	21.034	46.591
Acréscimos Moratórios de Contas de Energia	150.522	137.129	-	-
Juros e Variação Monetária Auferidos com Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais	152.145	129.408	-	-
Variações Cambiais	20.453	50.531	35	10
PASEP e COFINS incidente sobre as Receitas Financeiras	(42.347)	(39.342)	(41.956)	(38.543)
Ganhos com Instrumentos Financeiros	16.120	-	-	-
Ajuste a Valor Presente	-	16.975	-	-
Rendas FIDC	-	-	49.433	40.596
Variação Monetária sobre Finsocial (Nota 9)	67.341	-	67.341	-
Variação Monetária de Depósito Judicial (Nota 11)	67.506	-	67.506	-
Outras	153.060	154.242	10.076	14.840
	<b>994.995</b>	<b>841.416</b>	<b>173.469</b>	<b>63.494</b>
<b>DESPESAS FINANCEIRAS</b>				
Encargos de Empréstimos e Financiamentos	(1.311.023)	(1.075.290)	(20.896)	(7.986)
Variações Cambiais	(39.870)	(37.172)	(206)	(104)
Variação Monetária – Empréstimos e Financiamentos	(145.780)	(144.297)	-	-
Variação Monetária – concessão onerosa	(21.239)	(42.168)	-	-
Perdas com Instrumentos Financeiros	-	(6.072)	-	-
Encargos e Variação monetária de Obrigação Pós-Emprego	(162.878)	(142.243)	(5.235)	(4.983)
Atualização Monetária de AFAC (Nota 23)	(66.136)	-	(66.136)	-
Outras	(303.860)	(218.683)	(74.996)	(53.140)
	<b>(2.050.786)</b>	<b>(1.665.925)</b>	<b>(167.469)</b>	<b>(66.213)</b>
<b>RESULTADO FINANCEIRO LÍQUIDO</b>	<b>(1.055.791)</b>	<b>(824.509)</b>	<b>6.000</b>	<b>(2.719)</b>

As despesas com PASEP/COFINS são incidentes sobre os juros sobre o capital próprio.

## 27. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Os principais saldos e transações com partes relacionadas da Cemig e suas controladas e controladas em conjunto são como segue:

EMPRESAS	Controladora e Consolidado							
	ATIVO		PASSIVO		RECEITA		DESPESA	
	2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2010
<b>Cemig Distribuição S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	4.146	2.012	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	109.215	50.842	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	10.834	4.619	-	-	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	1.810	-	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Geração e Transmissão S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	-	-	20	9	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	46.819	-	-	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Convênio de Cooperação (1)	7.018	5.366	-	-	-	-	-	-
Pessoal Cedido (2)	537	-	-	-	-	-	-	-
<b>Cemig Capim Branco</b>								
<b>Circulante</b>								
Operações com Energia Elétrica (1)	-	295	7.320	7.318	4.349	4.109	(72.582)	(85.872)
<b>Light S.A.</b>								
<b>Circulante</b>								
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	19.214	35.487	-	-	-	-	-	-
<b>Governo do Estado de Minas Gerais</b>								
<b>Circulante</b>								
Consumidores e Revendedores (3)	6.657	8.619	-	-	89.267	83.800	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	153.306	223.395	289.392	270.990	(3.575.298)	(3.142.237)	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Contas a Receber do Governo do Estado – CRC (5)	1.830.075	1.837.088	-	-	-	-	-	-
Tributos Compensáveis – ICMS (4)	243.029	84.746	-	-	-	-	-	-
Consumidores e Revendedores (6)	25.016	39.893	-	-	-	-	-	-
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	-	-	265.700	251.426	-	-	-	-
Debêntures (7)	-	-	46.896	37.083	-	-	(9.813)	(29)
Financiamentos – BDMG (8)	-	-	14.900	15.870	-	-	-	-
<b>Forluz</b>								
<b>Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	100.591	99.220	-	-	(123.700)	(107.038)
Despesa de Pessoal (10)	-	-	-	-	-	-	67.393	(66.347)
Custeio Administrativo (11)	-	-	-	-	-	-	(15.233)	(13.604)
<b>Não Circulante</b>								
Obrigações Pós-Emprego (9)	-	-	2.186.568	2.061.608	-	-	-	-
<b>Cemig Saúde</b>								
<b>Circulante</b>								
Plano de Saúde e odontológico (12)	-	-	20.658	18.638	-	-	(44.374)	(39.808)
<b>Andrade Gutierrez SA</b>								
<b>Circulante</b>								
Programa Luz para todos (13)	-	-	177	3.352	-	-	-	-
<b>Não Circulante</b>								
Programa Luz para todos (13)	-	1.245	275	883	-	-	-	-

As principais condições relacionadas aos negócios entre partes relacionadas estão demonstrados abaixo:

- (1) Convênio de Cooperação Técnica entre Cemig, Cemig Distribuição e Cemig Geração e Transmissão instituído pelo Despacho ANEEL 3.924/2008;
- (2) Reembolso de despesas relativas ao pessoal cedido pela Cemig às empresas do grupo;

- (3) Refere-se à venda de energia ao Governo do Estado de Minas Gerais, sendo que as operações foram realizadas em termos equivalentes aos que prevalecem nas transações com partes independentes, considerando que o preço da energia é aquele definido pela ANEEL através de resolução referente ao reajuste tarifário anual da Companhia;
- (4) As operações com ICMS registradas nas Demonstrações Contábeis referem-se às operações de venda de energia e são realizadas em conformidade a legislação específica do Estado de Minas Gerais;
- (5) Aporte dos créditos da CRC em Fundo de Investimentos Creditórios em quotas seniores e subordinadas. Vide informações Nota Explicativa nº 12 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (6) Parcela substancial do valor refere-se à renegociação de débito originário de venda de energia para a Copasa, com previsão de pagamento até setembro de 2012 e atualização financeira pelo IGPM + 0,5% a.m.;
- (7) Emissão Privada de Debêntures Simples não conversíveis em ações no valor de R\$ 120.000, atualizada pelo Índice Geral de Preços – Mercado - IGP-M, para a conclusão da Usina Hidrelétrica de Irapé, com resgate após 25 anos da data de emissão. O montante de 31 de dezembro de 2009 foi ajustado a valor presente;
- (8) Financiamentos das controladas Transudeste e Transirapé com vencimento em 2019 (taxa TJLP + 4,5% a.a. e UMBNDES 4,54% a.a.) e da Transleste em 2017 e 2025 (taxa 5% a.a. e 10% a.a.);
- (9) Parte dos contratos da Forluz são reajustados pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo - IPCA do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE e parte reajustados com base no Índice de Reajuste Salarial dos empregados da Cemig, Cemig Geração e Transmissão e Cemig Distribuição, excluindo produtividade, acrescidos de 6% ao ano, com amortização até 2024. Vide informações Nota Explicativa nº 21 Demonstrações Contábeis consolidadas;
- (10) Contribuições da Cemig para o Fundo de Pensão referentes aos empregados participantes do Plano Misto (vide Nota Explicativa nº 21 Demonstrações Contábeis consolidadas) e calculadas sobre as remunerações mensais em conformidade ao regulamento do Fundo;
- (11) Recursos para o custeio administrativo anual do Fundo de Pensão em conformidade a legislação específica do setor. Os valores são estimados em um percentual da folha de pagamento da Companhia;
- (12) Contribuição pela patrocinadora ao plano de saúde e odontológico dos empregados.
- (13) Contrato referente ao empreendimento de Implantação de lote do Programa de Eletrificação Rural "Luz para Todos" na Área de Concessão da Cemig celebrado entre a Cemig Distribuição e o Consórcio Iluminas, do qual a Andrade Gutierrez é parte.

## Remuneração do pessoal chave da Administração

O total da remuneração aos Conselheiros de Administração e Diretores nos exercícios de 2011 e 2010 é conforme segue:

	2011	2010
Remuneração	3.921	2.329
Participação nos Resultados	849	611
Benefícios Pós Emprego	306	189
Benefícios Assistenciais	44	614
<b>Total</b>	<b>5.120</b>	<b>3.743</b>

Vide maiores informações referentes às principais transações realizadas nas Notas Explicativas 9, 12, 18, 19, 21, 24, 25.

## 28. INSTRUMENTOS FINANCEIROS E GESTÃO DE RISCOS

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e de suas controladas em conjuntos estão restritos a Caixa e Equivalentes de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários, Consumidores e Revendedores, Contas a Receber do Governo do Estado de Minas Gerais, Ativo Financeiro da Concessão, Empréstimos e Financiamentos, Obrigações com Debêntures e derivativos, sendo os ganhos e perdas, obtidos nas operações, integralmente registrados, de acordo com o Regime de Competência.

Os Instrumentos Financeiros da Companhia, de suas controladas e controladas em conjunto foram reconhecidos ao valor justo e encontram-se classificados, conforme abaixo:

- Empréstimos e Recebíveis: encontram-se, nesta categoria, o Caixa, Créditos com Consumidores e Revendedores, Concessionários – Transporte de Energia, Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais, Ativos Financeiros da Concessão. São reconhecidos pelo valor nominal de realização e similares aos valores justos;
- Instrumentos Financeiros ao valor justo por meio do resultado: encontram-se, nesta categoria, Equivalente de Caixa, Títulos e Valores Mobiliários e os Instrumentos Derivativos (mencionados no item “b”). São mensurados ao valor justo e os ganhos ou as perdas são reconhecidos, diretamente, no resultado;
- Empréstimos e Financiamentos e Obrigações com Debêntures e Fornecedores. São mensurados pelo custo amortizado, mediante a utilização do método da taxa de juros efetiva;
- Instrumentos Financeiros Derivativos. São mensurados pelo valor justo e os efeitos reconhecidos, diretamente, no resultado.

Categoria dos Instrumentos Financeiros	2011		2010	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
<b>Ativos Financeiros:</b>				
<b>Empréstimos e Recebíveis</b>				
Caixa e Depósitos Bancários	157.890	157.890	94.605	94.605
Créditos com Consumidores e Revendedores	2.708.316	2.708.316	2.358.292	2.358.292
Concessionários – Transporte de Energia	427.060	427.060	400.556	400.556
Créditos com o Governo do Estado de Minas Gerais	1.830.075	1.830.075	1.837.088	1.837.088
Ativos Financeiros da Concessão	9.897.857	9.897.857	7.941.088	7.941.088
	<b>15.021.198</b>	<b>15.021.198</b>	<b>12.631.629</b>	<b>12.631.629</b>
<b>Valor justo por meio do resultado:</b>				
<b>Mantidos para negociação</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras	2.704.600	2.704.600	2.885.088	2.885.088
Títulos e Valores Mobiliários	358.987	358.987	321.858	321.858
	<b>3.063.587</b>	<b>3.063.587</b>	<b>3.206.946</b>	<b>3.206.946</b>
<b>Passivos financeiros:</b>				
<b>Avaliados ao custo amortizado</b>				
Fornecedores	1.196.637	1.196.637	1.138.350	1.138.350
Concessões a Pagar	137.687	137.687	117.802	117.802
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures	15.779.069	15.767.142	13.226.490	13.226.490
	<b>17.113.393</b>	<b>17.101.466</b>	<b>14.482.642</b>	<b>14.482.642</b>
<b>Valor justo por meio de resultado:</b>				
Instrumentos Derivativos – Contrato Swap	25.143	39.410	66.892	61.987

### a) Gestão de riscos

O Gerenciamento de Riscos Corporativos é uma ferramenta de Gestão integrante das práticas de Governança Corporativa e alinhada com o Processo de Planejamento, o qual define os objetivos estratégicos dos Negócios da Empresa.

A Companhia possui um Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros com o objetivo de implementar diretrizes e monitorar o Risco Financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Companhia, recomendando estratégias de proteção (*hedge*) aos Riscos de Câmbio, juros e inflação, as quais estão efetivos, em linha, com a estratégia da Companhia.

A premissa do Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros é dar previsibilidade ao Caixa da Companhia para um prazo máximo de 12 meses, considerando o cenário econômico divulgado por uma consultoria externa.

Os principais riscos de exposição da Companhia estão relacionados a seguir:

#### *Risco de taxas de câmbio*

A Cemig e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de câmbio, principalmente, à cotação do Dólar Norte-americano em relação ao Real, com impacto no endividamento, no resultado e no fluxo de caixa. Com a finalidade de reduzir a exposição da Cemig às elevações das taxas de câmbio, a Companhia possuía, em 31 de dezembro de 2011, operações contratadas de *hedge*, descritas em maiores detalhes no item “b”.

A exposição líquida, às taxas de câmbio, é como segue:

EXPOSIÇÃO ÀS TAXAS DE CÂMBIO	Consolidado	
	2011	2010
Dólar Norte-americano		
Empréstimos e Financiamentos	318.947	175.963
( +/ - ) Operações Contratadas de <i>Hedge/swap</i>	(32.312)	(45.426)
	286.635	130.537
Outras Moedas Estrangeiras		
Empréstimos e Financiamentos - Euro	37.299	12.626
Outros	2.661	2.675
	39.960	15.301
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>326.595</b>	<b>145.838</b>

#### *Análise de sensibilidade*

A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que, em um Cenário provável, a depreciação cambial das moedas estrangeiras em relação ao Real em 31 de dezembro de 2012 será de 11,82% para o Dólar (R\$1,654) e 8,22% para o Euro (R\$2,234). A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de depreciação cambial do Real de 25% e 50% em relação ao Cenário Provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente.

Risco - Exposições Cambiais	Cenário Base 31/12/2011	Cenário Provável	Cenário Possível Depreciação Cambial 25,00%	Cenário Remoto Depreciação Cambial 50,00%
Dólar Norte-americano				
Empréstimos e Financiamentos	318.947	281.253	351.566	421.880
( - ) Operações Contratadas de <i>Hedge/Swap</i>	(32.312)	(28.493)	(35.617)	(42.740)
	286.635	252.760	315.949	379.140
Outras Moedas Estrangeiras				
Empréstimos e Financiamentos	37.299	34.234	46.624	55.949
Euro	2.661	2.442	3.326	3.992
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>326.595</b>	<b>289.436</b>	<b>365.899</b>	<b>439.081</b>
<b>Efeito Líquido da Depreciação Cambial</b>		<b>37.159</b>	<b>(76.463)</b>	<b>(149.645)</b>

## Risco de Taxa de juros

A Companhia e suas controladas e controladas em conjunto estão expostas ao risco de elevação das taxas de juros internacionais, com impacto nos Empréstimos e Financiamentos, em moeda estrangeira, com taxas de juros flutuantes, principalmente *Libor*, no montante de R\$207.489, (R\$58.905, em 31 de dezembro de 2010).

No que se refere ao risco de elevação das taxas de juros nacionais, a exposição da Companhia ocorre em função do Passivo Líquido, indexado à variação da SELIC e CDI, conforme demonstrado a seguir:

Exposição às Taxas de Juros Nacionais	Consolidado	
	2011	2010
<b>Ativos</b>		
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.704.600	2.885.088
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	358.987	321.858
	3.063.587	3.206.946
<b>Passivos</b>		
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	(9.274.474)	(7.655.139)
Operações Contratadas de <i>Hedge/Swap</i> (Juros)	(600.000)	-
Operações Contratadas de <i>Hedge/Swap</i> (Cambial)	(32.312)	(45.426)
	(9.906.786)	(7.700.565)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(6.843.199)</b>	<b>(4.493.619)</b>

## Análise de sensibilidade

No que se refere ao risco de taxas de juros mais relevante, a Companhia estima que, em um cenário provável, a taxa SELIC em 31 de Dezembro de 2012 será de 9,50%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos seus resultados advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação ao cenário provável, considerados como Possível e Remoto, respectivamente. A taxa CDI acompanha a taxa SELIC.

Estimativa de Cenários de evolução da taxa de juros deverá considerar a projeção dos cenários base, otimista e pessimista da Companhia, com base nos seus consultores financeiros, conforme descrito na Política de *Hedge*.

Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais	2011	Período até 31 de dezembro de 2012		
	Cenário Base SELIC 11,00%	Cenário Provável SELIC 9,50%	Cenário Possível SELIC 11,88%	Cenário Remoto SELIC 14,25%
<b>Ativos</b>				
Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras (Nota 6)	2.704.600	2.961.537	3.313.220	3.383.556
Títulos e Valores Mobiliários (Nota 7)	358.987	393.091	439.770	449.106
	3.063.587	3.354.628	3.752.990	3.832.662
<b>Passivos</b>				
Empréstimos, Financiamentos e Debêntures (Nota 19)	(9.274.474)	(10.155.549)	(11.361.520)	(11.602.715)
Operações Contratadas de <i>Hedge/Swap</i> (Juros)	(600.000)	(654.720)	(732.468)	(748.018)
Operações Contratadas de <i>Hedge/Swap</i> (Cambial)	(32.312)	(35.382)	(39.583)	(40.424)
	(9.906.786)	(10.845.651)	(12.133.571)	(12.391.156)
<b>Passivo Líquido Exposto</b>	<b>(6.843.199)</b>	<b>(7.491.023)</b>	<b>(8.380.559)</b>	<b>(8.558.495)</b>
<b>Efeito Líquido da Variação da SELIC</b>		<b>(647.824)</b>	<b>(889.558)</b>	<b>(1.067.472)</b>

## Risco de Crédito

O risco decorrente da possibilidade de a Cemig e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da dificuldade de recebimento dos valores faturados a seus clientes, é considerado baixo. A Companhia faz um acompanhamento, buscando reduzir a inadimplência, de forma individual, junto aos seus consumidores. Também são estabelecidas negociações que viabilizem o recebimento dos créditos eventualmente em atraso.

A Provisão para Devedores Duvidosos constituída em 2011, considerada como adequada em relação aos créditos a receber em atraso da Companhia e suas controladas e controladas em conjunto, foi de R\$163.629.

No que se refere ao risco decorrente da possibilidade de a Companhia e suas controladas e controladas em conjunto virem a incorrer em perdas, advindas da decretação de insolvência de Instituição Financeira em que mantenha depósitos, foi aprovada uma Política de Aplicação Financeira que vigora desde 2004, onde cada Instituição é analisada segundo critérios de liquidez corrente, grau de alavancagem, grau de inadimplência, rentabilidade e custos, além de análise de três Agências de classificação de Riscos Financeiros. As instituições recebem limites máximos de alocação de recursos, que são revisados, periodicamente, ou sob qualquer alteração nos cenários macroeconômicos da economia brasileira.

A Cemig administra o risco de contraparte de instituições financeiras com base em uma política interna aprovada pelo Comitê de Gerenciamento de Riscos Financeiros da Companhia.

Esta Política avalia e dimensiona, além dos riscos de crédito das instituições, o risco de liquidez, o risco de mercado da carteira de investimentos e o risco operacional da Tesouraria.

Todas as aplicações são realizadas em títulos financeiros que têm características de renda fixa, sempre atrelados ao CDI. A Companhia não realiza operações que incorporem risco de volatilidade em suas Demonstrações Contábeis.

Como instrumento de gestão, a Cemig divide a aplicação de seus recursos em compras diretas de papéis (carteira própria) e em dois fundos de investimentos, que possuem aproximadamente 20% da carteira total. Os fundos de investimentos aplicam os recursos exclusivamente em produtos de renda fixa, tendo como cotistas apenas empresas do grupo. Eles obedecem à mesma política adotada nas aplicações em carteira própria.

As premissas mínimas para a concessão de crédito às instituições financeiras se concentram em três itens:

1. *Rating* de duas agências de riscos
2. Patrimônio Líquido mínimo superior a R\$400 milhões
3. Índice de Basiléia superior a 12.

Superando estes limites de corte, os bancos são classificados em três grupos, conforme o valor do seu Patrimônio. A partir desta classificação, são estabelecidos limites de concentração por grupo e por instituição:

Grupo	Patrimônio Líquido	Concentração	Limite por Banco (% do PL)**
A1	Superior a R\$3,5 bilhões	Mínima de 80%	7,0%
A2	Entre R\$1,0 bilhão e R\$3,5 bilhões	Máxima de 20%	Entre 2,8% e 7,0%
B	Entre R\$400 milhões e R\$1,0 bilhão	Máxima de 20%	Entre 1,6% e 4,2%

\*\* o percentual concedido a cada banco dependerá de uma avaliação individual de indicadores como liquidez, qualidade da carteira de crédito, entre outros.

Além destes pontos, a Cemig estabelece também, dois limites de concentração:

1. Nenhum banco poderá ter mais do que 30% da carteira do Grupo;
2. Nenhum banco poderá ter mais do que 50% da carteira de uma Empresa.

#### *Risco quanto à Escassez de Energia*

A energia vendida é, substancialmente, gerada por Usinas hidrelétricas. Um período prolongado de escassez de chuva pode resultar na redução do volume de água dos reservatórios das Usinas, comprometendo a recuperação do volume destes, e acarretar perdas em função do aumento de custos na aquisição de energia ou redução de receitas com a adoção de um novo programa de racionamento, como o verificado em 2001.

#### *Risco de Aceleração do Vencimento de Dívidas*

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possuem Contratos de Empréstimos e Financiamentos, com Cláusulas Restritivas (“covenants”), normalmente, aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros indicadores. O não atendimento destas cláusulas poderia implicar o vencimento antecipado das dívidas.

Em 31 de dezembro de 2011, três das cláusulas não foram atendidas, sendo que a Companhia obteve dos seus credores, o consentimento de não exercerem seus direitos de exigirem o pagamento imediato ou antecipado dos montantes devidos. Vide Nota Explicativa nº 19 Demonstrações Contábeis consolidadas.

#### *Risco de não renovação das concessões*

A Companhia, suas controladas e controladas em conjunto possui Concessões para exploração dos serviços de Geração e Transmissão de energia elétrica com a expectativa, pela Administração, de que sejam renovadas pela ANEEL e/ou Ministério das Minas e Energia. Caso as renovações das Concessões não sejam deferidas, pelos órgãos reguladores, ou mesmo renovadas, mediante a imposição de custos adicionais para a Companhia (“concessão onerosa”), ou estabelecimento de um preço teto, os atuais níveis de rentabilidade e atividade podem ser alterados.



É esperada para 2012 uma definição pelo Governo Federal dos critérios para a renovação das concessões, quando então será possível determinar o impacto desses critérios nos resultados da Companhia.

A Companhia não foi impactada negativamente, de forma significativa, em função de ocorrências relacionadas aos riscos descritos acima.

#### *Risco de Liquidez*

A Cemig apresenta uma geração de caixa suficiente para cobrir suas exigências de curto prazo e para seu programa de aquisições e investimentos.

Em 31 de dezembro de 2011, a Companhia apresentou um maior saldo de passivos circulantes em comparação aos ativos circulantes, no valor consolidado de R\$3.637.697. Esta situação decorre basicamente de dívidas registradas no curto prazo, cuja parcela representativa está sendo quitada no 1º trimestre de 2012 através de recursos próprios gerados no período e também através da utilização dos recursos captados com a emissão de debêntures da sua controlada Cemig Geração e Transmissão em 09 de março de 2012, no montante de R\$1.350.000, com vencimentos acima de 7 anos, vide informações adicionais na Nota Explicativa nº 35 das Demonstrações Contábeis consolidadas.

Tão importante quanto a qualidade da geração de caixa operacional do negócio é a administração do risco de liquidez, com um conjunto de metodologias, procedimentos e instrumentos coerentes com a complexidade do negócio e aplicados no controle permanente dos processos financeiros, a fim de se garantir o adequado gerenciamento dos riscos.

Os processos de gestão de riscos corporativos interagem com outros ciclos de gestão, dentre os quais podem ser citados os Comitês de Governança Corporativa, de Priorização do Orçamento, de Gerenciamento de Riscos de Energia, de Riscos Seguráveis, de Controle e Gestão e de Gerenciamento de Riscos Financeiros, e atendam à Lei Sarbanes-Oxley e à Auditoria Interna.

O Comitê de Gerenciamento de Risco Financeiro, em particular, tem como finalidade implementar diretrizes para controlar o risco financeiro de operações que possam comprometer a liquidez e a rentabilidade da Empresa.

A Cemig administra o risco de liquidez acompanhando permanentemente e de forma conservadora o seu fluxo de caixa, numa visão orçamentária, que projeta os saldos mensalmente, para cada uma das empresas, em um período de 12 meses, e de liquidez diária, que projeta os saldos diariamente para 180 dias.

As alocações de curto prazo obedecem, igualmente, a princípios rígidos e estabelecidos em Política de Aplicações, manejando até 20% de seus recursos em fundos de investimento exclusivos de crédito privado, sem riscos de mercado, com a margem excedente aplicada diretamente em CDB's ou operações compromissadas remuneradas pela taxa CDI.

Na gestão das aplicações, a empresa busca obter rentabilidade nas operações a partir de uma rígida análise de crédito bancário, observando limites operacionais com bancos baseados em avaliações que levam em conta *ratings*, exposições e patrimônio. Busca também retorno trabalhando no alongamento de prazos das aplicações, sempre com base na premissa principal, que é o controle da liquidez.

O fluxo de pagamentos das obrigações da Companhia, com Empréstimos, Financiamentos e Debêntures, pós e pré-fixadas, podem ser observadas na tabela abaixo:

Consolidado	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	533.445	758.582	4.649.119	7.192.149	1.938.978	15.072.273
Concessões a pagar	235	697	7.058	47.644	82.053	137.687
- Pré-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	*(381)	*(1.144)	110.204	598.117	-	706.796
	<b>533.299</b>	<b>758.135</b>	<b>4.766.381</b>	<b>7.837.910</b>	<b>2.021.031</b>	<b>15.916.756</b>

Controladora	Até 1 mês	De 1 a 3 meses	De 3 meses a 1 ano	De 1 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total
<b>Instrumentos Financeiros à taxa de Juros:</b>						
- Pós-fixadas						
Empréstimos, financiamentos e debêntures	-	-	1.211.747	638.476	-	1.850.223

\* Custo de Transação (CPC 08), a ser apropriado mensalmente no período contratual, sendo que nestes intervalos não haverá pagamento de juros, e nem de principal.

## b) Instrumentos Financeiros - Derivativos

Os Instrumentos Derivativos, contratados pela Cemig, suas controladas e controladas em conjunto têm o propósito de proteger as operações contra os riscos decorrentes de variação cambial e não são utilizados para fins especulativos.

Os valores do Principal das operações com Derivativos não são registrados no Balanço Patrimonial, visto que são referentes a operações que não exigem o trânsito de caixa integral, mas somente dos ganhos ou perdas auferidos ou incorridos. Os resultados líquidos, nestas operações, representam um ganho, em 31 de dezembro de 2011, no montante de R\$16.120 (perda de R\$6.072 em 31 de dezembro de 2010), registradas no Resultado Financeiro.

A Companhia possui um Comitê e Gestão de Riscos Financeiros, criado com o objetivo de monitorar os Riscos Financeiros, relativos à volatilidade e tendências dos índices de inflação, taxas de câmbio e taxas de juros, que afetam suas transações financeiras, e as quais poderiam afetar, negativamente, a liquidez e lucratividade. Esse Comitê objetiva, ao implementar Planos de ação, a fixação de Diretrizes para operação proativa no ambiente de Riscos Financeiros.

### Metodologia de cálculo do valor justo das posições

O cálculo do valor justo dos instrumentos financeiros foi elaborado, considerando as cotações de Mercado do papel ou informações de Mercado, que possibilitem tal cálculo, bem como as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de Mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento, trazido a valor presente pelo fator de desconto, obtido da curva de juros de Mercado, em Reais.

O quadro, a seguir, apresenta os Instrumentos Derivativos, contratados pelas Controladas, Cemig Distribuição e Madeira em 31 de dezembro de 2011.

						Perda não realizada				Efeito acumulado	
Direito da Companhia	Obrigação da Companhia	Período de Vencimento	Mercado de Negociação	Valor principal contratado		Valor Conforme contrato		Valor justo		Valor Recebido	Valor Pago
				2011	2010	2011	2010	2011	2010	2011	2011
Cemig Distribuição SA											
US\$ variação cambial + taxa (5,58% a.a. a 7,14% a.a.)	R\$ 100% do CDI + taxa (1,5% a.a. a 3,01% a.a.)	De 04/2009 até 06/2013	Balcão	US\$17.226	US\$27.263	(48.351)	(70.565)	(47.611)	(64.366)	-	(28.806)
Taxa de 11,47% a.a.	Taxa de 96% de CDI	Vencimento em 10/05/2013	Balcão	R\$600.000	R\$600.000	22.587	1.294	7.580	-	-	
Cemig Geração e Transmissão S.A.											
R\$106,00% do CDI	R\$ ou US\$ 48,00% do CDI ou Variação Cambial Mensal (o que for maior)	Em 04/2010	Balcão	-	R\$75.000	-	100	-	100	-	-
Madeira Energia S.A.											
R\$ IGP-M	R\$ 5,86% pré-fixada	Em 12/2012	Balcão	R\$120.000	R\$120.000	618	2.235	618	2.235	122	-
Euro	Variação preço futuro do Euro	Em 02/2012	Opção	R\$2.375	R\$2.375	3	44	3	44	-	-
Total						(25.143)	(66.892)	(39.410)	(61.987)	122	(28.806)

- 1) Os valores apresentam 100% da operação
- 2) Os Valores Justos apresentam um ganho para a Empresa
- 3) Valores em milhares de reais
- 4) Valor Recebido é o valor acumulado do exercício (Jan/11 a Dez/11)

A contraparte das operações de derivativos da Cemig Distribuição e Madeira é o Banco Santander - ABN, e os contratos são de *swap* cambial e de indexadores.

### Análise de sensibilidade

O instrumento derivativo descrito acima indica que a Companhia está exposta a variação do CDI. A Companhia, com base em seus consultores financeiros, estima que a taxa do CDI para o fim de 2012 será de 9,5%. A Companhia fez uma análise de sensibilidade dos efeitos nos resultados da Companhia advindos de uma alta na taxa SELIC de 25% e 50% em relação a 31 de dezembro de 2012, cenários que consideramos como possível e remoto, respectivamente.

Nesses cenários possível e remoto, a taxa do CDI em 31 de dezembro 2012 seria de 11,88% e 14,25% respectivamente.

#### a) Risco da variação do CDI em relação à variação do Dólar

	Cenário Base 31/12/2011 11%	Cenário Provável 9,5%	Cenário Possível 11,88%	Cenário Remoto 14,25%
<b>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	35.382	36.149	36.916
Efeito Líquido da Variação do CDI		(3.070)	(3.837)	(4.604)
<b>Risco - Alta do US\$</b>				
Contratos atualizados a 100,00% do CDI	32.312	28.493	35.617	42.740
Efeito Líquido da Variação do US\$		3.819	(3.305)	(10.428)
Efeito Líquido		(6.889)	(532)	5.824

#### b) Risco da variação do CDI em relação à taxa fixa de 11,47% a.a.

	Cenário Base 31/12/2011	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto
<b>Risco - Alta nas Taxas de juros nacionais</b>				
Contratos atualizados a 96% do CDI	600.000	654.720	668.400	682.080
Efeito Líquido da Variação do CDI		(54.720)	(68.400)	(82.080)
<b>Risco - Taxa Fixa de Juros</b>				
Contratos atualizados a 11,47% a.a.	600.000	668.820	668.820	668.820
Efeito Líquido da Variação da taxa de juros		(68.820)	(68.820)	(68.820)
Efeito Líquido		14.100	420	(13.260)

### Valor e tipo de margens dadas em garantia

A Companhia não deposita margens de garantias para os Instrumentos Derivativos.

### c) Administração de Capital

A dívida da Companhia para a relação ajustada no capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2011	2010
Total do Passivo	25.612.798	22.079.701
(-) Caixa e Equivalentes de Caixa	(2.862.490)	(2.979.693)
(-) Títulos e Valores Mobiliários	(358.987)	(321.858)
<b>Passivo Líquido</b>	<b>22.391.321</b>	<b>18.778.150</b>
Total do Patrimônio Líquido	11.744.948	11.476.133
(-) Valores acumulados no Patrimônio Líquido referente a hedge de fluxos de caixa	(5.354)	772
<b>Capital Ajustado</b>	<b>11.739.594</b>	<b>11.476.905</b>
Relação Passivo Líquido sobre Capital Ajustado	1,91	1,66

## 29. MENSURAÇÃO PELO VALOR JUSTO

A companhia adota a mensuração a valor justo de seus ativos e passivos financeiros. Valor justo é mensurado a valor de mercado com base em premissas em que os participantes do mercado possam mensurar um ativo ou passivo. Para aumentar a coerência e a comparabilidade, a hierarquia do valor justo prioriza os insumos utilizados na medição em três grandes níveis, como segue:

- **Nível 1. Mercado Ativo: Preço Cotado** – Um instrumento financeiro é considerado como cotado em mercado ativo se os preços cotados forem pronta e regularmente disponibilizados por bolsa ou mercado de balcão organizado, por operadores, por corretores, ou por associação de mercado, por entidades que tenham como objetivo divulgar preços por agências reguladoras, e se esses preços representarem transações de mercado que ocorrem regularmente entre partes independentes, sem favorecimento.
- **Nível 2. Sem Mercado Ativo: Técnica de Avaliação** - Para um instrumento que não tenha mercado ativo o valor justo deve ser apurado utilizando-se metodologia de avaliação/apreçamento. Podem ser utilizados critérios como dados do valor justo corrente de outro instrumento que seja substancialmente o mesmo, de análise de fluxo de caixa descontado e modelos de apreçamento de opções. O objetivo da técnica de avaliação é estabelecer qual seria o preço da transação na data de mensuração em uma troca com isenção de interesses motivada por considerações do negócio.
- **Nível 3. Sem Mercado Ativo: Título Patrimonial** – Valor justo de investimentos em títulos patrimoniais que não tenham preços de mercado cotados em mercado ativo e de derivativos que estejam a eles vinculados e que devam ser liquidados pela entrega de títulos patrimoniais não cotados.

A seguir está um resumo dos instrumentos que são mensurados pelo seu valor justo:

Descrição	Saldo em 31 de dezembro de 2011	Valor justo em 31 de dezembro de 2011		
		Mercado Ativo – Preço Cotado (Nível 1)	Sem Mercado Ativo – Técnica de Avaliação (Nível 2)	Sem Mercado Ativo – Título Patrimonial (Nível 3)
<b>Ativos</b>				
Caixa e Depósitos Bancários	157.890	157.890	-	-
<b>Equivalentes de Caixa - Aplicações Financeiras</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	2.345.877	-	2.345.877	-
Letras Financeiras do Tesouro (LFTs)	63.868	63.868	-	-
Notas do Tesouro Nacional	26.413	26.413	-	-
Letras Financeiras Bancos	176.510	176.510	-	-
	<b>2.612.668</b>	<b>266.791</b>	<b>2.345.877</b>	-
<b>Títulos e Valores Mobiliários</b>				
Certificados de Depósitos Bancários	358.987	-	358.987	-
<b>Passivos</b>				
Contratos de Swaps	25.143	-	25.143	-

#### Metodologia de cálculo do valor justo

- O cálculo do valor justo das aplicações financeiras foi elaborado levando-se em consideração as cotações de mercado do papel, ou informações de mercado que possibilitem tal cálculo, levando-se em consideração as taxas futuras de juros e câmbio de papéis similares. O valor de mercado do título corresponde ao seu valor de vencimento trazido a valor presente pelo fator de desconto obtido da curva de juros de mercado em reais.
- Contratos de *Swaps*: O critério de marcação a mercado das operações de derivativos consiste em estabelecer o preço atual de uma operação já contratada de tal forma que sua reposição traga os mesmos resultados de uma nova operação. A precificação de *Swaps* é feita pela diferença entre os valores a mercado de cada uma de suas pontas corrigidas pelo seu indexador. A precificação do *Swap* da ponta CDI é calculada da data de início da operação até a data de verificação considerando a projeção futura deste indexador. A precificação da ponta Dólar do *Swap* é corrigida pela variação cambial da moeda, considerando uma expectativa futura e prêmio de risco embutido.

### 30. SEGUROS

A Cemig, suas controladas e controladas em conjunto mantém apólices de seguro visando cobrir danos em determinados itens do seu ativo, por orientação de especialistas, conforme relação abaixo, levando em conta a natureza e o grau de risco, por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais perdas significativas sobre seus ativos e responsabilidades. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de Demonstrações Contábeis, conseqüentemente não foram analisadas pelos auditores independentes.

Ativos	Cobertura	Data de Vigência	Importância Segurada	Prêmio Anual
<b>Cemig, Cemig D e Cemig GT</b>				
Aeronáutico – Aeronaves	Casco	29/04/2011 a 29/04/2012	US\$8.508	
	Responsabilidade Civil	29/04/2011 a 29/04/2012	US\$24.000	US\$106
Aeronáutico – Aeronaves – Asa Móvel	Casco	24/08/2011 a 29/04/2012	US\$4.265	
	Responsabilidade Civil	24/08/2011 a 29/04/2012	US\$10.000	US\$73
Almoxarifados, Instalações Prediais e Equipamentos de Telecomunicações	Incêndio	08/11/2011 a 08/11/2012	R\$897.969	R\$228
Risco Operacional – Geradores, Turbinas e Equipamentos de Potência	Total	07/12/2011 a 07/12/2012	R\$1.660.627(1)	R\$2.402
<b>Light</b>				
Diretores e Conselheiros	Total	10/08/2011 a 10/08/2012	US\$20.000	US\$121
Responsabilidade Civil Geral	Total	25/09/2011 a 25/09/2012	R\$20.000	R\$902
Risco Operacional	Total	31/10/2011 a 31/10/2012	R\$3.673.828(2)	R\$1.539
<b>Taes</b>				
Risco Operacional – Usina (4)	Total (6)	19/09/2011 a 19/08/2012	R\$1.136.451	R\$1.137
Risco Operacional – Subestações, almoxarifado e Inst. Prediais (5)	Total (7)	19/09/2011 a 19/18/2012	R\$883.731	R\$719
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (4)	Responsabilidade Civil	19/09/2011 a 19/08/2012	LMI R\$10.000	R\$160
Empresas Concessionárias ou não de Serviços de Produção e Distribuição de Energia Elétrica (5)	Responsabilidade Civil	19/09/2011 a 19/08/2012	LMI R\$10.000	R\$83
Veículos	105% da Tabela Fipe	18/08/2011 a 18/08/2012	-	R\$319
<b>Madeira</b>				
	Obrigações decorrentes do contrato de concessão			
Garantia – Performance Bond		07/03/2008 a 11/10/2016	R\$455.000	R\$20.227
Risco Operacional de Engenharia – Construção, Instalação e montagem	Total	11/11/2008 a 03/11/2016	Diversos (3)	R\$129.256
Manutenção Garantia	RE/All Risks dos equipamentos sob o período de manutenção/garantia.(6)	23/03/2011 a 30/11/2017	R\$4.514.745	R\$25.916
Compreensivo Multirisco	Almoxarifado de Materiais Permanentes	26/09/2011 a 26/09/2012	R\$71.000	R\$74
Responsabilidade Civil - Obras - 2º Layer	RC Obras/Cruzada e Empregador(7)	06/04/2009 a 06/04/2012	R\$60.000	R\$2.088
Transportes - Nacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(8)	31/01/2010 a 31/12/2015	R\$3.176.314	R\$2.291
Transportes - Internacional	Danos a bens e mercadorias durante transporte, incluindo DSU(9)	31/01/2010 a 31/12/2015	USD309.750	USD409
Responsabilidade Civil - Operações - Concessionárias de Energia	Danos a terceiros devido operações da UHE.	31/12/2011 a 31/12/2012	R\$50.000	R\$189,60
Responsabilidade Civil - Diretores e Administradores (D&O)	RC atribuída aos Diretores e Administradores	15/08/2011 a 15/08/2012	R\$50.000	R\$205,32

(1) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$170.000.

(2) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$300.000.

(3) R\$10.000 para Responsabilidade Civil, R\$12.718.975 para Risco de Engenharia – All Risk, R\$1.630.155 para ALOP (Perda de receita por atraso na obra, devido a sinistro de danos materiais, R\$991.829 para Riscos Operacionais: todos os contratos de serviços permanentes da usina.

(4)Valores incluídos apenas das concessões NVT, TSN, ETEO e empresa Taesa.

(5) Valores incluídos de Taesa, NTE, BRASNORTE e ETAU.

(6) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$20 milhões, exceto para uma apólice de R\$231 milhões da controlada NTE que é de R\$50 milhões.

(7) O limite máximo de indenização (LMI) é de R\$50 milhões.

A Cemig não tem apólices de seguro para cobrir acidentes com terceiros, exceto para suas aeronaves, e não está solicitando propostas para este tipo de seguro. Adicionalmente, a Cemig não solicitou propostas e não possui apólices vigentes para seguros contra eventos que poderiam afetar suas instalações, tais como terremotos e inundações, falhas sistêmicas ou risco de interrupção dos negócios.

A companhia não tem sofrido perdas significativas em função dos riscos acima mencionados.

## 31. OBRIGAÇÕES CONTRATUAIS

A Cemig e suas controladas possuem obrigações contratuais e compromissos que incluem a amortização de empréstimos e financiamentos, contratos com empreiteiros para a construção de novos empreendimentos, compra de energia elétrica de Itaipu e outros, conforme demonstrado na tabela a seguir:

	2012	2013	2014	2015	2016	2017 em diante	Total
Empréstimos e Financiamentos	5.903.713	3.050.705	2.502.993	1.596.271	786.411	1.938.976	15.779.069
Compra de Energia Elétrica de Itaipu	742.317	750.683	605.620	629.081	603.223	27.933.563	31.264.487
Transporte de Energia Elétrica de Itaipu	74.595	78.663	63.228	66.386	66.212	1.958.883	2.307.967
Compra de Energia - Leilão	2.259.814	2.119.471	1.889.298	2.313.910	2.439.899	79.292.017	90.314.409
Outros contratos de compra de energia	938.621	1.249.830	1.527.442	1.214.159	1.128.145	21.864.399	27.922.596
Dívida com Plano de Pensão-FORLUZ	74.441	48.541	51.453	54.541	57.813	559.792	846.581
Total	<u>9.993.501</u>	<u>7.297.893</u>	<u>6.640.034</u>	<u>5.874.348</u>	<u>5.081.703</u>	<u>133.547.630</u>	<u>168.435.109</u>

## 32. REVISÃO TARIFÁRIA DE TRANSMISSÃO

Em 8 de junho de 2010, a ANEEL homologou o resultado da Segunda Revisão Tarifária da Transmissão da Companhia, que fixou o reposicionamento da Receita Anual Permitida (RAP) em menos 15,88%, retroativo a junho de 2009. Dessa forma, foi apurado um ressarcimento de R\$75.568 aos usuários do Sistema de Transmissão durante o Ciclo Tarifário de julho de 2010 a julho de 2011.

## 33. DEMONSTRAÇÕES DO VALOR ADICIONADO - DVA

Conforme requerimento da CVM, aplicável as Companhias abertas e como informação adicional para fins de IFRS, a companhia elaborou demonstrações do valor adicionado individuais e consolidadas.

Essas demonstrações, fundamentadas em conceitos macroeconômicos, buscam apresentar a parcela do Grupo na formação do Produto Interno Bruto por meio da apuração dos respectivos valores adicionados tanto pelo Grupo quanto o recebido de outras entidades, e a distribuição desses montantes aos seus empregados, esferas governamentais, arrendadores de ativos, credores por empréstimos, financiamentos e títulos de dívida, acionistas controladores e não controladores, e outras remunerações que configurem transferência de riqueza a terceiros. O referido valor adicionado representa a riqueza criada pelo Grupo, de forma geral, medido pelas receitas de vendas de bens e dos serviços prestados, menos os respectivos insumos adquiridos de terceiros, incluindo também o valor adicionado produzido por terceiros e transferido à entidade.



## 34. DEMONSTRAÇÃO SEGREGADA POR EMPRESA

DESCRIÇÃO	Holding	Cemig - GT	Cemig-D	Light	ETEP, ENTE, ERTE, EATE, ECTE	Gasmig	Cemig Telecom	Sá Carvalho	Rosal	Outras	Eliminações / Transferências	Total
<b>ATIVO</b>	<b>14.465.005</b>	<b>15.681.247</b>	<b>10.734.530</b>	<b>2.862.203</b>	<b>1.327.947</b>	<b>853.612</b>	<b>419.933</b>	<b>175.341</b>	<b>147.038</b>	<b>1.448.000</b>	<b>(10.757.110)</b>	<b>37.357.746</b>
Caixa e Equivalentes de Caixa	226.695	1.550.033	527.296	201.551	32.627	44.597	83.757	9.786	8.479	177.669	-	2.862.490
Contas a Receber	-	634.688	1.923.092	438.429	37.277	166.255	-	5.185	3.605	134.897	(174.040)	3.169.388
Títulos e Valores Mobiliários - Aplic. Financeira	180.000	170.492	5.000	1.932	-	-	-	-	-	1.563	-	358.987
Tributos	520.901	718.756	1.203.745	306.949	12.754	76.428	35.944	1.406	57	85.586	-	2.962.526
Outros Ativos	1.540.507	334.519	1.253.584	162.509	47.844	29.516	31.522	4.295	77	74.067	528.346	4.006.786
Investimentos/Imob/Intangível/Financeiro de Concessão	11.996.902	12.272.759	5.821.813	1.750.833	1.197.445	536.816	268.710	154.669	134.820	974.218	(11.111.416)	23.997.569
<b>PASSIVO</b>	<b>14.465.005</b>	<b>15.681.247</b>	<b>10.734.530</b>	<b>2.862.203</b>	<b>1.327.947</b>	<b>853.612</b>	<b>419.933</b>	<b>175.341</b>	<b>147.038</b>	<b>1.448.000</b>	<b>(10.757.110)</b>	<b>37.357.746</b>
Fornecedores e suprimentos	12.059	183.929	753.131	197.342	8.143	37.334	9.565	1.114	1.627	58.508	(66.115)	1.196.637
Empréstimo, Financiamento e Debêntures	1.030.227	8.347.940	3.511.222	1.085.267	405.798	131.225	97.617	-	-	349.776	819.997	15.779.069
Juros sobre Capital Próprio e Dividendos	1.243.086	-	109.215	19.219	14.043	22.359	7.225	2.405	-	22.160	(196.626)	1.243.086
Obrigações Pós-Emprego	99.952	438.452	1.392.792	285.692	-	-	-	-	-	70.271	-	2.287.159
Tributos	35.740	1.028.224	1.278.859	159.856	113.870	33.356	9.686	45.893	1.311	70.253	-	2.777.048
Outros Passivos	298.993	596.626	1.032.848	275.225	31.785	184.347	7.931	2.358	2.001	97.918	(200.233)	2.329.799
Patrimônio Líquido	11.744.948	5.086.076	2.656.463	839.602	754.308	444.991	287.509	123.571	142.099	779.114	(11.114.133)	11.744.948
<b>RESULTADO</b>	<b>347</b>	<b>4.556.700</b>	<b>8.510.128</b>	<b>1.810.052</b>	<b>306.984</b>	<b>457.678</b>	<b>125.780</b>	<b>49.640</b>	<b>38.758</b>	<b>450.037</b>	<b>(491.877)</b>	<b>15.814.227</b>
<b>Receita Operacional Líquida</b>	<b>(92.336)</b>	<b>(2.101.809)</b>	<b>(7.280.543)</b>	<b>(1.582.464)</b>	<b>(54.853)</b>	<b>(378.695)</b>	<b>(104.319)</b>	<b>(13.325)</b>	<b>(13.042)</b>	<b>(278.059)</b>	<b>498.127</b>	<b>(11.401.318)</b>
Custos e Despesas Operacionais	-	(582.990)	(2.936.029)	(874.150)	-	-	-	(932)	(947)	(112.547)	229.615	(4.277.980)
Energia Elétrica Comprada para Revenda	-	(244.597)	(671.652)	(123.567)	-	-	-	(4)	(2.996)	(24.926)	237.718	(830.024)
Encargos de Uso da Rede Básica de Transmissão	-	-	-	-	-	(329.105)	-	-	-	-	-	(329.105)
Gás Comprado para Revenda	-	(92.396)	(1.175.319)	(207.113)	(23.399)	-	-	-	-	(31.042)	-	(1.529.269)
Custo de construção	(37.128)	(300.119)	(766.720)	(64.464)	(9.837)	(18.996)	(28.206)	(1.214)	(1.341)	(20.626)	-	(1.248.651)
Pessoal e Administradores	(14.987)	(85.965)	(204.725)	(26.332)	(4.782)	(5.375)	(16.282)	(692)	(398)	(9.430)	12.073	(362.032)
Participações dos Empregados no Resultado	(8.435)	(27.784)	(87.331)	(120)	-	-	-	-	-	(30)	-	(123.700)
Obrigações Pós-Emprego	(222)	(23.203)	(64.431)	(6.692)	379	(1.250)	(385)	(255)	(222)	(1.471)	-	(97.752)
Materials	(12.962)	(163.792)	(680.887)	(106.654)	(14.701)	(6.289)	(21.226)	(2.671)	(2.555)	(37.811)	18.721	(1.030.827)
Serviços de Terceiros	-	(147.531)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Comp. Financ. pela Utilização de Recursos Hídricos	(370)	(366.268)	(383.714)	(95.015)	(2.513)	(17.680)	(35.175)	(2.062)	(1.175)	(3.211)	-	(153.979)
Depreciação e Amortização	1.892	(12.177)	(161.437)	(78.357)	-	-	(1.040)	146	976	(7.614)	-	(257.611)
Provisões Operacionais	(20.124)	(85.965)	(204.725)	(26.332)	(4.782)	(5.375)	(16.282)	(692)	(398)	(9.430)	12.073	(362.032)
Outras Despesas Líquidas	(91.989)	2.454.891	1.229.585	227.588	252.131	78.983	21.461	36.315	25.716	171.978	6.250	4.412.909
<b>Resultado Operac. antes do Res. de Equiv. Patrim. e Financeiro</b>	<b>2.520.216</b>	<b>(744)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(2.520.216)</b>	<b>(744)</b>
<b>Resultado de Equivalência Patrimonial</b>	<b>173.469</b>	<b>276.528</b>	<b>310.350</b>	<b>45.471</b>	<b>16.985</b>	<b>25.730</b>	<b>10.712</b>	<b>1.507</b>	<b>1.320</b>	<b>30.211</b>	<b>102.712</b>	<b>994.995</b>
Receita Financeira	(167.469)	(968.089)	(526.463)	(164.753)	(57.858)	(16.334)	(13.311)	(336)	(117)	(33.344)	(102.712)	(2.050.786)
Despesa Financeira	2.434.227	1.762.586	1.013.472	108.306	211.258	88.379	18.862	37.486	26.919	168.845	(2.513.966)	3.356.374
<b>Resultado antes do IR e CSLL</b>	<b>(143.287)</b>	<b>(469.016)</b>	<b>(354.647)</b>	<b>(27.338)</b>	<b>(34.394)</b>	<b>(20.160)</b>	<b>(5.566)</b>	<b>(12.814)</b>	<b>(1.617)</b>	<b>(42.612)</b>	<b>-</b>	<b>(1.111.451)</b>
Imposto de Renda e Contribuição Social	124.512	(24.559)	61.146	-	2.332	-	4.776	1.194	(94)	1.220	-	170.527
Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	2.415.452	1.269.011	719.971	80.968	179.196	68.219	18.072	25.866	25.208	127.453	(2.513.966)	2.415.450
<b>Resultado do Período</b>	<b>2.415.452</b>	<b>1.269.011</b>	<b>719.971</b>	<b>80.968</b>	<b>179.196</b>	<b>68.219</b>	<b>18.072</b>	<b>25.866</b>	<b>25.208</b>	<b>127.453</b>	<b>(2.513.966)</b>	<b>2.415.450</b>

## 35. EVENTOS SUBSEQUENTES

### a) Aquisição da Gás Brasileiro Distribuidora

A Companhia e a Gaspetro assinaram, em 9 de fevereiro de 2012, um acordo de investimentos, no qual a Cemig passará a deter 40% da Gás Brasileiro Distribuidora (GBD). A Gaspetro, controlada pela Petrobras, detinha 100% de participação na GBD. O acordo prevê a realização de novos investimentos na Gás Brasileiro. Além disso, a implementação do acordo, assim como a execução dos contratos resultantes, está sujeita a aprovação dos órgãos reguladores competentes. A conclusão da operação e a efetiva entrada da Cemig na sociedade estão previstas para ocorrer ainda durante o ano de 2012.

### b) Light compra participação de 51% em 4 PCHs em Minas Gerais

A Light anunciou em 10 de fevereiro de 2012, que fechou a compra de 51% do capital da Guanhães Energia por R\$25.000 passando a ser sócia da Cemig Geração e Transmissão, que detém 49,00% das ações. O investimento total estimado na construção das PCHs é de R\$269.200, dos quais R\$118.000 correspondem ao aporte de capital próprio dos acionistas da Guanhães. A Light deverá aportar R\$60.200.

A conclusão do negócio está condicionada à anuência prévia da Agência Nacional de Energia Elétrica e será submetida ao Conselho Administrativo de Defesa Econômica. A Light, que comprou a participação da Investminas Participações, será sócia da Cemig Geração e Transmissão, que tem 49% da Guanhães.

### c) Light constitui consórcio para usina solar no Maracanã

A Light anunciou em 10 de fevereiro de 2012, que aprovou a constituição de um consórcio entre a sua controlada Light Esco e a EDF Consultoria em Projetos de Geração de Energia Elétrica Ltda. ("EDF Consultoria"), com participações de 51% e 49%, respectivamente, para o desenvolvimento, construção e operação de uma usina fotovoltaica, com capacidade de 391 kW, a ser instalada na cobertura do estádio do Maracanã. O investimento total estimado para o projeto é de R\$7.000 e a energia gerada será comercializada no mercado livre. Após a recuperação do capital investido, a Light Esco e a EDF Consultoria doarão os ativos da usina para o Estado do Rio de Janeiro. A conclusão da obra está prevista até dezembro de 2012.

#### **d) Emissão de Debêntures da Cemig Geração e Transmissão**

Em março de 2012, a Cemig Geração e Transmissão concluiu a 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples por meio da qual foram emitidas 1.350.000 debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, em três séries, com valor nominal unitário de R\$1 na data de emissão. Os recursos líquidos obtidos com a emissão das debêntures foram destinados ao resgate integral das notas promissórias comerciais da 4ª emissão da Companhia emitidas em 13 de janeiro de 2012, pelo seu valor nominal total de R\$1.000.000, acrescido de juros remuneratórios. Foram emitidas 480.000 debêntures da primeira série, 200.000 debêntures da segunda série e 670.000 debêntures da terceira série, com prazo de vencimento de 5 anos, 7 anos e 10 anos a contar da data de emissão, respectivamente. As debêntures da primeira série farão jus a juros remuneratórios de CDI + 0,90%, e as debêntures da segunda e da terceira séries terão seu valor nominal unitário atualizado pelo IPCA-IBGE e farão jus a juros remuneratórios correspondentes a 6,00% ao ano e 6,20% ao ano, respectivamente. A 3ª Emissão Pública de Debêntures Simples conta com o aval da Cemig.

#### **e) Madeira Energia S.A. ("Madeira")**

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$350.000. Após o aumento, o Capital Social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$2.531.100. Não houve diluição do capital.

#### **f) Santo Antônio Energia ("SAESA")**

Em Ata de Assembleia Geral Extraordinária realizada em 18 de janeiro de 2012, foi aprovado o aumento de Capital Social da Companhia no valor de R\$350 milhões. Após o aumento, o capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado passa a ser de R\$4.074.640. Não houve diluição do capital.

### **g) Revisão de Vida Útil**

Em 07 de fevereiro de 2012, a ANEEL, por meio da Resolução Normativa nº 474, estabeleceu as novas taxas de depreciação para os ativos em serviço outorgado no setor elétrico com base na revisão da vida útil dos ativos. A aplicação das novas taxas será a partir de 01 de janeiro de 2012. A Companhia está em processo de avaliação quanto aos impactos decorrentes dessa alteração em seus Ativos Financeiros e Intangíveis.

\* \* \* \* \*

**(Original assinado pelos signatários abaixo)**

**Djalma Bastos de Moraes**  
Diretor-Presidente

**Arlindo Porto Neto**  
Diretor Vice-Presidente

**Luiz Fernando Rolla**  
Diretor de Finanças, Relações com  
Investidores e Controle Financeiro de  
Participações

**Frederico Pacheco de Medeiros**  
Diretor de Gestão Empresarial

**Fernando Henrique Schüffner Neto**  
Diretor de Desenvolvimento de  
Negócios e Controle Empresarial das  
Controladas e Coligadas

**Luiz Henrique de Castro Carvalho**  
Diretor de Geração e Transmissão

**Fuad Jorge Noman Filho**  
Diretor de Gás

**José Raimundo Dias Fonseca**  
Diretor Comercial

**José Carlos de Matos**  
Diretor de Distribuição e  
Comercialização

**Luiz Henrique Michalick**  
Diretor de Relações Institucionais e  
Comunicação

**Maria Celeste Moraes Guimarães**  
Diretora Jurídica

**Leonardo George de Magalhães**  
Superintendente de Controladoria  
CRC-MG 53.140

**Mário Lúcio Braga**  
Gerente de Contabilidade  
Contador – CRC-MG-47.822